

A Tarde

16/01/21

A TARDE

tempopresente@grupoatarde.com.br

Bilhetes disponíveis

Já está disponível, no endereço www.nota-premiada-bahia.ba.gov.br, a consulta aos bilhetes para quem vai participar do sorteio de janeiro da Campanha Nota Premiada Bahia, na próxima quinta-feira. Para acessar, basta fazer login e escolher a opção Minha Conta, e na sequência, Bilhetes. A distribuição dos prêmios alcança o montante de R\$ 1 milhão: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil.

Bilhetes para sorteio de janeiro da Nota Premiada Bahia já estão disponíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de janeiro, que terá resultado divulgado no próximo dia 21. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes'.

A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

O resultado do sorteio será publicado no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Vale lembrar que o sorteio especial de R\$ R\$ 1 milhão, que irá premiar somente um participante, já está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 582 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.132 pessoas, das quais 716 moram na capital, 415 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
segunda-feira, 18 de janeiro de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Bilhetes do sorteio de janeiro da Nota Premiada já estão disponíveis

A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020

Ascom Sefaz , Salvador | 15/01/2021 às 12:18

Para consultá-los, o participante deve acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br (<http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br/>), fazer login e escolher a opção "Minha Conta" > "Bilhetes". A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020.

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de janeiro, que terá resultado divulgado no próximo dia 21. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br (<http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br/>), fazer login e escolher a opção "Minha Conta" > "Bilhetes".

A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

O resultado do sorteio será publicado no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Vale lembrar que o sorteio especial de R\$ R\$ 1 milhão, que irá premiar somente um participante, já está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br (<http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br/>) e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 582 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.132 pessoas, das quais 716 moram na capital, 415 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 544. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=130153)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/15/mistura-contorno-e-itapua-sao-elogiados-na-reportagem-da-forbes,130167,0.html>)

Mistura Contorno e Itapua são elogiados na reportagem da Forbes

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/15/mistura-contorno-e-itapua-sao-elogiados-na-reportagem-da-forbes,130167,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/15/mistura-contorno-e-itapua-sao-elogiados-na-reportagem-da-forbes,130167,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/15/mistura-contorno-e-itapua-sao-elogiados-na-reportagem-da-forbes,130167,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/15/mistura-contorno-e-itapua-sao-elogiados-na-reportagem-da-forbes,130167,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/15/mistura-contorno-e-itapua-sao-elogiados-na-reportagem-da-forbes,130167,0.html>)

Sindicobustíveis Bahia repudia fala do presidente da Petrobras (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/14/sindicobustiveis-bahia-repudia-fala-do-presidente-da-petrobras,130149,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/14/sindicobustiveis-bahia-repudia-fala-do-presidente-da-petrobras,130149,0.html>)

Bilhetes para sorteio de janeiro da Nota Premiada Bahia já estão disponíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de janeiro, que terá resultado divulgado no próximo dia 21. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes'.

A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes

mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

O resultado do sorteio será publicado no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Vale lembrar que o sorteio especial de R\$ R\$ 1 milhão, que irá premiar somente um participante, já está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 582 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.132 pessoas, das quais 716 moram na capital, 415 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show
de Solidariedade

Bilhetes para sorteio de janeiro da Nota Premiada Bahia já estão disponíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: diario

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de janeiro, que terá resultado divulgado no próximo dia 21. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes'.

A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que, como forma de equilibrar as chances dos

cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

O resultado do sorteio será publicado no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Vale lembrar que o sorteio especial de R\$ R\$ 1 milhão, que irá premiar somente um participante, já está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 582 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.132 pessoas, das quais 716 moram na capital, 415 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para

estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

The post Bilhetes para sorteio de janeiro da **Nota Premiada Bahia** já estão disponíveis appeared first on Diário do Sudoeste da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/01/2021	



Bilhetes para sorteio de janeiro da Nota Premiada Bahia já estão disponíveis

15 janeiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de janeiro, que terá resultado divulgado no próximo dia 21. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção “Minha Conta” > “Bilhetes”.

A busca deve ser filtrada pelo mês de dezembro de 2020, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

O resultado do sorteio será publicado no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Vale lembrar que o sorteio especial de R\$ R\$ 1 milhão, que irá premiar somente um participante, já está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 582 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.132 pessoas, das quais 716 moram na capital, 415 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 544. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Baianos já podem parcelar débitos veiculares em até 12 vezes no cartão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Telegram

Viber

Os proprietários de veículos da Bahia acabam de ganhar um novo canal de pagamento de débitos com o **Detran**. É a chegada de mais um serviço no aplicativo do Sem Parar, empresa do Grupo Fleetcor e líder em meios automáticos de pagamento, em parceria com a Zapay, startup especializada no parcelamento de débitos de veículos junto aos órgãos de trânsito. As empresas irão disponibilizar para todos os condutores baianos, uma solução onde o motorista poderá checar seus débitos veiculares como **IPVA**, licenciamento, multas e DPVAT e efetuar o pagamento em até 12 vezes no cartão de crédito.

Facebook

Twitter

WhatsApp

Google+

Email

Pinterest

'Nos associarmos com uma empresa como a Zapay faz parte da estratégia da companhia de estar cada vez mais perto de seus consumidores. Já somos reconhecidos pela praticidade na hora do pagamento, agora estamos dando um passo além e queremos oferecer essa comodidade para nossos clientes também na hora de quitar suas dívidas' comenta Carlos Gazaffi, presidente B2C do Sem Parar.

Clientes do Sem Parar não pagarão nada a mais por esse serviço e a operação, que dura pouquíssimos minutos, é feita em um só lugar: através do aplicativo do Sem Parar. Para monitorar e quitar todas as dívidas que estão relacionadas ao veículo, o consumidor precisa apenas baixar o app, inserir os dados do veículo e realizar o pagamento da maneira que desejar, em uma única parcela ou em até 12 vezes.

A Zapay já atendeu mais de 1.2 milhão de pessoas e contribui na regularização de cerca de 200 mil automóveis, o que fez com que o Sem Parar fechasse essa parceria que promete beneficiar não só as empresas, mas principalmente o condutor do estado.

Parceria

'A Zapay nasceu para desburocratizar os processos de pagamento que estão atrelados ao **Detran**, fazendo com que o consumidor ganhe tempo. Estamos em diversos estados, garantindo a possibilidades dos condutores resolverem seus débitos de forma rápida e segura. Essa parceria com o Sem Parar é de extrema importância para a Zapay e reafirma um propósito muito forte de oferecer soluções que facilitem a vida do motorista', destaca Callebe Mendes, CEO da Zapay.

A líder em meios automáticos de pagamento tem como missão ampliar cada vez mais as razões de uso de seu produto e as vantagens dele para os consumidores. O Sem Parar, há 20 anos no Brasil, já vai muito além de pedágios e hoje possibilita ainda o pagamento em mais de 1.500 estacionamentos (incluindo os principais shoppings e aeroportos do país), mais de 650 postos de gasolina, 550 drive-thru de redes de fast food e 150 lava-rápidos, em 13 Estados, além do Distrito Federal.
(Bahia Valor)

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Detran | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

IPVA de 2021 já pode ser pago com dez por cento de desconto até 10 de fevereiro

Em parceria com a universidade de Oxford o IPVA de dois mil e vinte um já pode ser pago com dez por cento de desconto até o dia dez de fevereiro em caso de proprietários de veículos baianos.

A secretaria da fazenda do estado da Bahia informam que é preciso se dirigir.

Há uma agência da caixa eletrônico do Banco do Brasil Bradesco ou banco sobem com o número do reino Havana em mãos a utilizar os aplicativos destes bancos pelo smart fone quem perder o prazo.

Pode quitar o imposto com cinco por cento de desconto em cota única no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão.

Continue sintonizando a educadora próximo boletim logo mais às três horas.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 18/01/2021	



OBRAS DO GOVERNO AJUDAM A MANTER ECONOMIA DA BAHIA ATIVA



admin 18 Janeiro, 2021

A manutenção dos investimentos em infraestrutura tem sido uma das principais estratégias do Governo do Estado para continuar levando desenvolvimento para o interior da Bahia e superar os efeitos da pandemia de Covid-19 na economia. Em 2021, a previsão é que obras importantes sejam concluídas em diversas regiões da Bahia e outras iniciadas. São intervenções na infraestrutura e mobilidade, como a construção de aeródromos, pontes e a recuperação e pavimentação de rodovias, que garantem mais oportunidades de emprego e a sobrevivência das atividades econômicas.

Entre as principais obras que serão entregues em 2021, a construção do novo aeroporto de Bom Jesus da Lapa está prevista para ser concluída no segundo semestre. Na região do Rio São Francisco, a cidade se destaca pelo turismo religioso e chega a receber 600 mil romeiros durante a festa de Bom Jesus, entre os meses de julho e agosto. Além disso, o município também é conhecido pela produção de frutas e o aeroporto deve servir para escoar parte da produção, principalmente aquela voltada à exportação.

Dono de uma pousada na região, Astor Santana, acredita que a obra vai ser muito importante para o desenvolvimento local. “Certamente vai ter um impacto muito interessante em nossa economia, tanto para Bom Jesus da Lapa quanto para toda região. Facilitará a entrada de

visitantes, o que a gente precisa muito, e a saída de mercadorias”, afirma. O novo equipamento aeroportuário terá capacidade de receber aeronaves com até 70 passageiros. Nessa primeira fase será implantada a pista de pouso e decolagem, o taxiway, o pátio de estacionamento de aeronaves e a cerca patrimonial. O investimento é de aproximadamente R\$ 20 milhões. A expectativa também é que a obra atraia o interesse de novos investimentos em energia renováveis no município, que já possui oito empreendimentos em operação comercial para geração de energia elétrica a partir da fonte fotovoltaica.

Para o secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, as obras ajudam a superar um dos principais problemas que o Brasil enfrenta que é a logística de transporte. “Aumentam a competitividade da Bahia em todos os setores econômicos. Isso possibilita que os produtos que produzimos sejam exportados e comercializados, e que os produtos que precisamos cheguem em todas as cidades. Além disso, são obras fundamentais para o desenvolvimento social, muitas dão acesso a distritos e cidades que nunca tiveram suas estradas asfaltadas. É o resgate da dignidade do cidadão que mora no interior do Estado”, destaca.

Mais entregas

Outras duas intervenções que também serão entregues este ano e terão um grande impacto na economia baiana são a Ponte Barra-Xique-Xique, que irá permitir a ligação entre a região de Irecê com o oeste da Bahia, e o Aeroporto de Senhor do Bonfim, na região do Piemonte Norte do Itapicuru. A ponte, que está com mais de 50% de conclusão, vai tornar a travessia entre as cidades mais segura. O Consórcio Estrada do Feijão, que está executando a obra, está realizando a etapa de implantação dos pilares e lançamento de vigas, e a previsão é que seja concluída no segundo semestre de 2021. O investimento é de R\$ 133 milhões.

Já o Aeroporto de Senhor do Bonfim receberá voos de médio e pequeno porte. Nesta etapa da obra será implantada a pista de pouso e decolagem, o pátio de estacionamento de aeronaves, o taxiway, o estacionamento de veículos e as vias de acesso no local. A previsão de conclusão é junho de 2021. A estrutura permitirá ao aeródromo receber aeronaves como UTIs aéreas e de transporte de medicamentos e também de valores. O equipamento terá uma área de 1,4 milhão de metros quadrados. O investimento é de R\$ 20 milhões.

Novos investimentos

Além das obras que serão entregues, diversas outras serão iniciadas em 2021, como a recuperação dos 97,7 quilômetros da BA-131, entre Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde e Caém, que deve começar ainda no mês de janeiro. Os serviços vão atender mais de 214 mil moradores do centro norte baiano. As atividades econômicas como a agricultura, a apicultura e a extração de minério serão contempladas com o trabalho na rodovia. O investimento é de R\$ 35 milhões.

A BA-001 é a principal via de acesso para quem segue em direção as regiões da Costa do Cacau e da Costa do Dendê. Os 118 quilômetros da rodovia entre Valença e Itacaré, passando por Camamu, vão ser recuperados pela Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra), por meio

do Programa de Recuperação e Manutenção de Estradas (Premar), com investimento R\$ 50 milhões.

A BA-283, entre Itabela e Guaratinga, vai passar por restauração em 27,3 quilômetros de rodovia na região da Costa do Descobrimento. Os serviços atenderão aproximadamente 164 mil moradores de Itabela, Guaratinga e Eunápolis. A restauração da rodovia também vai beneficiar o escoamento da produção agropecuária local. A ordem de serviço será assinada ainda em janeiro. O investimento é de R\$ 8 milhões.

Os 39,6 quilômetros da BA-233, que liga o entroncamento da BR-110 a Sátiro Dias, também vão passar por restauração. A rodovia faz a interligação entre os municípios de Sátiro Dias e Inhambupe na região do Litoral Norte e Agreste Baiano. A recuperação do trecho irá ajudar no escoamento da produção agrícola local, principalmente do feijão, do milho e da melancia, e no desenvolvimento do setor de comércios e serviços. A assinatura da ordem de serviço tem a previsão de sair neste mês de janeiro. O investimento é de R\$ 10 milhões.

Os 20 quilômetros do acesso a Rio do Pires, na BA-152, vão passar por restauração. A obra na rodovia baiana será feita no trecho entre o município da região da Bacia do Paramirim e o entroncamento da BA-156. Os serviços atenderão mais de 85 mil moradores de Rio de Pires, Macaúbas, Ibipitanga e Caturama. A rodovia faz a ligação de Rio de Pires com os municípios de Macaúbas, Ibipitanga e Caturama. A recuperação da via ajudará no escoamento da produção agrícola na região. A autorização para o início das obras deve ser assinada ainda no primeiro trimestre.

Veículo: Política Livre	
Data: 16 a 18.01.2021	Caderno: Economia



Secretário diz que vacinação na Bahia começa nesta terça; assista

BAHIA

O secretário da Saúde do Estado (Sesab), Fábio Vilas-Boas, anunciou, em uma publicação feita nas redes sociais na manhã desta segunda-feira (18), que a vacinação na Bahia começará amanhã (18), logo no início do dia.

“A Bahia está preparada para receber as vacinas que irão imunizar nossa população. Após 3h do recebimento das vacinas em solo baiano, elas já serão enviadas para os municípios e amanhã começaremos a vacinação na Bahia”, disse o titular da Sesab.

As vacinas contra a Covid-19 ficarão na sede do Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer) antes de serem distribuídas para os 417 municípios baianos. Foi na sede do Graer que Vilas-Boas fez o comunicado.

Segundo o Governo da Bahia, o local foi escolhido de maneira estratégica, com o objetivo de facilitar a distribuição do material em todo o estado, de maneira mais rápida.

Confira:

A Bahia está preparada para receber as vacinas que irão imunizar nossa população. Após 3h do recebimento das vacinas em solo baiano, elas já serão enviadas para os municípios e amanhã começaremos a vacinação na Bahia. pic.twitter.com/xJMUdPBOM1



ECONOMIA

Publicado em 15/01/2021 às 16h08.

Comércio varejista baiano tem crescimento de 1,1% em sétimo resultado positivo de 2020

Dados referentes a novembro apontam que segmento de Móveis e eletrodomésticos foi um dos indicadores responsáveis pela alta

Redação



Foto: Djalma Vassão/Fotos Públicas

As vendas no varejo baiano cresceram 1,1% em novembro de 2020, em comparação ao mês anterior, na série livre de influências sazonais. Esse foi o sétimo resultado positivo consecutivo no ano passado.

Dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgados nesta sexta-feira (15) e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apontam que quatro dos oito segmentos que compõem o indicador tiveram variação positiva em relação a novembro de 2019: Móveis e eletrodomésticos (16,8%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (15,6%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (9,4%) e Combustíveis e lubrificantes (3,0%).



Enquanto na Bahia houve crescimento, no cenário nacional, em novembro, houve retração nos negócios de 0,1% na mesma base de comparação”, destacou o secretário de Planejamento da Bahia, Walter Pinheiro.

Nos demais itens, a variação foi negativa. Destaque para Livros, jornais, revistas e papelaria, com variação de -44,1%, e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, que variou -23,7%. Hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou variação de -16,3% e em Tecidos, vestuário e calçados, a queda foi de -1,8%.

Com relação aos subgrupos, por outro lado, foram observadas variações positivas nas vendas de Móveis e Eletrodomésticos, com taxas de 21,2% e 15,3%, respectivamente. Em Hipermercados e supermercados, houve queda de -14,2%.

Comércio varejista ampliado

Os dados divulgados nesta sexta incluem também o comércio varejista ampliado, que apresentou retração de -4,0% nas vendas de novembro em relação ao mês anterior. O resultado é apontado como reflexo da pandemia de coronavírus. No acumulado de 12 meses, a variação foi de -6,7%.

Entre os segmentos com queda está o de Veículos, motos, partes e peças, que apresentou variação de 13,7% nas vendas. Também em queda, Material de construção variou -4,8% em comparação ao mesmo período de 2019.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 08h30 de 17/01/2021

Guedes reclama de economistas: ‘Até como keynesiano eu sou melhor que eles’

Ministro da Economia externou insatisfação a um interlocutor

ECONOMIA

Publicado em 15/01/2021 às 17h56.

Dois grupos empresariais confirmam investimentos de R\$ 10 milhões no interior baiano

Secretaria de Desenvolvimento Econômico contabiliza 412 empreendimentos anunciados para o estado, com previsão de aporte de R\$ 68,5 bi e 52,4 mil empregos criados

Redação



Foto: divulgação MSR

MSR, do setor de metalurgia, e San Marcus, de utensílios de limpeza, confirmaram novos investimentos na Bahia que totalizam R\$ 10 milhões. Os protocolos de intenções foram assinados com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta sexta-feira (15).

“Atrair investimentos e gerar emprego e renda para o povo baiano tem sido uma meta do Governo do Estado. Para os próximos anos temos um total de 412 empreendimentos que assinaram protocolo sendo acompanhados, com previsão R\$ 68,5 bilhões em investimentos e previsão de



A empresa MSR pretende fabricar chapas diversas, telas metálicas, reservatórios e tanques de ferro ou aço. Serão aplicados R\$ 8 milhões na nova planta, a ser instalada em Brumado. Já a empresa San Marcus vai aplicar cerca de R\$ 2 milhões para a reativação da unidade localizada em Feira de Santana. Com a capacidade de produção de até 24,3 mil dúzias por mês, a empresa tem a previsão de gerar 42 novos postos de trabalho.

De acordo com o sócio da empresa MSR, Marley Mark Lobo, as obras já foram iniciadas com previsão de início da operação em outubro deste ano. “A maior parte das operações das compras de insumos e vendas dos produtos acabados serão realizadas com contribuintes baianos, o que irá, da mesma forma, gerar um maior aquecimento da economia regional”, explica Marley Lobo.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 08h30 de 17/01/2021

Guedes reclama de economistas: ‘Até como keynesiano eu sou melhor que eles’

Ministro da Economia externou insatisfação a um interlocutor

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opiniao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Indústria avalia desafios de 2021

Depois do enfrentamento das dificuldades provocadas pela pandemia em 2020, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) considera com “moderado otimismo” os desafios deste ano.

A entidade representativa dos empresários da indústria fez um balanço com a memória das dificuldades enfrentadas com a queda da atividade econômica, em alcance mundial, e a degradação das condições de saúde e renda da população. A escolha da Fieb continuará pela preservação do ambiente de negócios, simultaneamente ao combate à pandemia, resultando na construção de um caminho de retomada da economia.

-O papel da Fieb é atuar como interlocutor junto ao poder público para assegurar os interesses da indústria. Foi isso o que fizemos, afirmou o superintendente Vladson Menezes.

O gestor lembra a mobilização de toda a estrutura da entidade para defender os interesses dos seus associados e minimizar os efeitos da pandemia, construindo o diálogo com os órgãos oficiais e contribuindo na busca por soluções.

Segundo Menezes, a Fieb teve papel importante ao negociar a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais e prorrogação de renovação de licenças e de certidões realizadas junto a órgãos de meio ambiente e de fiscalização. A entidade teve ainda participação ativa na articulação junto ao governo do Estado na formação de um Grupo de Trabalho, já visando ao período pós-pandemia, numa perspectiva de superação das adversidades.

O Núcleo de Acesso ao Crédito prestou 200 atendimentos, resultando na liberação de R\$ 9 milhões, em 53 operações favorecendo empresas associadas, além de fortalecer micro e pequenas empresas (MPE) industriais da Bahia.

“Ninguém faria melhor, com todo o respeito, do que o meu governo está fazendo [na crise da covid-19] (...) Pazuello está fazendo um trabalho excepcional. Não vai sair de lá. Não tem motivo de sair de lá”

JAIR BOLSONARO, presidente da República, em entrevista à TV Bandeirantes sobre o caos na Saúde



Rafael Martins / Ag. A TARDE

TRISTE FIM | Os rios, responsáveis no mundo inteiro pelo florescimento de civilizações, não têm de nós lá muita atenção, especialmente nas cidades. Espremidos, acabam servido de depósito de detritos e contribuindo com alagamentos.

Prostatectomia Radical, segundo capítulo alvissareiro

Luiz Mott

Professor titular de antropologia da Ufba
luizmott@oi.com.br

Em novembro último publiquei aqui mesmo o artigo “Próstata, o calcanhar de Aquiles dos homens”, onde dizia que após ter aumentado muito o nível semestral do meu PSA (Antígeno Prostático Específico), havia feito biópsia da próstata, detectando-se cinco amostras de tumor maligno, decidindo então pela prostatectomia radical. Cirurgia robótica, a mais moderna, com cinco furos nas imediações do umbigo. Como professor aposentado da UFBA, meu plano de saúde pela APUB cobra quase 2.500 por mês com um dependente: a Prostatectomia com robô custa 30 mil, dos quais tive de completar 6 mil reais. Convênio com o

Hospital São Rafael, apartamento amplo, tipo hotel 3 a 4 estrelas, com sofá cama para acompanhante, profissionais ótimos, higienização perfeita, comida ruim. Três médicos realizaram o procedimento, além do anestesista, duas horas de duração. Disseram que tudo transcorreu tranquilamente, e apesar de meus 74 anos e ter todas as doenças da velhice, no dia seguinte já estava andando, comendo e voltei para casa. Praticamente não senti

Penso estar auxiliando tantos idosos que como eu sabia tão pouco sobre essa glândula traiçoeira

dor alguma. Minha filha veio de Maceió para me acompanhar, uma bênção!

O pós-operatório é meio chatinho: a sonda urinária e a bolsa coletora encham o saco por uma semana, mas felizmente sem dor. Acontece que o órgão genital inchou muito (edema) e o saco escrotal ficou roxo igual ao do Collor (hematoma). Até então os únicos remédios eram os prosaicos dipirona e nimesulida (que minha outra filha apelidou de “a mão de Deus”), porém, para amenizar essas sequelas, tomei 7 dias de antibiótico. Retirada a sonda, muito ardor na uretra noite e dia, micção a conta gotas. Paciente precisa ter paciência, disse meu genro e aos poucos os ardores foram passando. Após 33 dias da operação, estou quase completamente normal.

Meu principal receio era a constrangedora incontinência urinária e ter de usar fralda geriátrica. Cheguei a comprar

preventivamente o tal “modess masculino”, que usei apenas 4, pois felizmente, cada dia controlo melhor a micção. Que gostoso é urinar sem dor!

Acabo de receber o resultado do primeiro exame do PSA após a extração da próstata, para constatar se o câncer fora efetivamente extirpado: 0,03, abaixo do limite esperado. “Excelente” segundo avaliação do cirurgião, “muito bom”, disse o Clínico, via WhatsApp. Exame que deve ser repetido mensalmente para controlar, através de eventual e indesejada radioterapia, a recidiva das células agressivas. Voltarei ao tema em São João.

Mais que exibicionismo de um véio descompreendido, ao compartilhar tais intimidades, penso estar auxiliando tantos idosos que como eu sabia tão pouco sobre essa glândula traiçoeira. Última novidade: os médicos receberam Cialis, regulador da disfunção erétil. Hum...

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

Um desgoverno criminoso

O colapso nos hospitais de Manaus com a explosão de casos de Covid-19 e a falta de oxigênio está levando à morte dezenas de pessoas por asfixia nos leitos improvisados dos hospitais ou nas residências. O despreparo e desqualificação funcional do Ministro da Saúde Eduardo Pazuello e a omissão irresponsável, a inação e os reiterados boicotes ao combate do coronavírus do atual presidente da República são os responsáveis pelas recentes mortes em Manaus e devem responder criminalmente pelas mais de 207 mil de mortes decorrentes desta pandemia. É inadmissível que a monstruosidade deste desgoverno continue impunemente a impedir ou tumultuar as ações de combate à pandemia, a divulgar o uso de medicamentos terapêuticos ineficazes e inapropriados à Covid-19, o não acesso às redes públicas de saúde de equipamentos, insumos, oxigênio e respiradores, como verificados em Manaus e em todo o País. Trata-se de uma política genocida dolosa e negacionista, contrária ao isolamento social, ao uso de máscaras de proteção, provocando, produzindo e originando aglomerações públicas, contribuindo para a propagação deste vírus, numa evidente ação contrária à incolumidade pública. MARCELO MATTOS, MATTOS-MARCELO13@YAHOO.COM.BR

Suas Excelências Capital e Voto

A Ford deixa o Brasil sob alegação de: “A medida em que a pandemia do covid-19 amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas significativas”. O governo petista da Bahia diz: “Infelizmente temos um país que não cuida da sua economia”. Quem está mentindo? O petismo fazendo a politicagem de sempre tentando atingir o governo federal que devolveu: “O governador da Bahia não teve capacidade de negociar e evitar a saída da Ford”. Os críticos ferrenhos do capitalismo continuam defendendo o comunismo e o socialismo com o

É inadmissível que a monstruosidade deste desgoverno [Bolsonaro] continue impunemente a impedir ou tumultuar as ações de combate à pandemia [do novo coronavírus]

que restou somente na Coreia do Norte, Cuba e Venezuela, com seus povos sem liberdade e desabastecidos de quase tudo. É preciso respeito à Sua Excelência o Capital, verdadeiro gerador de emprego e renda. Disse Rui Barbosa “O comunismo não é a fraternidade; é a invasão do ódio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens, é a sua exterminação mútua”. Quem contesta o Águia de Haia sem cometer imbecilidades? Não adianta gritar “fora, Bolsonaro”, só quem o tira de lá é quem o colocou, Sua Excelência o voto. Não adianta gritar “volta, Lula”, ainda que o papel aceite tudo sem reclamar. LUIZ SANTANA, LUCARNO-SAN@HOTMAIL.COM

MDB nas duas Casas?

A experiência, que ora se finda, de termos o mesmo partido comandando Câmara dos Deputados e o Senado tornou o DEM o dono do Legislativo, ao ditar a pauta. Se Bolsonaro soubesse costurar acordos e mantivesse Maia e Alcolumbre no seu reago, estaríamos numa ditadura “democrática”. Graças a Deus impôs-se o isolamento político-social entre os atores. Agora, Baleia e Tebet duelam pelas duas casas. Não duelam entre si, mas tenho como certo que os políticos de alto pedigree do MDB apoiarão o que tiver mais chance de ganhar uma das casas, deixando

o outro ao relento. Gosto da Tebet mas o Rodrigo Maia focado na “vendetta”, parece-me, conseguirá eleger o Baleia. Depois Rodrigo perderá pouco a pouco o protagonismo e será apenas mais um no Centrão. Deus o leve. ROBERTO MACIEL, ROVI-SA681@GMAIL.COM

O colapso do Brasil

O colapso que atinge Manaus na saúde é o colapso que vive o Brasil em todas as áreas. É de chorar assistir o desespero da área de saúde, familiares desesperados vendo entes queridos morrerem por falta de atendimento, vaga nos hospitais, cilindros de oxigênio. Faltando oxigênio no estado pulmão do mundo. O genocida Bolsonaro é a criatura que comanda a chacina, mas foi e é apoiado pela elite agrária e financeira, unida para assaltar o Estado, usando a pandemia para eliminar os improdutivos do mercado de capitais, pobres, negros, idosos. Um roteiro de terror. Não dá para prever o desenlace dessa tragédia, enquanto a oposição estiver acuada pela pandemia, mas o copo está cheio. A única certeza é que sem “fora, Bolsonaro” e a volta do Estado de Direito (soberania e democracia, sob o crivo do voto livre e soberano) não se vislumbra saída. ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAO-SA1@UOL.COM.BR

Bilhetes disponíveis

Já está disponível, no endereço www.noptapremiadabahia.ba.gov.br, a consulta aos bilhetes para quem vai participar do sorteio de janeiro da Campanha Nota Premiada Bahia, na próxima quinta-feira. Para acessar, basta fazer login e escolher a opção Minha Conta, e na sequência, Bilhetes. A distribuição dos prêmios alcança o montante de R\$ 1 milhão: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil.

POUCAS & BOAS

● O Laboratório de Produção de Mudas do Campus IX da Uneb, em Barreiras, recebeu esta semana materiais para recompor a cobertura que foi danificada pelas fortes chuvas, através de doação do Instituto da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Iaiba). No local são produzidas mudas de plantas nativas para recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APPs) para diversos projetos, entre eles o Programa de Recuperação de Nascentes, executado em diversos municípios da região pela Aiba e Abapa, em parceria com as gestões locais e produtores rurais.

● Cerca de 37 mil alevinos de espécies nativas, como piau verdadeiro e curimatã, foram inseridos pela Codevasf em trechos no rio São Francisco na comunidade Barrinha, na zona rural de Bom Jesus da Lapa, durante as comemorações de Bom Jesus dos Navegantes. Os alevinos foram produzidos pela Codevasf no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Xique-Xique, que somou cerca de 1,9 milhão de alevinos produzidos no ano passado, usados no repovoamento do São Francisco, seus afluentes e nas lagoas marginais.

MIRIAM HERMES, RAUL AGUILAR E REDAÇÃO

COVID-19 Rui Costa anunciou ontem a decisão; meta é vacinar 5,08 milhões de pessoas até maio

Governador entrará com ação no STF para liberar a compra da Sputnik V

RODRIGO AGUIAR

Com a meta de vacinar 5,08 milhões de pessoas contra a Covid-19 até maio, conforme plano de imunização divulgado, o governo da Bahia informou que entrará com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter liberada a compra da vacina russa Sputnik V, diante da indefinição do governo federal em relação à imunização. O contingente inicial de 5,08 milhões de baianos a serem vacinados é relativo aos grupos prioritários.

"Não podemos admitir politicagem com vacina, portanto neste momento não há como definir uma data de início da vacinação sem que o Ministério da Saúde inicie a distribuição para os estados. Como alternativa à ineficiência do governo federal, determinei à Procuradoria Geral do Estado que ingresse com uma ação no STF para que a Bahia possa efetivar a compra da vacina russa Sputnik V", falou o governador Rui Costa.

Os testes clínicos da Sputnik na Bahia são conduzidos pelos centros de pesquisa do Instituto Couto Maia e Obras Sociais Irmã Dulce. Ainda em setembro do ano passado, o fundo soberano da Rússia (RDIF) e o governo da Bahia assinaram um acordo de cooperação para o fornecimento de até 50 milhões de doses da vacina russa.

Em agosto, o imunizante, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisa de Epidemiologia e Microbiologia de Gamaleya, foi registrado pelo Ministério da Saúde da Rússia e se tornou a primeira vacina registrada do mundo contra Covid-19.

Previsões de vacinação

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, reafirmou a expectativa

de que a vacinação comece no dia 20 de janeiro, como anunciado pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em reunião virtual com mais de 130 prefeitos, na última quinta-feira (14). O gestor informou, inclusive, que viajará a Brasília, já na segunda-feira (18), para participar de uma agenda do ministério.

"Estarei em Brasília até a terça para a solenidade de anúncio do processo de vacinação pelo governo federal, que começará no dia seguinte. Salvador está pronta para receber as vacinas. Disponho de toda infraestrutura física, seja de equipamentos como agulhas e seringas ou de pessoal, para receber as pessoas nos pontos de vacinação", disse.

A prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, e o prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins, também afirmaram que os municípios estão prontos para o começo da vacinação. "Na próxima quarta-feira, como tem sido anunciado pelo governo do Estado e federal, estaremos iniciando a vacinação em Lauro de Freitas. E só pediremos um pouco de paciência à população, porque a vacina chegará para vacinar os grupos de risco", disse.

Colbert, por sua vez, disse que só poderá anunciar o início da imunização quando as doses da vacina estiverem na cidade. "O ministro da Saúde disse que a vacina chega às capitais dos estados na próxima semana, mas ainda haverá a distribuição para os municípios do interior. Logo, só poderemos garantir o início da vacinação quando ela chegar à Secretaria Municipal de Saúde", ressaltou.

Atraso em voo

A cautela tem motivo: além



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 09.11.2020

Rui afirmou que não irá atrasar início da vacinação por conta de "politicagem"

Plano estadual de vacinação terá megaoperação e até drive-thru

Estão previstas 5.114 salas de vacina em todo a Bahia e serão necessárias 10,16 milhões de seringas e agulhas para imunizar os grupos prioritários, considerando a aplicação de duas doses.

Ainda segundo a secretaria, é possível que idosos com mobilidade reduzida ou acamados sejam imunizados em casa. Haverá estímulo para a adoção do sistema drive-thru nos centros urbanos. Profissionais de saúde que trabalham em hospitais poderão ser vacinados nas próprias unida-

des. Mais de 50 mil profissionais trabalharão no processo de vacinação.

O Estado tem 234 câmaras frias e 70 freezers, o que torna possível armazenar simultaneamente 3,5 milhões de doses, disse o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas. "Adicionalmente licitamos 100 ultracongeladores que chegam a temperaturas de até -86° C para as vacinas de RNA e, inicialmente, serão distribuídos 30 para as nove macrorregiões de saúde, cada um com capacidade de 368 litros",

afirmou o titular da Sesab.

Para a distribuição das vacinas pelas nove macrorregiões de saúde, serão utilizados 243 veículos, entre caminhões, furgões refrigerados, caminhonetes e aeronaves.

OA secretaria informou ter em estoque 10,2 milhões de seringas e agulhas e fez a compra de mais 19,8 milhões, cuja entrega do primeiro lote, com 4 milhões de unidades, está prevista para ocorrer nos próximos 15 dias, outros 4 milhões em fevereiro e o restante nos meses de abril, maio e junho.

do ministério ainda não ter feito qualquer anúncio oficial, enfrenta dificuldades para trazer da Índia 2 milhões de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford.

O jornal Hindustan Times publicou que, como a Índia ainda não iniciou seu programa de imunização, avalia que é cedo para se comprometer em exportar doses da vacina. O avião

Com decolagem inicialmente prevista para ontem, de Recife, o avião destinado a buscar as doses do laboratório indiano Serum atrasará sua saída em até três dias, disse o presidente Jair Bolsonaro.

"Foi tudo acertado para disponibilizar 2 milhões de doses. Só que hoje [ontem] está começando a vacinação na Índia. É um país com 1,3 bilhão de habitantes. Então, resolveu-se — aí não foi decisão nossa — atrasar um ou dois dias, até que o povo comece a ser vacinado lá. Isso daí, no meu entender, daqui a dois, três dias, no máximo, nosso avião vai partir e vai trazer esses 2 milhões de vacinas para cá", declarou.

Uso emergencial

Amanhã, a Anvisa deverá apresentar o parecer sobre os pedidos de uso emergencial feitos pela Fiocruz e o Instituto Butantan, respectivamente, para as vacinas de Oxford/Astrazeneca e a Coronavac.

Ambos imunizantes, e também a Sputnik V, podem ser armazenados em temperaturas entre 2 e 8 graus Celsius, o que faz com que todos os municípios baianos tenham a infraestrutura necessária para vacinação, de acordo com a Sesab. "A expectativa de é que as vacinas, assim que chegarem ao estado, sejam distribuídas em até 48 horas para todos os municípios", informou a pasta, por meio de nota.

Assim como a Sesab, a Secretaria de Saúde de Salvador também não tem informações mais detalhadas sobre o número de vacinas que serão destinadas pelo ministério à capital baiana. "Estamos nos preparando e na expectativa da chegada da vacina", afirmou a subcoordenadora de Doenças Imunopreveníveis da SMS, Doiane Lemos.

IPAC

Terreiros do Recôncavo Baiano vencem edital

TÁCIO CALDAS*

A história aconteceu nessa última passagem de ano, quando dez terreiros de candomblé deixaram as diferenças de lado e se uniram para serem contemplados pelo edital de chamamento público "Salvaguarda Patrimônio Imaterial". O edital, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), representa uma grande conquista para o povo de matriz africana e ocorre seis anos após o recebimento do título de patrimônio imaterial da Bahia pelos terreiros dos municípios de Cachoeira e São Félix. Isto, além de fortalecer os laços, garantiu a mais alta pontuação entre todas as propostas, foram 92,1 pontos.

Com o projeto "Patrimônio Sagrado do Recôncavo" e a conquista do edital, todos os envolvidos nessa união serão contemplados com R\$ 900 mil para a realização de cinco ações de salvaguarda dos terreiros patrimonializados. Segundo a Egbome, "essa conquista vai ser de suma importância porque vamos ter criação de muitas coisas. Ao todo serão cinco ações a serem feitas e construídas na base desse nosso projeto, e isso vai marcar muito a todos os envolvidos".

Todos os envolvidos nessa união serão contemplados com R\$ 900 mil

O terreiro Loba'Nekun fundado em 1914 e é um dos mais antigos de Cachoeira

Além do Loba'Nekun - Casa de Oração, outros nove templos estão abarcados no projeto. O Asepô Eran Opé Olúwa - Viva Deus, Humpame Ayono Huntóloji, Ilê Axé Itaylé, Ilê Axé Ogunjá, Inzo Nkosi Mukumbi Dendezeiro, Ogodô Dey, Aganju Didê - Ici Mimó, Loba'Nekun Filho e Raiz de Ayrá, são os agraciados com a conquista do edital. O recurso será destinado para a criação de um vídeo documentário, portal

Tacony Lecy / Divulgação / 16.08.2009

**Loba'Nekun é um dos terreiros contemplados**

virtual, plano planialométrico, publicação impressa e plano de salvaguarda. Todo o projeto conta com o apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e do IPAC.

De acordo com a Egbome Ana Clara, da casa Loba'Nekun, o terreiro Loba'Nekun, fundado em 1914, é um dos mais antigos terreiros de Cachoeira. Para ela, essa conquista é muito gratificante. "Isto mostrou que a nossa

união faz a força e que juntos nós vamos longe", afirmou Ana Clara.

Segundo Ana, "Essa divulgação vai ser muito importante e, para o nosso terreiro em específico, vai ser um marco, porque eu acho que ninguém ouve falar da gente fora daqui de Cachoeira", afirmou a representante do terreiro Loba'Nekun.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO RAFAEL TIAGO NUNES

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Novo centro integrado de apoio às mulheres é criado

**RAPHAEL SANTANA**

As mulheres vítimas de violência doméstica em Salvador devem contar com um centro especializado de atendimento, batizado de Casa da Mulher Soteropolitana. A informação foi divulgada pela nova secretária de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude de Salvador (SPMJ), Fernanda Lordelo, durante entrevista ao programa Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, ontem.

Ainda sem data para começar a funcionar, o novo serviço é uma das ações do plano de governo desenvolvido pela prefeitura. "Na Casa [da Mulher Soteropolitana], a gente vai buscar atender, de forma humanizada, as mulheres em situação de violência e integrar o sistema de justiça, com o juizado especial, Ministério Público, Defensoria Pública e as Deams (Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher)", afirmou.

A ideia, segundo Fernanda Lordelo, é a de que o centro especializado sirva de alojamento para estas mulheres, com apoio psicossocial, inclusive para os filhos, e serviços de capacitação da

mulher para busca da sua autonomia econômica.

Questionada sobre a exposição das vítimas, com a divulgação de endereços de abrigos e centros especializados, a secretária acredita que o trabalho conjunto, com atuação do MP, Defensoria e todos os outros órgãos, vai garantir uma proteção adicional à mulher. "São pontos que precisam ser tratados com muita cautela, porque, muitas vezes, a ausência do sigilo devido gera a morte da mulher. O diálogo especializado com estes setores faz com que a gente crie alternativas de segurança para as mulheres".

Aumento da violência

Os dados da violência doméstica, especificamente no período da pandemia da Covid-19, ainda são desconhecidos, mas se acredita em um aumento significativo, uma vez que a mulher está em situação de confinamento com os agressores.

"Alguns índices vêm de reportagens, mas sem dados específicos. Os centros de referência, por exemplo, não tiveram um aumento tão significativo e a base da Secretaria é o centro", falou.

Para denunciar basta ligar para o Disque 180; Delegacia Especial de Atendimento à Mulher 71 3116-7000 (Brotas) ou 71 3117-8203 (Periperi).

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

TEMPO REAL Confira a atualização do noticiário no portal

www.atarde.com.br/politica

ARTICULAÇÃO Avanço da sigla do vice-governador gera reação

Espaço maior para o PP desagrada base aliada

RAUL AGUILAR

Gerou controvérsia entre os partidos da base aliada do governador Rui Costa (PT) a informação de que o PP vai ganhar mais espaço na estrutura estadual após o imbróglia criado por ele na eleição para presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). Ignorando o acordo firmado em 2018, com a anuência do governador, o PP tentou até os 45 minutos do 2º tempo provocar um bate-chapa entre o deputado estadual Niltinho (PP) e o Adolfo Menezes (PSD), nome pactuado entre os partidos e Rui para assumir o posto máximo da ALBA em 2021.

O vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, presidente estadual do PP, teria aceitado o convite para comandar a Casa Civil do governo da, atualmente sob a batuta interina de Carlos de

Melo, que assumiu o posto em junho de 2020. Atualmente sob a batuta interina de Carlos de Melo, que assumiu o posto em junho de 2020. No lugar de Leão na SDE deve assumir o atual presidente da ALBA, o deputado Nelson Leal (PP).

A oferta de novos postos de comando ao PP foi interpretada como desrespeito aos partidos que compõem o arco de aliança de Rui Costa na Bahia, inclusive, a própria legenda da qual o governador faz parte - o PT. O deputado federal Marcelo Nilo (PSB) foi um dos primeiros a se queixar. Em uma rede social, Nilo afirmou que o vice-governador foi beneficiado por "bater" em Rui Costa, ao contrário dele, que "sempre foi leal".

Nilo é coordenador da bancada baiana no Congresso Nacional. Em entrevista ao A TARDE, Nilo afirmou que consultará "amigos e pessoas que fazem política com ele" para adotar uma decisão



Vice-governador e presidente estadual do PP, João Leão, pode assumir a Casa Civil

sobre sua permanência no governo. O deputado não descarta um desembarque motivado principalmente pelo "desprestígio" com que ele e partidos aliados vêm sendo tratados.

"Não dá para participar de um governo em que Leão é o chefe da Casa Civil. Eu não posso sentar para despachar com um cara que eu briguei por defender o governo. Quem bate é promovido e eu, que não bato, que sempre fui leal, não", lamentou Nilo.

Ele disse que há 31 anos é deputado e aliado do PT. "Sempre parceiro, amigo, correto, defendendo o interesse da atual arco de alianças, não sou promovido em nada, nem o que tenho no

governo é mantido. Rui tem deixado o filé para o PP e PSD na administração. Aos outros partidos da aliança ele tem deixado o osso", diz.

"Quem anunciou os cargos foi Leão. Em todos esses anos na política eu nunca vi alguém anunciar que foi chamado, geralmente é a pessoa que chama que avisa para todos. Está aí uma prova que ele é um cara muito próximo ao governador". Informações de bastidores dão conta de que os novos cargos recebidos pelo PP teriam vindo do próprio governador e que serviram como uma espécie de retribuição ao partido de Leão, por não ter criado problemas que poderiam afetar a unidade da base na escolha do novo pre-

sidente da ALBA. O cargo também seria uma retribuição a Nelson Leal pelo atuação alinhada ao Palácio de Ondina durante sua gestão. Segundo fontes ligadas ao governo, após Rui saber que Leão havia comunicado à imprensa acerca das mudanças, e do clima de insatisfação que a notícia provocou em sua base, ele sinalizou que pode recuar.

"Quem divulga, nomeia, anuncia mudança no governo até o dia 31 dezembro de 2022 sou eu e não deleguei isso a ninguém". Na 5ª-feira, o PP declarou sua saída da disputa e apoio ao candidato do PSD à presidência da ALBA.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

ENEM 2020

Bruno Reis diz que cabe ao governo decidir sobre prova

DA REDAÇÃO

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), se disse contra a aplicação das provas do Enem nos próximos domingos, mas acredita que se o governo federal decidiu pelo exame amanhã e no próximo domingo, deve ter "justificativas lógicas" para tal.

"Sou contra que fosse realizado neste momento, mas é o governo federal a quem cabe realizar e ele apresenta uma série de justificativas, dentre as quais a operacionalização [da prova]. Ouvi ontem um debate da realização no Amazonas, do Enem, em regiões inclusive de difícil acesso em que foram encaminhadas as provas, que já estão lá e que eles alegam que já selecionaram as pessoas e que suspender neste momento, da parte logística, operacional e principalmente da aplicação de recursos públicos, seria uma dificuldade maior para o governo federal", diz Bruno.

"Quem está governando é que cabe planejar e executar, analisar as variantes e tomar as decisões. Então, o governo federal tomou a decisão de manter o Enem e eu, aqui de fora, sem estar de posse do conhecimento de todos os dados, a priori, eu sou contra; mas se o governo federal está insistindo é porque alguma justificativa lógica ele deve ter", completou.

VEM AÍ...



**CONVERSA
BRASILEIRA**
de Verão



IMPASSE Fechamento do Complexo Industrial Ford Nordeste após 20 anos de atividade prejudica condutores e deverá encerrar 12 mil postos de trabalho

Caminhoneiros continuam acampados no pátio da Ford

FERNANDO VALVERDE

O anúncio do encerramento das linhas de produção da Ford no Brasil pegou cerca de 90 caminhoneiros que prestavam serviços para a montadora de surpresa. Em condições beirando a insalubridade, já que não possuem estadia, fornecimento de alimentação ou até mesmo acesso à água, captada das torneiras de um banheiro destinado para os vigias da planta da montadora, alguns acampam nas boleias dos seus veículos desde domingo, 10, quando chegaram para realizar a descarga dos materiais no local.

“Cheguei no domingo aqui e só tinha dois caminhões. Ai nos disseram que só iam descarregar na terça-feira. Quando chegou na segunda veio a notícia, e desde então estamos nessa situação aí”, afirmou o motorista Denilson Santos, residente de Camaçari e que buscou a carga em Limeira, a 134km de São Paulo e 1964km de Camaçari.

De acordo com ele, que fazia a linha de transporte de carga da montadora desde 2018, a empresa não deu nenhuma satisfação que justificasse o não-recebimento das cargas, o que tem atrapalhado a vida de trabalhadores, já que não estão recebendo as diárias durante tempo parado, como era de praxe.

“A Ford não fala nada. Só tem um preposto nosso que tenta conseguir um local pra gente descarregar, para que



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Condutores surpreendidos pelo fechamento da fábrica aguardam posição da Ford

Anúncio do encerramento das linhas de produção da Ford pegou cerca de 90 caminhoneiros que prestavam serviços para a montadora de surpresa

possamos ir embora. A maioria é pai de família e não é daqui. Estamos aqui desde segunda-feira, alguns desde domingo, e até agora não se resolveu nada”, diz.

Após 20 anos de atividade no estado, o fechamento do Complexo Industrial Ford Nordeste pode impactar nos empregos de 12 mil trabalhadores diretos de acordo com estimativas do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari. O grupo afirma que os postos de trabalho perdidos apontam para 5 mil da Ford e outros 7 mil de empresas e transportadoras que prestavam serviço para

a montadora, onde os caminhoneiros se encaixam.

Em nota, a Ford disse que “está informando aos fornecedores que os caminhões que estão parados na fábrica ou a caminho deverão retornar aos respectivos fornecedores, e essas questões serão tratadas diretamente pela Ford com cada empresa”.

A Nova Minas Transportes e a Transportes Furlong, que transportavam cargas para a montadora, e o Sindcargas não deram retorno ao contato da reportagem.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

IPIRÁ

Prefeito expõe débitos volumosos e contas zeradas

DA REDAÇÃO

Com os secretários de finanças Luzivaldo Oliveira e de administração Thiago Oliveira, o prefeito de Ipirá, Dudy, expôs em live informações sobre como encontrou o município no início de sua gestão: estrutura destruída, débitos milionários e caos administrativo.

O gestor reafirmou o compromisso da gestão com a transparência, trazendo ao conhecimento da população os resultados dos trabalhos desempenhados nos últimos 14 dias, abordando os problemas encontrados nas áreas administrativa e, sobretudo financeira. “Um município com mais dívidas que arrecadações”, definiu o prefeito ao avaliar a situação do município.

Salários atrasados

Sobre o salário dos servidores, Dudy reafirmou seu compromisso com a categoria, garantindo o pagamento dos salários assim que possível e ressaltando que a situação está sendo criteriosamente avaliada. Ressaltou ainda que a gestão anterior poderia ter efetuado o pagamento dos servidores, mas optou por priorizar o pagamento de fornecedores. Na live, sobre as dívidas, o prefeito providências serão tomadas contra o ex-gestor.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

BARREIRAS

Prefeitura: proposta de volta às aulas em fevereiro

DA REDAÇÃO

A prefeitura de Barreiras, oeste da Bahia, afirmou na quinta-feira, 14, que atua na adequação das creches, unidades escolares de educação infantil e ensino fundamental, para o retorno das atividades letivas presenciais no próximo dia 1º de fevereiro. De acordo com o órgão, o objetivo é concluir o ano letivo 2020. Até lá os alunos seguem em atividades remotas.

A proposta de retorno foi avaliada e aprovada na última reunião do Comitê de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), que foi realizada na quarta-feira, 13. A publicação no Diário Oficial do Município vai sair ainda esta semana.

Gestores e educadores vão ter acesso a itens de biossegurança e equipamentos de proteção individual, material de sinalização e cartilhas. As equipes responsáveis pela instalação da sinalização horizontal e vertical dos ambientes já estão trabalhando. As unidades de ensino, a partir de segunda-feira, 18, vão receber máscaras de tecido para a distribuição aos alunos. A testagem dos profissionais de educação, em andamento, será concluída antes do retorno das aulas presenciais.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

O COLUNISTA LEVI VASCONCELOS ESTÁ EM FÉRIAS E RETORNA EM FEVEREIRO

ASSINE A TARDE

ASSINE O JORNAL A TARDE LÍDER DE CIRCULAÇÃO NO NORDESTE (IMPRESSO+DIGITAL), FIQUE BEM INFORMADO E GANHE PRÊMIOS.

E tem mais, faça parte do nosso clube de vantagens.



assine.atarde.com.br

Segunda a sexta das 9h às 16h
71 **3533-0850** (Salvador e Região Metropolitana)
0800 071 8500 (demais localidades)

Jornal **A TARDE** Grupo **A TARDE** COMUNICAÇÃO

ASSINATURA ANUAL DIÁRIA DIGITAL

3x
R\$ 3,90
+ 9x R\$ 8,99

INFORMAÇÃO SEMPRE NA SUA MÃO EM QUALQUER LUGAR DO ESTADO, NO BRASIL OU NO MUNDO.



IVC Novembro/2020 Segunda a Domingo - Ed. Impressa + Digital - Jornal A TARDE!

A Bahia foi surpreendida com o anúncio do fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, duas décadas depois de inaugurada, após uma árdua batalha política para trazê-la, em um movimento que envolve o encerramento das atividades fabris da empresa no Brasil. Desabou um dos pilares da industrialização baiana!

Não precisávamos ter estado dentre os primeiros contemplados, em escala global, por esse movimento de saída do automóvel de cena, sobretudo porque, alheios às transformações tecnológicas e econômicas, não estávamos preparados, sequer psicologicamente, para o pior. Analisando o desenvolvimento das cidades, vê-se que logo o carro será elétrico, autônomo, compartilhado e demandado por aplicativo, provocando grandes mudanças no ambiente urbano. De todas essas transformações, na prática, localmente só começamos a experimentar a chamada por aplicativo. Mas acabamos de ser atingidos pelo conjunto.

A fusão da Peugeot com a Fiat Chrysler, recém-aprovada, não é para formar um novo gigante, mas apenas uma atitude defensiva no setor, diante dos novos desafios que a manufatura de automó-

veis vem enfrentando. Sinal dos tempos: a Arábia Saudita, grande produtora de petróleo, acaba de anunciar a criação de uma cidade para um milhão de habitantes, sem carros, só com transporte público.

Fica-nos uma lição, que espero seja aprendida o quanto antes: quer queiram ou não os governantes, de hoje e de amanhã, a economia agora é globalizada e os seus reflexos se fazem sentir, para o bem e para o mal, em todos os lugares. É indispensável estar atento a esses movimentos, que não se compadecem de ideologias, nem de preconceitos.

O que não adianta agora é chorar o leite derramado ante a crise do desemprego, a per-

Artigo Waldeck Ornélas

O automóvel saindo de cena

Diante do novo cenário global, o que importa é identificar as oportunidades que se oferecem

da de receita pública, o agravamento dos problemas sociais. Os governantes não podem agir de forma provinciana, pensando que a casa não vai cair na sua cabeça. Nem imaginar alternativas fantasiosas. Factoide é a modalidade oficial das fake news.

A economia balana levou um duro golpe, o que piora ainda mais o cenário de inércia e animismo em que estamos vivendo. O fechamento da Ford agrava, em muito, o fato de que

a Bahia está em declínio econômico (Lá vem a Bahia, descendo a ladeira, Correio, 12/1), tendência contra a qual é preciso reagir o quanto antes. Mas não contamos sequer com um monitoramento adequado da economia local. A outrora relevante Seplantec foi reduzida à mínima expressão e envolvida no jogo político. Faltam estudos, planos, programas e projetos, no governo e na academia, capazes de fundamentar os novos rumos que a Bahia deva seguir.

O contexto é preocupante: a Região Metropolitana deixou de ter qualquer diretriz; a petroquímica vem sendo desativada por obsolescência tecnológica e não há qualquer movimento organizado por sua

reestruturação; o agronegócio está a demandar atenção por todos os quadrantes do Estado; o Recôncavo diluiu-se; o Litoral Sul, desde a vassoura-de-bruxa, perdeu a identidade e a pujança, que precisa ser reconstruída; a agricultura familiar continua tímida; a rede urbana é capenga.

Diante do novo cenário global, o que importa é identificar as oportunidades que se oferecem, e correr atrás delas, de preferência antecipando tendências. É preciso abrir novas frentes, prospectar novas possibilidades, otimizar as existentes, prestar atenção ao que acontece no mundo.

A tecnologia se apresenta como um dos novos caminhos. Nessa linha, o Climatec está se transformando na universidade moderna que a Ufba optou por deixar de ser. Mas a Bahia precisa das duas; e também das estaduais e federais plantadas no interior, que ainda não se voltaram para a pesquisa e o desenvolvimento regional.

O momento é crítico e requer uma grande mobilização de todos para resgatar a Bahia, antes que a ladeira vire despenhadeiro.

WALDECK ORNÉLAS É ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL, AUTOR DE CIDADES E MUNICÍPIOS: GESTÃO E PLANEJAMENTO

ECONOMIA

REPASSE DO DPVAT PASSA A SER FEITO PELA CAIXA

TRÂNSITO A partir de hoje, a Caixa assume a gestão dos recursos e do pagamento das indenizações do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat). De acordo com a instituição, "as solicitações de indenização poderão ser feitas nas agências do banco para acidentes com vítimas ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2021". De responsabilidade da Superintendência de Seguros Privados (Susep), vinculada ao Ministério da Economia, o Dpvat é um seguro obrigatório destinado a indenizar vítimas de acidentes de trânsito ocorridos em todo o território nacional. A Caixa será o responsável pela gestão dos recursos do seguro e pelo pagamento das indenizações.

NEGÓCIOS

2,3 BI

de reais é quanto o grupo Essentia Energia irá investir na implantação de seu primeiro parque eólico na Bahia. O complexo Ventos de São Vitor, com capacidade instalada de aproximadamente 2 Gigawatts (GW)/ano, será instalado nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. O empreendimento vai criar mais de 2 mil empregos durante a construção

Bolsa Família inicia pagamento do benefício em 2021

GOVERNO O Ministério da Cidadania divulgou o calendário anual de pagamentos dos benefícios do Programa Bolsa Família para 2021. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União. Em janeiro, o pagamento será feito entre os dias 18 e 29.

Programa com 14 milhões de famílias inscritas, o Bolsa Família paga os beneficiários conforme o dígito final do Número de Identificação Social. Os depósitos ocorrem sempre nos dez últimos dias úteis de cada mês. As datas já haviam sido divulgadas pela Caixa Econômica Federal, responsável por operar o Bolsa Família.

Em dezembro, a Caixa começou a migração dos beneficiários que ainda sacam o Bolsa Família exclusivamente com o Cartão Cidadão para a conta poupança social digital. Usada no pagamento do auxílio emergencial, a conta poupança permite o pagamento de boletos e de contas domésticas (como água,

energia elétrica e gás).

O programa de transferência direta de renda é direcionado às famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza, com o objetivo de amenizar a situação de vulnerabilidade social.

A origem dos recursos é da União, por intermédio do Ministério da Cidadania.

Famílias em situação de extrema pobreza recebem R\$ 89, mas o benefício pode variar caso os núcleos tenham em sua composição gestantes, mães que amamentam, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. Nesse caso, o valor de cada benefício é de R\$ 41, sendo permitido acumular até cinco benefícios por mês. Dessa forma, o crédito pode chegar a R\$ 205.

Já as famílias com adolescentes de 16 e 17 anos podem acumular até dois benefícios de R\$ 48, ou seja, R\$ 96.

Confira abaixo o calendário de pagamento do Bolsa Família para 2021

ASSINATURA DA FOTO

CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS		2021											
FINAL DO NIS	DIA E MÊS DO PAGAMENTO												
1	18	11	18	16	18	17	19	18	17	18	17	10	
2	19	12	19	19	19	18	20	19	20	19	18	13	
3	20	17	22	20	20	21	21	20	21	20	19	14	
4	21	18	23	22	21	22	22	23	22	21	22	15	
5	22	19	24	23	24	23	23	24	23	22	23	16	
6	25	22	25	26	25	24	26	25	24	25	24	17	
7	26	23	26	27	26	25	27	26	27	26	25	20	
8	27	24	29	28	27	28	28	27	28	27	26	21	
9	28	25	30	29	28	29	29	30	29	28	29	22	
0	29	26	31	30	31	30	30	31	30	29	30	23	

Brasil perdeu, em média, 17 fábricas por dia em seis anos

INDÚSTRIA Na semana passada, o anúncio da decisão da Ford de fechar suas fábricas no Brasil após 100 anos evidenciou o processo de desindustrialização em curso no país, agravado nos últimos tempos. Há seis anos consecutivos, desde a recessão iniciada em 2014, o Brasil vê o número de indústrias no território nacional cair. No ano passado, 5,5 mil fábricas encerraram suas atividades. Ao todo, entre 2015 e 2020, foram extintas 36,6 mil. Isso equivale a quase 17 estabelecimentos industriais exterminados por dia.

Segundo a série histórica iniciada em 2002, até 2014 o número de fábricas crescia, mesmo com a indústria de transformação perdendo relevância na economia diante do avanço dos outros setores.

Há seis anos, o país tinha 384,7 mil estabelecimentos industriais. Mas, no fim do ano passado, a estimativa era de que o número tinha caído para 348,1 mil.

O desempenho da indústria nacional está hoje 14% abaixo do pico atingido em 2011

CRISE PRESSIONA MARCAS DE CARROS DE LUXO NO PAÍS

MONTADORAS A decisão da Ford de encerrar produção no país coloca holofotes em todo o setor, em especial nas marcas de carros de luxo que produzem em baixa escala. O grupo já teve a primeira baixa um mês antes da Ford, quando a Mercedes-Benz fechou a fábrica de Itacemápolis (SP). Outra marca do segmento, a Audi, ficará parada ao longo deste ano e só em 2022 decidirá se mantém ou não a linha de produção no complexo da Volks em São José dos Pinhais (PR).

As marcas premium abriram fábricas entre 2014 e 2016, elevando o status da indústria brasileira que, por muitos anos, teve produção voltada aos chamados carros populares. As três alemãs (Audi, BMW e Mercedes) e a britânica/indiana Jaguar Land Rover investiram R\$ 2,2 bilhões para uma capacidade conjunta de 102 mil automóveis ao ano e 4 mil empregos diretos. Em seis anos, elas produziram 140 mil veículos. No ano passado, foram 14 mil.

Baleia Rossi e Arthur Lira sinalizam apoio a ajuda emergencial, mas ponderam lado fiscal

DISPUTA PELA CÂMARA Os dois principais candidatos à presidência da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP), sinalizaram o apoio ao debate em torno da ajuda emergencial do governo na esteira da covid-19, embora ambos tenham reforçado a necessidade de compromisso com as contas públicas. As defesas foram feitas em artigos de opinião na Folha de S.Paulo.

“Muitas incertezas ameaçam o futuro imediato dos brasileiros: a pandemia; a premente necessidade de vacinarmos a população; os terríveis efeitos da crise; a urgência de assegurarmos uma rede de proteção social; e a necessidade inadiável de conciliar um diálogo com a sociedade e o mercado sobre tudo o que precisa ser feito para a economia não entrar em colapso, para as finanças públicas não saírem do controle e para o povo não ser penalizado”, escreveu Lira, candidato apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O deputado disse ainda

que, diante das dúvidas sobre o futuro do país, são necessárias respostas “claras”. Para ele, a gestão de Baleia será continuidade da de Rodrigo Maia, marcada pelo que chamou de interrogação.

Baleia, por sua vez, afirmou que Lira se associou a políticos que “passaram os últimos meses em campanha aberta contra a vacinação, semeando o ódio”. Ainda assim, acenou com o diálogo com o governo. Segundo o emedebista, sua eventual gestão será marcada pelo “equilíbrio” com as demandas do Executivo, do Parlamento e da sociedade.

“Muitos brasileiros sobreviveram em 2020 graças ao auxílio emergencial. Chegaram em 2021 na porta do abandono. Foi a Câmara quem trouxe o amparo. Não pode faltar agora. É preciso encontrar recursos para atendê-los e, ao mesmo tempo, recuperar rigor fiscal e previsibilidade da economia. A PEC emergencial também é prioritária”, escreveu, reforçando apoio à PEC 45 (reforma tributária), da qual é autor.

●● Muitos brasileiros sobreviveram em 2020 graças ao auxílio emergencial. Foi a Câmara quem trouxe o amparo. Não pode faltar agora
Baleia Rossi

●● Muitas incertezas ameaçam o futuro imediato dos brasileiros: a pandemia, (...), a urgência de assegurarmos uma rede de proteção social
Arthur Lira

Trânsito Capital baiana registra o menor número de mortes do Brasil no ano passado

PÁG. 17

Cena de cinema 'Chuva de dinheiro' em janela de hotel causa furdunço na Barra

PÁG. 18



NELSON ALMEIDA / AFP

ENTENDA AS VACINAS

● CORONAVAC

A vacina da usa o vírus inativado, que não consegue nos deixar doentes, mas isso é suficiente para gerar uma resposta imune e criar no nosso organismo uma memória de como nos defender. A tecnologia é bastante tradicional e foi desenvolvida há 70 anos

A eficácia imunizante é de 50,38%.

São necessárias duas doses para conquistar o máximo de eficácia

Não foram registrados efeitos adversos graves

● OXFORD/ASTRAZENECA

Utiliza uma tecnologia conhecida como vetor viral recombinante. Ela é produzida a partir de uma versão enfraquecida de um adenovírus que causa resfriado em chimpanzés - e que não causa doenças em humanos. À esse imunizante foi adicionado o material genético usado na produção da proteína "spike" do Sars-CoV-2, a que ela usa para invadir células, induzindo os anticorpos

A eficácia média do imunizante é de 70,4%, com até 90% de eficácia no grupo que tomou a dose menor

Não foram registrados efeitos adversos graves

Vacina segue para os estados hoje

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse ontem que o governo federal começa hoje, às 7h, a distribuição de vacinas contra a covid-19 para todos os estados. Ele também previu o início da campanha de imunização para quarta-feira, às 10h. A distribuição, segundo o ministro, será feita pela FAB a "pontos focais" definidos por cada estado.

"Está dado o primeiro passo para o início da maior campanha de vacinação do mundo contra o coronavírus", afirmou, referindo-se à aprovação da Coronavac e a de Oxford/AstraZeneca pela Anvisa.

Pazuello disse que as 6 mi-

lhões de doses do Butantan serão distribuídas proporcionalmente aos estados. "Qualquer movimento fora desta linha está em desacordo com a lei", garantiu.

O ministro disse ainda que "é muito provável" que o ministério consiga "coordenar a entrega" após início desta semana das dois milhões de doses que foram adquiridas pelo Brasil da vacina de Oxford/AstraZeneca feitas pelo Instituto Serum, da Índia.

APROVAÇÃO

A reunião da Anvisa, que autorizou o uso emergencial das vacinas Coronavac e da Universidade de Oxford contra a Covid-19 durou cerca de 5 horas. Os diretores acompanharam o voto de Meiruze Freitas, relatora dos pedidos. No caso da Coronavac, a diretora condicionou a aprovação à assinatura de termo de compromisso e publicação em Diário Oficial.

Os cinco diretores analisaram e aprovaram pareceres elaborados por três equipes da agência, formadas, ao todo, por 50 pessoas.

Ao proclamar o resultado, o diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, afirmou: "A imunidade com a vacinação leva algum tempo para se estabelecer. Portanto, mesmo vacinado, use máscara, mantenha o distanciamento social e higienize suas mãos. Essas vacinas estão certificadas pela Anvisa, foram analisadas por nós brasileiros por um tempo, o melhor e menor tempo possível. Confie na Anvisa, confie nas vacinas que a Anvisa certificar e quando ela estiver ao seu alcance vá e se vacine."



“Estamos preparados e no aguardo das doses em Salvador para dar início à imunização em nossa cidade Bruno Reis

Prefeito de Salvador

Bruno e Rui festejam decisão da Anvisa

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), usou ontem o Twitter para comemorar a aprovação unânime da Anvisa do uso emergencial das vacinas Coronavac e de Oxford. "A recomendação da Anvisa pelo uso emergencial das vacinas Coronavac e AstraZeneca é a primeira vitória nessa missão de imunização da população brasileira. Não podemos perder tempo no início da vacinação! Amanhã (hoje) vou à Brasília acompanhar de perto o processo de distribuição. Estamos preparados e no aguardo das doses em Salvador para dar início à imunização em nossa cidade", destacou o gestor.

O governador Rui Costa também usou as redes sociais para comemorar a decisão. Ele disse que a Bahia já está a postos para começar a receber as suas primeiras doses. "Vitória da ciência! Finalmente a Anvisa autorizou o uso emergencial das vacinas Coronavac e da Universidade de Oxford no Brasil. Dia de esperança para todos nós brasileiros. Vamos salvar vidas e combater o negacionismo. Que as vacinas cheguem logo à Bahia. Já estamos a postos", disse.

REPERCUSSÃO

Políticos e autoridades de todo o país comemoraram a decisão tomada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que liberou o uso emergencial no país de duas vacinas contra a covid-19. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que em meio a uma semana tão dura, a aprovação do uso emergencial de vacinas é um alento. "Parabênizo todos os profissionais envolvidos e a Anvisa pela seriedade e rapidez nesse trabalho".

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a Anvisa cumpriu seu papel de agência do estado. "O Brasil ainda responde por 10% das mortes pela covid no mundo, o que é inaceitável", afirmou.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso destacou: "Parabéns ao Butantan, a Fiocruz e principalmente aos que se dedicam à saúde. E não esquecer: o vírus continua a agir".

Veículo: Correio

Data: 16 e 17/01/2021

Correio*

O QUE A BAHIA QUER SABER

VACINAÇÃO A Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) divulgou na sexta-feira (15) o plano estadual de vacinação contra a covid-19. A previsão do órgão é que sejam imunizados 5,08 milhões de baianos nas quatro primeiras fases, que são os grupos prioritários estabelecidos pelo Ministério da Saúde, até maio.

Estão previstas 5.114 salas de vacina em todo o estado e serão necessárias 10,16 milhões de seringas e agulhas, considerando que os imunobiológicos possuem duas doses. É possível que os idosos com mobilidade limitada ou que estejam acamados sejam vacinados em casa.

Nos centros urbanos, o drive-thru será estimulado e, no caso dos profissionais de saúde que trabalham nos hospitais, a vacinação ocorrerá nas próprias unidades. Para executar a operação, estarão envolvidos mais de 50 mil profissionais de saúde.

De acordo com o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, o estado possui

Estado planeja imunizar 5 milhões de pessoas até maio contra a covid-19

234 câmaras frias e 70 freezers, para armazenar simultaneamente 3,5 milhões de doses. Durante a campanha, a distribuição dos imunobiológicos ocorrerá em 243 caminhões e furgões refrigerados, além de caminhonetes e aeronaves, contemplando as nove macrorregiões de saúde. O tempo de deslocamento será de até 48 horas, após a chegada das vacinas.

Na sexta, o governador Rui Costa solicitou que a Procuradoria Geral do Estado ingresse com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo uma decisão em caráter liminar e emergencial para

efetivar a compra da vacina russa Sputnik V. Tudo depende, no entanto, da aprovação da Anvisa, que exige que sejam feitos testes no Brasil.

Em Salvador, o plano de vacinação foi anunciado pela Prefeitura na quinta (14). Ao todo, serão 32 pontos de vacinação, divididos em 202 salas/baixas com 506 boxes de vacinação, conseguindo um efetuar um total de 15 mil doses por hora. Na primeira fase estão incluídos os trabalhadores da saúde, idosos com 75 anos ou mais e pessoas com 60 anos ou mais que vivem em asilos.

ALTA NOS DADOS

5.471

novos casos de covid-19 foram registrados em 24 horas, na Bahia. Segundo a Sesab, é o maior número em um só dia desde 22 de julho

10.775

ocorrências ainda estão ativas

9.575

pessoas já morreram no estado em decorrência da doença (taxa de letalidade de 1,81%)

528.539

casos foram confirmados desde o início da pandemia, sendo 508.189 já recuperados



Parcelas de benefício podem chegar aos R\$ 1,9 mil

SEGURO-DESEMPREGO O valor máximo das parcelas do seguro-desemprego passou a ser de R\$ 1.911,84. O benefício máximo aumentou em R\$ 98,81 em relação ao valor antigo (R\$ 1.813,03) e será pago aos trabalhadores com salário médio acima de R\$ 2.811,60.

Os novos valores do seguro-desemprego estão valendo desde a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2020, que ficou em 5,45%.

De acordo com a Secretaria de Previdência e Trabalho, o reajuste do seguro-desemprego é automático e garantido pela legislação brasileira, a partir do momento da divulgação do INPC pelo IBGE. "Dessa forma, realizamos as medidas operacionais necessárias às atualizações das faixas de salários médios da Tabela Anual do Seguro-Desemprego", afirmou a Secretaria.

5 parcelas é o número máximo permitido para os trabalhadores, que variam de acordo com o tempo de serviço

Os valores valem para os benefícios que ainda serão requeridos e também para os que já foram liberados - nesse caso, serão corrigidas as parcelas que faltam e que forem emitidas a partir do reajuste.

O valor recebido pelo trabalhador demitido depende da média salarial dos últimos três meses anteriores à demissão. No entanto, o valor da parcela não pode ser inferior ao salário mínimo vigente.

Tem direito ao seguro-desemprego o trabalhador que atuou em regime CLT e foi dispensado sem justa causa, inclusive em dispensa indireta - quando há falta grave do empregador sobre o empregado, configurando motivo para o rompimento do vínculo por parte do trabalhador.

Também pode requerer o benefício quem teve o contrato suspenso em virtude de participação em programa de qualificação profissional

oferecido pelo empregador, o pescador profissional durante o período defeso e o trabalhador resgatado da condição semelhante à de escravo.

Não é permitido receber qualquer outro benefício trabalhista em paralelo ao seguro nem possuir participação societária em empresas.

O trabalhador recebe entre 3 a 5 parcelas, dependendo do tempo trabalhado. O trabalhador recebe 3 parcelas do seguro-desemprego se comprovar no mínimo 6 meses trabalhado; 4 parcelas se comprovar no mínimo 12 meses; e 5 parcelas a partir de 24 meses trabalhado.

Para solicitar o seguro-desemprego pela 1ª vez, o profissional precisa ter atuado por pelo menos 12 meses com carteira assinada em regime CLT. Para solicitar pela 2ª vez, precisa ter trabalhado por 9 meses. Já na 3ª e demais, no mínimo 6 meses de trabalho.

PAGAMENTO DO BOLSA INCIAM NA SEGUNDA

SEM AUXÍLIO EMERGENCIAL Começa na segunda-feira (dia 18) o calendário de pagamentos do Bolsa Família - para os beneficiários com Número de Identificação Social (NIS) de final 1 - já sem o auxílio emergencial. Como o benefício concedido por conta da pandemia do coronavírus não foi prorrogado de novo pelo governo federal, os titulares agora voltam a receber o valor originalmente do programa social. Os depósitos costumam ser feitos nos últimos dez dias úteis de cada mês e, em janeiro, o pagamento vai até o dia 29 (para os que têm NIS de final 0).

ANTECIPAÇÃO PODE SOBRAR PARA FAMÍLIA

13º PELO INSS Após a divulgação de que o governo federal pretende antecipar os pagamentos do 13º dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos meses de fevereiro e março, a autarquia publicou na quinta-feira uma portaria determinando que o adiantamento do abono seja descontado do residual devido aos dependentes do segurado, em caso de morte desse beneficiário antes da conclusão do ano vigente. Nesse caso, ainda de acordo com o texto, o abono recebido antecipadamente será considerado uma dívida deixada pela pessoa que morreu.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3832	R\$ 5,3940
Dólar Turismo	R\$ 5,3390	R\$ 5,4520
Euro Turismo	R\$ 6,4870	R\$ 6,6000

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	28.382,88	-3,54%

POUPANÇA

16/01/2021	0,709%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,30%	4,52%	4,52%
INPC/IBGE	1,482%	5,45%	5,45%
IGP-M/FGV	0,96%	23,36%	23,36%

CNC REDUZ PARA 3,9% PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO COMÉRCIO EM 2021

Consumo A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reduziu de 4,2% para 3,9% a previsão para a expansão do setor neste ano, destacando a desaceleração das vendas em novembro frente ao mesmo mês de 2019. Segundo a CNC, o fim do auxílio emergencial, a alta da inflação e o desemprego apontam para vendas mais lentas neste início do ano.

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



O PIOR MOMENTO PARA SE TER
UM MAU GOVERNO É NO MEIO DE
UMA PANDEMIA

Um joelho sobre o nosso pescoço

É mais do que Manaus, é o Amazonas inteiro. É mais do que o Amazonas, é o Brasil que não consegue respirar. A tragédia dos amazonenses é a de todos nós. No pescoço do país, retirando o oxigênio, há uma pandemia e o peso de um péssimo governo. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o submisso, na quinta-feira à noite, ao lado do presidente, disse que Manaus estava em colapso. Falou como se não fosse ele o ministro. Era o reconhecimento do seu próprio fracasso, mas ele responsabilizou a localização geográfica da cidade e a falta da cloroquina. "Outro fator é que Manaus não teve a efetiva ação no tratamento precoce", disse, usando o novo nome do remédio ineficaz prescrito por Bolsonaro.

O promotor que entrou no hospital carregando o cilindro

com ar, comprado por ele, e que chegou no momento exato em que seu filho iria parar de respirar. O choro dele dizendo que viu pessoas morrendo no caminho até salvar o filho. A cidade que gravou um vídeo explicando o drama que a cidade vivia. A enfermeira que pediu "orem pelo Amazonas". Estados se preparando para receber bebês prematuros. São pedaços de um filme de horror que pode se espalhar pelo país.

Agora é a hora da emergência, e tudo o que se fizer para abastecer Manaus de oxigênio será pouco, porque vidas estão sendo perdidas. Mas é preciso entender o que se passou por lá. O ministro, que esteve dias antes na cidade, tinha que ter visto os sinais da tragédia e agido para preveni-la. O que fez foi dar ordens de que usassem cloroquina, o "tratamento precoce",

A transmissão de quinta-feira do presidente e de seu ministro, com a presença do presidente da Caixa, era o retrato do descaso com a vida humana que este governo tem exibido desde o primeiro dia desta pandemia. Pazuello leu de soslaio algo escrito por Bolsonaro num papel e elogiou como "inteligentíssima" uma pergunta que colocava em dúvida a eficácia do uso de máscaras. No mesmo dia, circulava nas redes um vídeo com parlamentares governistas e uma juíza estimulando as pessoas a tirarem as máscaras. E cantando música que invoca a "pátria amada". Seria patético se não fosse criminoso.

Enquanto nas redações do país jornalistas processavam e buscavam imagens e relatos que dessem o tom do desespero de Manaus, Bolsonaro co-

meçou sua live dizendo que estava mandando abrir mais agências da Caixa. Empobado, o ministro da Saúde começou dando uma lição geográfica como se palestrassem para estrangeiros.

- Manaus é uma ilha no meio da floresta amazônica. Brasília é a última grande cidade ao Norte e a partir daí são três horas de voo de Brasília. Em cima da floresta. Isso é a distância e o desafio logístico - disse, e continuou com essa fala inútil, fora do tom e da hora, com platitudes sobre o ciclo chuvoso.

A única coisa decente a fazer era pedir demissão por incompetência. Logística é gestão de estoques, é estudar previamente o fluxo dos produtos e equipamentos que precisam estar no lugar certo na hora exata. Em Manaus, pessoas estavam naquele momento morrendo por colapso logístico. Ele se atrasou em tudo, apesar de alertado pelos produtores sobre a falta de oxigênio, como foi sobre a falta de seringas e agulhas, o ministro deixa tudo para depois. A sua hora é a do atraso.

O governo federal, na federação brasileira, coordena, articula, socorre, pacifica, é o único que pode ter a informação cen-

tralizada de tudo o que ocorre neste país continental. O Brasil se organizou em federação para estar unido em suas muitas identidades e situações geográficas. O governo Bolsonaro falhou desde o primeiro momento porque sabotou seu papel. Fez isso porque o presidente da República debocha da doença e das recomendações médicas, espalha o vírus do negacionismo, milita contra medidas de proteção. Lidera um governo de invertebrados, que o seguem e não se rebelam contra os absurdos diários de Bolsonaro.

Não há um momento bom para ter um mau governo, mas há o pior momento, que é no meio de uma pandemia, quando o que mais se precisa é de um presidente que tenha compaixão e senso de urgência, que acredite na ciência e siga a orientação dos médicos. Um bom governo não nos livraria do vírus, mas protegeria vidas humanas, agiria preventivamente, uniria o país, coordenaria os esforços. Um bom governo não atormentaria o país com agressões cotidianas no meio do nosso padecimento. Manaus é uma parábola dramática do que estamos vivendo. O país não consegue respirar.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Marcos Aurélio
Corrêa dos Santos

O caso Ford – uma análise um pouco mais completa

O assunto da semana é o anúncio realizado pela FORD, informando que encerrará suas atividades fabris no Brasil, o sétimo país do ano que vem, a montadora norte americana que chegou por aqui em 1919, pretende não ter mais plantas industriais e linhas de montagem funcionando em nosso país. Muito está sendo dito sobre isso, mas penso que a análise desse caso precisa ser um pouco mais profunda.

Começemos com uma constatação: a saída da FORD não é um evento, mas um processo que já estava em movimento a algum tempo. Lembro que em 2019 a

mesma FORD fechou sua fábrica de caminhões em São Bernardo do Campo, fábrica essa que também produzia o modelo de carro popular FIESTA.

Bom, mas vamos aos fatos:

Mudanças rápidas e decisivas no setor automotivo. O setor automotivo está sendo redesenhado no mundo todo. De um lado, uma pressão cada vez maior por veículos movidos por combustíveis limpos e renováveis, como os carros elétricos. De outro, uma sociedade que cada dia mais enxerga os veículos como um serviço para ser utilizado e não como um produto para ser “estocado”.

Encolhimento do merca-

do nacional: Também aqui o negócio de veículos está se reinventando. Várias e sucessivas crises econômicas somadas a mudança do comportamento do consumidor, derrubaram o volume de veículos vendidos no Brasil. Para se ter ideia do tamanho da queda, no ano de 2012 o país vendeu 3,8 milhões de unidades de veículos novos; já no ano de 2019, as vendas foram de pouco mais de 2,7 milhões. Uma queda de 30% em 7 anos. Se olharmos em termos de faturamento, o estrago é ainda maior. O faturamento líquido da indústria automotiva, que foi de mais de 93 bilhões de dólares em 2011, fechou 2018 em pouco mais de 54 bilhões. Uma queda de 42% em 7 anos.

Mudanças estratégicas na empresa: Com todo esse cenário no mundo e no Brasil, a empresa não ficaria parada. Assim, a empresa está se movendo em direção a produção de veículos elétricos e de energia limpa, ao

mesmo tempo que adequa sua produção a nova demanda existente e enxuga o número de modelos, fábricas, operações... Também nos EUA e na Europa a empresa fechou fábricas e encerrou a circulação de alguns modelos, sobretudo os populares.

Manutenção da operação na Argentina: Na construção de suas fábricas, a FORD dividiu na América do Sul a produção de seus veículos, ficando para o Brasil a produção de veículos populares (mais vendidos aqui dentro) e a Argentina os modelos maiores, como as Picapes e SUV (FORD Ranger, por exemplo). Nos últimos anos, os carros maiores têm ganhado a preferência do público e conseguem entregar margens melhores. Logo, nesse processo de transição, a FORD obviamente escolheu manter a produção dos carros maiores e finalizar a produção dos carros populares. Some-se isso ao custo de

produção mais baixo na Argentina e a possibilidade de continuar exportando para o Brasil, já que por acordo de livre comércio, os impostos são praticamente zero. Ou seja, a Argentina não foi mexida porque produz o “filé”, tem custo mais baixo de produção e pode abastecer o mercado brasileiro sem maiores custos.

Ambiente de Negócios no Brasil: Por fim, é claro que não poderíamos deixar de citar o manicômio que é o ambiente de negócios do Brasil, sobretudo nas questões tributárias. Cobra-se muitos impostos e de uma maneira desorganizada, paradoxalmente, para manter empresas desse tipo no país, ao longo dos anos foram oferecidos subsídios que, por sua vez, resolviam a situação do momento, mas piorava a situação ao empurrar o problema.

Em síntese, a saída da FORD do país, com o encerramento de suas atividades fabris, é parte de um

movimento global de reestruturação da companhia frente às mudanças que se impõem nesse setor. No entanto, o ambiente de negócios brasileiro (confuso, caro e improdutivo) torna o país vulnerável, podendo se deparar com situações desse tipo frequentemente.

É necessário que melhoremos nosso ambiente de negócios, simplificando e barateando o custo de produção nacional, bem como, consigamos desenvolver e atrair indústrias alinhadas às novas tecnologias e as novas demandas do mundo, para substituímos empresas de um mundo que, aos poucos (mas rapidamente) se despede.

Boa sorte, FORD!
Boa sorte, Brasil!

Marcos Aurélio Corrêa dos Santos é coordenador do Curso de Administração e do Centro de Empreendedorismo do UNISAL

Tribuna

Caminhoneiros estão parados na porta da Ford

FILIPE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

O anúncio do encerramento das atividades da Ford no Brasil, realizado na última segunda-feira (11) tem causado transtornos na vida dos caminhoneiros que realizam entregas de materiais no polo de Camaçari. Muitos dos trabalhadores estão há sete dias no local e não conseguem descarregar materiais e peças como pneus, alternadores, sensores, motores de arranque e partida de freio. Estima-se que atualmente haja cerca de 90 caminhões estacionados em frente à empresa, vindo das regiões de Minas Gerais, São Paulo, Porto Alegre, dentre outras. Os trabalhadores têm enfrentado dificuldades financeiras e estão compartilhando alimentos para se manterem.

O caminhoneiro Jadison Xavier veio de Extrema, no Sul de Minas Gerais, e enfrentou três dias de estrada até chegar em Camaçari. Ele conta que chegou ao município na última segunda-feira (11) e já encontrou no local cerca de trinta caminhões. O seu horário de entrega estava agendado para as 22h. "Eu cheguei e não sabia de nada, só vi que a fábrica estava fechada. Nós estamos parados aqui, ninguém deu satisfação de nada, só um cara que disse que talvez a gente descarregue hoje ou segunda-feira, mas previsão certa mesmo a gente não tem". Xavier saiu de sua cidade deixando mulheres e filhos e lamenta que não recebe nem a comissão por estar parado



Foto: Romildo de Jesus

Foto: Romildo de Jesus

TRANSTORNOS

Categoria aguarda para fazer o descarregamento

sem realizar a entrega.

Sem resposta da Ford ou das próprias empresas prestadoras de serviço, os profissionais enfrentam dificuldades e precisam compartilhar alimentos para não passar fome. "Os próprios caminhoneiros estão se apoiando, um dá o feijão, outro ajuda na vaquinha, fomos ao mercado e assim temos ajudado uns aos outros", comenta Xavier. Segundo o motorista, a Ford não passou nenhuma informação do que deve ser feito com a carga. Ele e outros caminhoneiros entregam as peças em Camaçari e voltam com os vasilhames para as fabricantes em São Paulo. "Tem gente que tá há uma semana parado aqui. Nós precisamos de uma solução, sem andar não ganhamos nada e precisamos sustentar nossas famílias", lamenta.

O motorista Maurício Freitas, que é de Muriaé (MG) e veio de Limeira (SP) - enfrentando dois dias e

meio de estrada trazendo peças para a montadora -, comenta que está em Camaçari desde sexta-feira (8) e não recebeu nenhum posicionamento dos responsáveis. "Estamos a ver navios, ninguém tá fazendo nada, o pessoal está revoltado já. Ninguém toma uma atitude, ninguém fala nada 'é só aguardar e aguardar', a gente realmente está sem saber o que fazer", ressalta. Para ele, é importante que haja um posicionamento da Ford, mesmo que seja uma ordem para retornarem. "Pra mim seria até melhor, ficar parado aqui sem fazer nada é muito ruim. Seria uma opção melhor ir embora e devolver as peças, do que ficar mais um final de semana aqui" sugere. Os trabalhadores temem ainda o desemprego, já que a maioria deles fazia entregas apenas para as fábricas da Ford.

O vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do

Estado Da Bahia (Setceb), Antônio Siqueira, comenta que as transportadoras são responsáveis por arcar com as despesas dos motoristas. "Essas cargas vêm das fábricas que alimentam as linhas de produção da Ford. Cabe às transportadoras arcar com as despesas e estadia dos trabalhadores caminhoneiros, mandar devolver ou não os materiais e depois resolver com a Ford", comenta.

Em nota, a Ford comunicou que está informando aos seus fornecedores que os caminhões que estão parados na fábrica ou a caminho, deverão retornar aos respectivos fornecedores e essas questões serão tratadas diretamente pela própria Ford com cada empresa. Os trabalhadores entrevistados pela Tribuna disseram que não foram informados sobre a orientação da empresa e seguem aguardando posicionamento.

De acordo com a Prefeitura de Camaçari, o fechamento da Ford representa uma perda de 10% na arrecadação de receitas após o encerramento das atividades da empresa no Brasil. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim ressalta que o fechamento da Ford resultará no desemprego de 12 mil trabalhadores diretos e mais de 60 mil indiretos. A Ford alega que serão cinco mil empregos afetados. Instalada em Camaçari em 2001, a empresa foi a primeira montadora do Nordeste com um investimento de US\$1,2 bi e chegou a produzir 250 mil carros por ano.



Construção do aeroporto de Bom Jesus da Lapa e outras obras ajudam a manter economia baiana em movimento

18 janeiro 2021



Foto: Seinfra

A manutenção dos investimentos em infraestrutura tem sido uma das principais estratégias do Governo do Estado para continuar levando desenvolvimento para o interior da Bahia e superar os efeitos da pandemia de Covid-19 na economia. Em 2021, a previsão é que obras importantes sejam concluídas em diversas regiões da Bahia e outras iniciadas. São intervenções na infraestrutura e mobilidade, como a construção de aeródromos, pontes e a recuperação e pavimentação de rodovias, que garantem mais oportunidades de emprego e a sobrevivência das atividades econômicas.

Entre as principais obras que serão entregues em 2021, a construção do novo aeroporto de Bom Jesus da Lapa está prevista para ser concluída no segundo semestre. Na região do Rio São Francisco, a cidade se destaca pelo turismo religioso e chega a receber 600 mil romeiros durante a festa de Bom Jesus, entre os meses de julho e agosto. Além disso, o município também é conhecido pela produção de frutas e o aeroporto deve servir para escoar parte da produção, principalmente aquela voltada à exportação.

Dono de uma pousada na região, Astor Santana, acredita que a obra vai ser muito importante para o desenvolvimento local. “Certamente vai ter um impacto muito interessante em nossa economia, tanto para Bom Jesus da Lapa quanto para toda região. Facilitará a entrada de visitantes, o que a gente precisa muito, e a saída de mercadorias”, afirma.

O novo equipamento aeroportuário terá capacidade de receber aeronaves com até 70 passageiros. Nessa primeira fase será implantada a pista de pouso e decolagem, o taxiway, o pátio de estacionamento de aeronaves e a cerca patrimonial. O investimento é de aproximadamente R\$ 20 milhões. A expectativa também é que a obra atraia o interesse de novos investimentos em energia renováveis no município, que já possui oito empreendimentos em operação comercial para geração de energia elétrica a partir da fonte fotovoltaica.

Para o secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, as obras ajudam a superar um dos principais problemas que o Brasil enfrenta que é a logística de transporte. “Aumentam a competitividade da Bahia em todos os setores econômicos. Isso possibilita que os produtos que produzimos sejam exportados e comercializados, e que os produtos que precisamos cheguem em todas as cidades. Além disso, são obras

fundamentais para o desenvolvimento social, muitas dão acesso a distritos e cidades que nunca tiveram suas estradas asfaltadas. É o resgate da dignidade do cidadão que mora no interior do Estado”, destaca.



Foto: Seinfra

Mais entregas

Outras duas intervenções que também serão entregues este ano e terão um grande impacto na economia baiana são a Ponte Barra-Xique-Xique, que irá permitir a ligação entre a região de Irecê com o oeste da Bahia, e o Aeroporto de Senhor do Bonfim, na região do Piemonte Norte do Itapicuru.

A ponte, que está com mais de 50% de conclusão, vai tornar a travessia entre as cidades mais segura. O Consórcio Estrada do Feijão, que está executando a obra, está realizando a etapa de implantação dos pilares e lançamento de vigas, e a previsão é que seja concluída no segundo semestre de 2021. O investimento é de R\$ 133 milhões.

Já o Aeroporto de Senhor do Bonfim receberá voos de médio e pequeno porte. Nesta etapa da obra será implantada a pista de pouso e decolagem, o pátio de estacionamento de aeronaves, o taxiway, o estacionamento de veículos e as vias de acesso no local. A previsão de conclusão é junho de 2021. A estrutura permitirá ao aeródromo receber aeronaves como UTIs aéreas e de transporte de medicamentos e também de valores. O equipamento terá uma área de 1,4 milhão de metros quadrados. O investimento é de R\$ 20 milhões.

Novos investimentos

Além das obras que serão entregues, diversas outras serão iniciadas em 2021, como a recuperação dos 97,7 quilômetros da BA-131, entre Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde e Caém, que deve começar ainda no mês de janeiro. Os serviços vão atender mais de 214 mil moradores do centro norte baiano. As atividades econômicas como a agricultura, a apicultura e a extração de minério serão contempladas com o trabalho na rodovia. O investimento é de R\$ 35 milhões.

A BA-001 é a principal via de acesso para quem segue em direção as regiões da Costa do Cacau e da Costa do Dendê. Os 118 quilômetros da rodovia entre Valença e Itacaré, passando por Camamu, vão ser recuperados pela Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra), por meio do Programa de Recuperação e Manutenção de Estradas (Premar), com investimento R\$ 50 milhões.

A BA-283, entre Itabela e Guaratinga, vai passar por restauração em 27,3 quilômetros de rodovia na região da Costa do Descobrimento. Os serviços atenderão aproximadamente 164 mil moradores de Itabela, Guaratinga e Eunápolis. A restauração da rodovia também vai beneficiar o escoamento da produção agropecuária local. A ordem de serviço será assinada ainda em janeiro. O investimento é de R\$ 8 milhões.

Os 39,6 quilômetros da BA-233, que liga o entroncamento da BR-110 a Sátiro Dias, também vão passar por restauração. A rodovia faz a interligação entre os municípios de Sátiro Dias e Inhambupe na região do Litoral Norte e Agreste Baiano. A recuperação do trecho irá ajudar no escoamento da produção agrícola local, principalmente do feijão, do milho e da melancia, e no desenvolvimento do setor de comércios e serviços. A assinatura da ordem de serviço tem a previsão de sair neste mês de janeiro. O investimento é de R\$ 10 milhões.



Foto: Seinfra

Os 20 quilômetros do acesso a Rio do Pires, na BA-152, vão passar por restauração. A obra na rodovia baiana será feita no trecho entre o município da região da Bacia do Paramirim e o entroncamento da BA-156. Os serviços atenderão mais de 85 mil moradores de Rio de Pires, Macaúbas, Ibipitanga e Caturama. A rodovia faz a ligação de Rio de Pires com os municípios de Macaúbas, Ibipitanga e Caturama. A recuperação da via ajudará no escoamento da produção agrícola na região. A autorização para o início das obras deve ser assinada ainda no primeiro trimestre.

Repórter: Tácio Santos

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/01/2021	



Governo do Estado entrega 33 vans para atender 34 municípios de 13 Consórcios Interfederativos de Saúde

15 janeiro 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

O governador Rui Costa realizou a entrega de 33 vans para 13 Consórcios Interfederativos de Saúde, na manhã desta sexta-feira (15), acompanhado do secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, no pátio da Secretaria da Saúde do Estado, em Salvador. Os veículos irão atender a demanda de 34 municípios de diversas partes do estado. O investimento para garantir a entrega das vans é de R\$ 4,9 milhões.

“Essas vans complementam a frota no sentido de diminuir o tempo de viagem dos pacientes. Eu fico muito orgulhoso porque neste ano chegaremos a 24 policlínicas em funcionamento pela Bahia, transformando a estrutura de saúde do estado”, afirmou Rui.

Cada veículo tem custo médio de R\$ 147 mil e atenderá a demanda da população que precisa se deslocar até as Policlínicas Regionais de Saúde. As vans têm capacidade para transportar 15 pacientes.

Presidente do Consórcio Interfederativo de Saúde de Morpará, que atende oito municípios, o prefeito Lelei Barreto comemorou a entrega. “Com esse tipo de ação os municípios se sentem contemplados pelo Governo do Estado com os serviços de saúde. É a demonstração da importância de continuar fortalecendo, cada vez mais, a saúde no interior.”

Os municípios beneficiados pela entrega das vans são: Jucuruçu, Feira Da Mata, Iramaia, Ipecaetá, Amélia Rodrigues, Água Fria, Pedrão, Conceição de Feira, Cachoeira, Itaparica, Curaçá, Encruzilhada, Belo Campo, Presidente Jânio Quadros, Maetinga, Poções, Caldeirão Grande, Várzea da Roça, São José Jacuípe, Várzea Nova, Ibirapitanga, Itapitanga, Andorinha, Antônio Gonçalves, Nordestina, Pindobaçu, Mansidão, Catolândia, Morpará, Muquém de São Francisco, Brotas de Macaúbas, Angical, Serra Dourada e Oliveira dos Brejinhos.

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/01/2021	



Vendas do varejo baiano crescem 1,1% em novembro de 2020

15 janeiro 2021



Foto: Seplan

As vendas no comércio varejista baiano registraram crescimento de 1,1% em novembro de 2020, frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. As informações, divulgadas nesta sexta-feira (15), são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

“Este foi o sétimo resultado positivo consecutivo do comércio varejista baiano, inclusive com aumento de 3,2% em outubro de 2020, quando foi a mais alta taxa entre as unidades federativas. Enquanto na Bahia houve crescimento, no cenário nacional, em novembro, houve retração nos negócios de 0,1 %, na mesma base de comparação”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Em relação a igual mês do ano anterior, as vendas no comércio varejista baiano registraram recuo de 0,7%, impactadas pelos efeitos da pandemia do coronavírus. No acumulado do ano, a taxa foi negativa em 4,0%, mas em ritmo reduzido quando observado a taxa no mês imediatamente anterior para igual comparação (-4,4%).

Por atividade, em novembro de 2020, os dados do comércio varejista do estado baiano, quando comparados aos de novembro de 2019, revelam que quatro dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo: Móveis e eletrodomésticos (16,8%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (15,6%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (9,4%), e Combustíveis e lubrificantes (3,0%).

Nos demais segmentos, as variações foram negativas: Tecidos, vestuário e calçados (-1,8%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-16,3%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-23,7%), e Livros, jornais, revistas e papelaria (-44,1%).

No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que registraram variações positivas as vendas de Móveis e Eletrodomésticos, com taxas de 21,2%, e 15,3%, respectivamente. Enquanto Hipermercados e supermercados registrou variação negativa de 14,2%.

O comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, apresentou retração de 4,0% nas vendas, em relação à igual mês do ano anterior,

impactado pela pandemia do coronavírus. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação foi negativa em 6,7%.

O segmento Veículos, motos, partes e peças registrou queda de 13,7% nas vendas em novembro de 2020, em relação à igual mês do ano anterior. Em relação a Material de construção, as vendas no mês de novembro foram negativas em 4,8%, na comparação com o mesmo mês de 2019.

Fonte: Ascom/SEI

Estados reabrem pressão para sustar precatórios

Pandemia da covid-19 fez com que Estado de São Paulo procurasse dilatar o prazo

Por Malu Delgado — De São Paulo

18/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Nova articulação política em curso pode reabrir no Congresso o debate sobre a postergação dos débitos de precatórios da União, Estados e municípios, tendo como pretexto central os gastos com a pandemia de covid-19.

Se isso ocorrer, uma ampla concertação nacional que foi costurada com lideranças políticas, setores do Judiciário e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2017, será jogada por terra. Naquele ano, foi promulgada a Emenda 99, que determinou o prazo, até 2024, para que essas dívidas pendentes do poder público com cidadãos e empresas sejam quitadas. Um dos Estados com maior interesse na prorrogação dos pagamentos de precatórios é São Paulo.

A equipe econômica do governador João Doria (PSDB) quer adiar por mais quatro anos, até 2028, esses pagamentos. Para isso, aposta em votação de nova emenda no Senado, patrocinada pelo senador José Serra (PSDB-SP).

Atual secretário-geral da Comissão de Precatórios da OAB e presidente da Comissão de Estudos de Precatórios do Instituto dos Advogados de São Paulo, Marco Antonio Innocenti critica o movimento e afirma que nova moratória de precatórios é “inadmissível”. Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do escritório de Innocenti, alerta que o atraso de pagamento de precatórios

pode ter impacto negativo no crescimento econômico e também consequências sociais.

O estudo da FGV, concluído ao final de 2020, aponta que a tentativa de suspender o pagamento de precatórios, diante da crise de covid-19, pode ser feita com o argumento de que “o dinheiro seria destinado a políticas que beneficiariam a economia”. “Todavia, o não pagamento dos precatórios pode ter impacto social negativo ao lesar os credores, sendo que parcela significativa das dívidas são de precatórios de natureza alimentar e muitos credores têm mais de 60 anos”, diz o estudo.

Segundo Innocenti, a pressão para mais uma vez modificar esses prazos, que tem no governo de São Paulo um dos principais adeptos, “reflete uma incapacidade de gestão e uma má qualidade desta gestão”. “São Paulo está pagando hoje precatórios de 2003. Estamos em 2021. É o Estado que tem a pior relação de dívida de precatório com suas receitas. E isso está acabando com a capacidade fiscal dos governos, que insistem em não pagar, achando que a prorrogação, por si só, resolve o problema”, critica.

Os Estados e municípios do país, juntos, têm dívida de precatórios que, em 2018, somava R\$ 99 bilhões, diz estudo da FGV. Desde a Constituição de 1988, o Brasil já fez três moratórias constitucionais (com emendas) para não realizar os pagamentos dessas dívidas nos prazos legais estabelecidos. A emenda mais recente é a 99/2017.

De março a setembro de 2020, o governo de São Paulo conseguiu suspender, com aval do Tribunal de Justiça, o pagamento de precatórios, pela excepcionalidade da pandemia. Ao final deste prazo, o Estado tentou novo adiamento, escalonado. O caso acabou chegando, em dezembro, ao Supremo. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, concedeu, então, liminar favorável ao governo paulista, suspendendo, mais uma vez, o desembolso de R\$ 2,2 bilhões, em 2020.

Para Fux, o desembolso “prejudicaria o cumprimento do dever constitucional do ente estadual de proteger a vida e a saúde da população nesse contexto excepcional”.

O secretário de Projetos, Orçamento e Gestão de São Paulo, Mauro Ricardo, contesta o cronograma do Conselho Nacional de Justiça para que os Estados quitem, anualmente, até 2024, os precatórios. A secretaria informou, por nota, que reservou R\$ 2,54 bilhões no orçamento de 2021 para precatórios. “A aprovação da Emenda 99 com prazo até 2024 se deu num contexto econômico diferente para São Paulo e demais Estados”, diz a nota enviada ao **Valor**.

O governo paulista argumenta, ainda, que devido à pandemia “a crise econômica se agravou com queda brusca da arrecadação e aumento das despesas”. Dezenas de Estados, diz o governo de São Paulo, questionam no STF a dificuldade de cumprimento da resolução do CNJ de 2020. Há, hoje, três ações no STF questionando a quitação de precatórios. Os ministros Dias Toffoli, Rosa Weber e Kassio Nunes são os relatores.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

O tênis mais procurado por jogadores

POOPE

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil a sapatilha de corrida com tela respirável. Tênis anatômico e mais leve para suas atividades

SEU MUNDO FÁCIL

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 16 a 18/01/2021	Caderno: Economia



Alexandre Schwartzman: Não há um risco e sim uma certeza de problema fiscal.

Economista vê a situação atual como a mais grave já vivida pelo Brasil do ponto de vista fiscal

- Alexandre Schwartzman, ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central, diz não ter dúvidas de que o Brasil terá problemas fiscais daqui a três ou quatro anos
- Ele diz que, tanto com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como na transição para o governo de Lula e após o fim da presidência de Dilma Rousseff, o País conseguiu aprovar reformas que deram fôlego às contas públicas
- Em entrevista ao E-Investidor, o economista indica os caminhos que considera necessários para a economia brasileira: "Existe uma agenda. É ir na prateleira, comprar e ter vontade de apresentar ao Congresso"

Neste início de 2021, praticamente todas as atenções do mercado financeiro estão direcionadas ao processo de **vacinação** pelo mundo e às perspectivas de retomada econômica. Ao longo dos próximos meses, com a esperada imunização da população e a normalização das atividades, a política econômica do governo brasileiro voltará ao centro do debate. E o que dará o tom da cobrança será o **risco fiscal** do País.

Para o economista Alexandre Schwartzman, a discussão nem deve mais ser se há ou não um "risco". O ex-diretor de assuntos internacionais do **Banco Central**, que atualmente comanda a consultoria Schwartzman & Associados, não tem dúvidas de que o Brasil terá problemas fiscais daqui a três ou quatro anos.

Apesar de outros momentos recentes de crise, Schwartzman aponta a situação atual como a mais grave do ponto de vista fiscal. Ele diz que, tanto com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como na transição para o governo de Lula e após o fim da presidência de Dilma Rousseff, o País conseguiu aprovar reformas que deram fôlego às contas públicas. "Hoje não temos isso no horizonte", afirma.

O ex-diretor do BC, que também foi economista-chefe dos bancos ABN Amro e Santander, não acredita na capacidade do governo do presidente **Jair Bolsonaro** de conduzir a agenda econômica prometida. Schwartzman diz que no curto prazo, por exemplo, seria essencial estender um **auxílio emergencial** mais reduzido e direcionado à parcela da população mais vulnerável: “O fim do benefício dará outro tranco na economia”.

No longo prazo, ele aponta como fundamentais as reformas tributária e administrativa, as medidas da PEC emergencial para ajudar estados e municípios, a lei de responsabilidade social proposta pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), entre outras ações. “Existe uma agenda. Está lá. É ir na prateleira, comprar e ter vontade de apresentar ao Congresso”, diz.

Confira, abaixo, a íntegra da entrevista com Alexandre Schwartzman:

“Existia uma perspectiva pré-pandemia de estabilização da dívida em um horizonte razoável. A pandemia matou de vez isso. Testou os limites da capacidade do governo, que já eram bastante estreitos

E-Investidor – Qual é o tamanho do risco fiscal hoje no País?

Alexandre Schwartzman – Antes da pandemia, havia uma perspectiva de recuperação econômica, de disciplina com a reforma previdenciária. Mas vemos uma mudança na trajetória do País. As expectativas de **PIB** são mais baixas do que imaginávamos. Só poderia mudar o rumo se fizéssemos as reformas necessárias para preservar o teto de gastos nos próximos cinco, seis anos.

Com a paralisia do governo no que diz respeito às reformas, a ausência de alternativas de política econômica, não é nem que há ‘risco’ fiscal, é uma certeza que teremos um problema fiscal. Nos próximos três, quatro anos, vamos enfrentar problemas fiscais.

E-Investidor – Já tivemos outros momentos delicados na história do Brasil. A situação atual é a mais grave pela qual já passamos ou houve momento mais crítico no que diz respeito ao ambiente fiscal?

Schwartzman – Tenho a impressão de que é a mais grave. Sempre tivemos momentos de crise. Do primeiro para o segundo governo FHC (Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente), por exemplo, fizemos uma transição para o regime de câmbio flutuante e um ajuste que não foi o ideal. Houve também uma transição delicada do governo FHC para o Lula. Mas o Lula aumentou o superávit.

Mais recentemente, após o segundo governo Dilma (Rousseff, ex-presidente), não houve exatamente um ajuste, mas teve o teto de gastos, revertendo algo que parecia mais grave. Conseguimos aprovar reformas que em algum grau melhoraram as contas públicas. Hoje não temos isso no horizonte. Então, a situação parece mais grave.

E-Investidor – A pandemia foi decisiva ou já caminhávamos para a mesma situação?

Schwartzman – Pesou bastante, agravou a situação. Existia uma perspectiva pré-pandemia de estabilização da dívida em um horizonte razoável. A pandemia matou de vez isso. Testou os limites da capacidade do governo, que já eram bastante estreitos.

Havia um plano de voo, fizemos a reforma da previdência e a PEC emergencial. Mas a situação ficou muito mais complicada. E o plano permanece o mesmo. Não conseguiram nenhuma ideia nova. É falta de imaginação. Ao longo desse caminho, o governo foi queimando as pontes com o Congresso. A aliança com o Centrão não faz parte de um plano de contribuição com reformas. Por um lado, temos a pandemia. E do outro, um governo que não mostra capacidade de avançar a agenda.

E-Investidor – Qual é a sua avaliação sobre a recente declaração do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que o Brasil está quebrado?

Schwartzman – Se for quebrado em não pagar as contas, não é verdade, pois o País está pagando. Se for porque não há espaço para mais nada no orçamento, sim. Tentando interpretar o que ele quis dizer, acredito que seja por não ter espaço no orçamento. Isso é verdade. Mas ele também estava respondendo sobre uma promessa de campanha, sobre a tabela do imposto de renda.

Conseguimos uma proeza: um orçamento de mais de um trilhão, mas o governo só pode usar 6% do total, que são os gastos discricionários, porque 94% são gastos obrigatórios.

E-Investidor – O governo vai conseguir privatizar as estatais prometidas, como Eletrobras e Correios, por exemplo?

Schwartzman – Claro que não. Não vai. Precisa ter um mínimo de competência no processo. Precisa contratar bancos, ver quanto vale. **Petrobras**, **Banco do Brasil** **+1,43%** e Caixa estão fora. A **Eletrobras** estava no plano, mas não avançou. Quanto aos Correios ninguém fez nada e, provavelmente, não valem muita coisa. Temos um presidente que não compra a ideia e um ministro sem o mínimo de competência. Ficamos com a suposta competência do Tarcísio (Gomes de Freitas, ministro da Infraestrutura) no programa de concessões, mas a verdade é que avançamos muito pouco nas concessões.

“Tanto o aumento do desemprego como a arrecadação refletem o impacto da recessão propriamente dita. Não é uma crítica ao IBGE, mas nas circunstâncias atuais, a taxa ainda subestima o desemprego verdadeiro

E-Investidor – O desemprego chegou a 14,3% e já atinge 14,1 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE divulgados em dezembro referentes ao trimestre de agosto a outubro. Até que ponto a menor arrecadação de impostos contribui para esse cenário?

Schwartzman – Tanto o aumento do desemprego como a arrecadação refletem o impacto da recessão propriamente dita. Não é uma crítica ao IBGE, mas nas circunstâncias atuais, a taxa ainda subestima o desemprego verdadeiro. Muita gente saiu do mercado porque a perspectiva de emprego é ruim e pelo benefício do auxílio. Pode estar na casa dos 20 (o desemprego). Está refletindo um ‘tranço’ que a economia sofreu. Verdade que caímos muito de fevereiro a abril. De lá para cá, não recuperamos o nível de emprego. Eram 94 milhões de pessoas empregadas em fevereiro e em outubro, 85,5 milhões, corrigindo a sazonalidade. Então, temos 8,5 milhões a menos trabalhando.

E-Investidor – Que medidas de curto prazo poderiam ser tomadas agora?

Schwartzman – No curto prazo, estender o auxílio, menor, mas mais localizado. O auxílio foi muito generoso comparativamente ao que podíamos pagar. Talvez não precisasse de R\$ 600 para 68 milhões. Poderia ter sido mais focado em segmentos vulneráveis da população. O mercado de trabalho não se recupera. E o fim do auxílio vai dar outro tranco na economia.

E-Investidor – E de longo prazo?

Schwartzman – Para o longo prazo, precisamos de reformas administrativa e tributária e passar as medidas da PEC emergencial para estados e municípios poderem lidar com gastos excessivos de pessoal. Também envolve a proposta que está sendo encampada pelo Tasso Jereissati (senador pelo PSDB-CE), a lei de responsabilidade social, que conseguiria manter o nível de gastos e conter efeitos mais fortes sobre desigualdade e pobreza. Existe uma agenda. A agenda está lá. Não exige ser um gênio. É ir na prateleira, comprar e ter vontade de apresentar ao Congresso.

E-Investidor – Como a questão fiscal afeta os investimentos estrangeiros no Brasil e a bolsa de valores? Ou o problema já está precificado?

Schwartzman – Difícil dizer. O interesse do [investidor estrangeiro](#) está ligado à liquidez. Os juros estão baixos em praticamente todos os lugares. O Fed (banco central americano) vem mantendo os juros baixos, com o Banco Central Europeu na mesma toada. Além disso, neste momento, o investidor está disposto a tomar risco por conta da chegada da vacina. Vejo a recuperação de mercado em cima disso. Antes da crise, o [dólar](#) estava a R\$ 4 e agora está a R\$ 5. Tenho a impressão de que a bolsa brasileira não é a melhor maneira de medir a questão do risco. O risco transparece muito mais no câmbio e na curva de juros.

“Tenho a impressão de que a bolsa brasileira não é a melhor maneira de medir a questão do risco. O risco transparece muito mais no câmbio e na curva de juros

E-Investidor – O que o investidor precisa ter em mente sobre o risco fiscal antes de investir? Que informações são mais relevantes neste momento não ter surpresas lá na frente?

Schwartzman – A informação relevante é: vou ter meu dinheiro de volta? Basicamente, é isso. Se recebe de volta e compra menos depois, é um problema. Se compra menos, ele perdeu

dinheiro. No caso do investidor brasileiro, a questão é se o retorno cobre ou não a inflação. Para o estrangeiro, é se o retorno vai ser maior ou menor que o dólar no período. Se for menor, ele perde dinheiro. E a variação do dólar vai depender da percepção do risco fiscal. Se ele tiver a sensação de que o risco vai fazer o dólar disparar, não coloca dinheiro aqui.

E-Investidor – Os juros baixos costumam estimular os investimentos, mas as expectativas são de que a Selic, hoje em 2%, já comece a subir ainda em 2021. Isso pode desestimular os investimentos no País?

Schwartzman – Eu trabalho ainda com inflação abaixo da meta para este ano. Então, não há motivos para subir os juros logo. A meta para o ano que vem é a Selic em 3,5%. Já mostra que é preciso normalizar a política monetária. O compromisso de não subir os juros era de a inflação ficar abaixo da meta.

Não acho que vai ser um fim de mundo. Está absolutamente no preço. Trabalha-se com um juro médio, não pelo Focus, mas pela curva de DI, em 4% na metade de 2021 e de 5,75% na primeira metade do ano que vem. A questão para o empresário não é a Selic. Ele vai olhar para um horizonte de “X” anos e calcular se receberá o dinheiro de volta valendo a mesma coisa.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados sob assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A saída da Ford e os impactos no médio e longo prazos

Produção nacional de automóveis poderá recuar 7,4% em 20 anos

Débora Freire, Aline Souza Magalhães e Edson Paulo Domingues

Respectivamente, professoras-adjuntas e professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG

O anúncio do fechamento das fábricas da Ford no país teve grande repercussão. Enquanto analistas ainda não chegaram a um consenso sobre os motivos que levaram a multinacional a tomar tal decisão, suas consequências podem ser, de maneira geral, projetadas: o fim da produção tem impactos setoriais e macroeconômicos relevantes e negativos.

Em 2020, os veículos da montadora norte-americana representaram 7,4% dos licenciamentos de automóveis (119.454 unidades) e 5,9% do licenciamento de automóveis comerciais leves (19.864 unidades), o que representou 7,13% desses registros. A produção de automóveis representa cerca de 1% da produção de bens e serviços na economia brasileira e 4% da indústria de transformação. Ainda é um setor bastante integrado à economia como um todo, uma vez que apresenta significativa complementaridade com outros setores por ser grande demandante de insumos, serviços e mão de obra qualificada.

Utilizando o modelo de simulação desenvolvido no Nemea/Cedeplar (Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da UFMG, projetamos que a produção nacional do segmento de automóveis recuará 7,4% em 20 anos em relação ao que seria produzido em um cenário sem o fechamento da empresa. A redução dessa oferta poderá repercutir na elevação do preço doméstico e no aumento da participação de importados — uma tendência que já se verifica nesse mercado.

Como se trata de um setor bastante integrado verticalmente, as perdas geradas com a redução da produção de automóveis seriam disseminadas pelos demais, com efeito

mais relevante na indústria, que recuará 0,3% em 20 anos.

Do mesmo modo, setores como comércio e serviços prestados às empresas também serão impactados. Como o efeito é de queda na produção automotiva, e daí decorre uma série de impactos sobre os demais setores, ao final temos uma repercussão generalizada de queda no emprego, renda e, consequentemente, no consumo das famílias. Nossas estimativas projetam, em 20 anos, queda de 0,27% no setor de serviços e de 0,29% na agricultura.

A economia brasileira pode sofrer uma perda de atividade econômica (medida pelo PIB) de 0,06% em 2021, o que equivale a R\$ 3,8 bilhões, e 0,28% em 20 anos (R\$ 16 bilhões) em decorrência do encolhimento do setor. Os efeitos negativos na economia em 20 anos seriam observados também no investimento (-0,38%) e no consumo das famílias (-0,33%).

[...]

A redução dessa oferta poderá repercutir na elevação do preço doméstico e no aumento da participação de importados — uma tendência que já se verifica nesse mercado. (...) A reforma tributária pode ser um primeiro passo para evitar que outras empresas também deixem o país

As consequências sobre o emprego se concentram no curto prazo, com recuo de 0,11% em 2021, o que equivale a cerca de 50 mil vínculos empregatícios no mercado formal.

Em uma situação de elevado desemprego e de crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19, trata-se de um evento ainda mais relevante e que dificulta a recuperação da economia.

No longo prazo, aponta para a perda de participação da indústria na economia, que tende a ter impactos importantes sobre a dinâmica de crescimento no futuro.

Há uma discussão permeando o debate a respeito da efetividade (ou não) dos subsídios e de outras políticas de incentivo que o setor automotivo, incluindo a empresa, recebeu ao longo dos anos.

Com a saída da Ford, muitos questionam se os benefícios fiscais, que trazem custo ao erário e poderiam ser aplicados em outras políticas públicas, teriam sido em vão.

Acreditamos que uma discussão mais relevante diante da atual crise, que tende a produzir a maior taxa de desemprego dos tempos recentes, seria estabelecer medidas que visem o ganho de competitividade da produção industrial e da economia como um todo.

A reforma tributária (PEC 45) caminha a passos lentos no Congresso, ao passo que o Executivo não tem mostrado boa vontade na sua condução. Por ser um setor que envolve mais etapas produtivas, a atividade industrial é sobrecarregada pela complexidade do sistema tributário, o que aumenta seus custos e reduz a competitividade dos produtos.

Essa reforma tributária, especificamente, pode ser um primeiro passo para evitar que outras empresas também deixem o país.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Residências dos presidentes da Câmara e do Senado Pedro Ladeira/Folhapress

Pandemia

Parabéns à ciência, ao Instituto Butantan. Que bom, uma enfermeira foi a primeira a ser vacinada, melhor símbolo não há. Que seja um começo de bons momentos que poderão vir ("Minutos após a Anvisa, enfermeira de SP recebe a primeira vacina contra a Covid no Brasil", Saúde, 17/1).

Vivian Fiori (São Paulo, SP)

Essa imagem é uma das mais emocionantes que nós, brasileiros, poderíamos presenciar. Viva a ciência, meus amigos! É um dia de muita alegria. Espero que essa vacina seja o início de construção de um mundo mais justo para todos e que a gente cuide melhor da nossa Mãe Terra ("Primeira vacinada é mulher, negra e enfermeira do Emílio Ribas em SP", Mônica Bergamo, 17/1).

Guilherme Rodrigues

(Rio de Janeiro, RJ)

O país está desgovernado nas mãos de amadores. Toda essa baboseira ideológica e crendices no trato da pandemia vão deixar marcas profundas na nossa sociedade. Cada um que faça o que lhe cabe para se proteger. Triste, estamos sós ("Secretários de Saúde falam em vaxame com vacina e dizem que estão no limite com Bolsonaro", Poder, 17/1).

Maria Joselita Souza Ferreira

(Araçoiaba da Serra, SP)

Guido Mantega

Como todo economista de esquerda, o ex-ministro tem sempre a mesma solução: gastar mais do dinheiro que não existe ("Em uma crise, se o governo não investir, ninguém vai investir, diz Guido Mantega", Mercado, 17/1).

Roberto de Oliveira Flores

(Caxias do Sul, RS)

Esse governo [do qual Mantega foi ministro] foi o começo do fim. Estimou demais a aquisição de bens de consumo duráveis, como veículos e eletrodomésticos. Mas educação de qualidade, empregos, ciclo virtuoso da economia e reforma tributária, nada. Década perdida.

Antonio Pimental Pereira

(Governador Mangabeira, BA)

Ditadura

O Brasil é um país que foge ao entendimento tanto de neófitos como de veteranos, pois levou à presidência um notório defensor da tortura e da morte, adepto de soluções radicais, sem um mínimo da humana empatia e, como se não bastasse, despreparado para o exercício da presidência ("Morte de Rubens Paiva faz 50 anos com punição ainda sob discussão na Justiça", Poder, 17/1).

Marize Carvalho Vilela

(São Paulo, SP)

Atletas de base

A matéria da Folha, retratando o protagonismo de jovens atletas das bases dos clubes de futebol, permite inferir que nem tudo o que é ruim traz só resultados ruins. Gera oportunidades, mesmo que tristemente, com estádios vazios ("Presença de atletas formados na base cresce 25% em Brasileiro na pandemia", Esporte, 17/1).

Celso Luis Gagliardo (Americana, SP)

Regalias

As fotos das mansões dos presidentes da Câmara e do Senado são um escárnio diante da enorme tragédia que se abate sobre a maioria da população. Isso já é trípudiar sobre os eleitores. Parabéns, Folha, pela isenção demonstrada na reportagem. Não é só nosso presidente da República que é desprezível ("Regalias de chefes de Câmara e Senado vão de café premium a mansão em lago", Poder, 17/1).

Gesner Batista (Rio Claro, SP)

Par que parlamentares e juízes não percam centenas de regalias, é preciso continuar arrojando o salário do barnabé que ganha R\$ 3.000 ou R\$ 4.000 por mês, bruto.

Cristina Dias (Curitiba, PR)

Mulher na política

Deputada Isa Penna, siga em frente, com independência e coragem! Sua agenda é de grande relevância para o conjunto da sociedade. Afeta a cultura patriarcal, o nepotismo, o círculo vicioso, o predatório de sexualização do corpo feminino ("Se você é mulher e faz política, sabe que vai sofrer assédio", diz Isa Penna, apalpada por deputado em SP", Poder, 17/1).

Daisy Santos (Araçaju, SE)

A deputada tem toda a razão, e esses comportamentos são inadmíssíveis. Macris já está na minha lista de gente a não votar. O governador vai pagar um preço também, ele está subestimando a força do voto feminino. Estamos cansadas desses homens atrasados e abusadores. Vamos dar um basta.

Maria Torres (São Paulo, SP)

Bolsonaro e Congresso

Infelizmente tenho que concordar com o colunista. É muito triste isso. Vamos ter que aguentar esse ano. ("Bolsonaro está mais perto de eleger aliados no Congresso do que do impeachment", Opinião, Bruno Boghossian, 17/1).

Helena Rodrigues Gotis

(Hortolândia, SP)

Excelente, Bruno. Finalmente um artigo para informar corretamente e dar condições para o cidadão refletir e entender o que precisa ser feito para remover um presidente. E os riscos de uma tentativa afobada e precipitada acabar por fortalecer-lo.

Délcio Cardoso da Silva (São Paulo, SP)

ICMS em SP

Excelente análise! Moro no interior de São Paulo, região agrícola. Foi hilário ver a turma da Hillux zero quilômetro fazendo teatro com os tratores John Deere novíssimos. Coitados devem estar precisando mesmo de subsídios ("Não existe boca-livre", Tapetininga, SP).

Eduardo Mello (Tapetininga, SP)

Muito bom, Marcos Lisboa. Os empresários precisam sair da sombra do socorro oficial. Capitalismo é essencialmente destruição criativa.

André Oliveira (Belém, PA)

Certeiro como sempre. O Doria é um oportunista sem escrúpulos, mas nessa reforma está certo.

José Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

A Amazônia é um bem de todos

Causa tem a capacidade de mobilizar energias patrióticas na direção correta

Flávio Dino

Advogado e professor, é governador do Maranhão (PC do B) desde 2015 e presidente do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal; ex-deputado federal (2007-2011) e ex-juiz federal

A Amazônia é nossa. Está na esfera indeclinável da nossa soberania. Contudo, essa premissa não significa uma espécie de vale-tudo, pois soberania implica um binômio indissociável: poderes e responsabilidades. Estes são ainda maiores quando uma devastadora pandemia evidencia o esgotamento de um modelo de sociedade assentado no consumismo insensato, que leva a múltiplas agressões ao meio ambiente e às condições de existência humana.

Nesse contexto, cuidar da Amazônia é ainda mais estratégico para que o nosso país possa projetar uma imagem positiva e exerça o chamado "soft power", o poder brando, perante as outras nações.

Infelizmente, graves ações e omissões têm levado à disseminação de fatos negativos sobre o Brasil na arena internacional, colocando-nos na péssima condição de propagador de coronavírus e "vilão ambiental". Com atitudes isolacionistas, nossa economia pode sofrer ainda mais em face de sanções institucionais ou difusas, ameaçando o trabalho honesto de milhões de empresários e trabalhadores da nossa Amazônia, que cumprem as leis e colaboram para o bem-estar coletivo.

É nesse cenário que atua o Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, que tenho a honra de passar a presidir, em face da eleição unân-

nime pelos demais governantes da região. A gravidade da hora presente exige máxima concentração no combate ao coronavírus, mas creio que — após a vacinação — teremos melhores condições para avançar em temas como monitoramento e controle; zoneamento ecológico e econômico; regularização fundiária; e Fundo Amazônia, entre outros.

[...]

Ações e omissões têm levado à disseminação de fatos negativos sobre o Brasil na arena internacional, colocando-nos na perigosa condição de 'vilões ambientais'. Com atitudes isolacionistas, nossa economia pode sofrer sanções institucionais ou difusas, ameaçando o trabalho honesto de milhões de empresários e trabalhadores da Amazônia

Ademais, sucessivas cartas de alertas governadores da Amazônia têm alertado para a centralidade do bom uso, pelo governo federal, das disposições do artigo 41 do Código Florestal, com o pagamento de serviços ambientais e compensação pelas medidas de conservação ambiental.

Os governadores da região estão prontos a contribuir e dispor de muitos projetos, tais como: plataforma de ativos ambientais; sistema integrado de informação em segurança pública; apoio a cadeias produtivas da sociobiodiversidade; e inteligência estratégica para uma nova economia amazônica.

Com essas pautas, podemos ter mais união em favor da Amazônia para virarmos a página em que mortes inaceitáveis e ocorrências sobre desmatamentos e queimadas ilegais dominam a cena. Temos a convicção de que a lei é para ser cumprida e quem comete crimes ambientais deve ser alvo de investigações e punições, com o devido processo legal e assegurando o direito de defesa e sanções proporcionais.

A causa da Amazônia tem a capacidade de mobilizar energias patrióticas na direção correta, pois se trata de um bem de todos. Essa é a principal luta do consórcio: defender a Amazônia e a sua população como caminho de bem viver para todo o Brasil.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Justiça tributária

Embora defensável, imposto sobre fortunas não deve se sobrepor a propostas mais maduras

Ao menos nesta parte do mundo, os custos do combate à pandemia da Covid-19 reavivaram as discussões sobre a tributação de grandes fortunas — que seria medida condizente com a vergonhosa desigualdade social latino-americana.

O governo da Bolívia sancionou em dezembro lei que cria um imposto anual e permanente sobre patrimônios individuais elevados, acima do equivalente a cerca de R\$ 23 milhões, pouco depois de o Congresso da Argentina instituir uma taxa extraordinária a incidir, uma única vez, sobre valores superiores a algo como R\$ 12 milhões.

Aqui, o debate ainda incipiente do tema pela Câmara, no âmbito da reforma tributária, suscitou manifestação crítica da Receita Federal. Segundo o órgão, há medidas mais eficientes para elevar a arrecadação onerando os estratos mais ricos da sociedade. Os argumentos merecem observação atenta.

Esta Folha há muito defende que o sistema tributário brasileiro precisa tornar-se, além de mais simples, menos regressivo. Hoje, de uma carga já exagerada, corresponde a cerca de um terço da renda nacional (33% do Produto Interno Bruto), quase metade (15% do PIB) incide sobre a circulação de mercadorias e serviços.

Essa proporção excessiva se mostra desfavorável aos mais pobres, que destinam proporção mais elevada de seus rendimentos ao consumo — e pagam, na compra de um produto, o mesmo imposto com o

qual arcam remediados e afluentes.

Uma carga mais justa deveria ter maior peso de tributos sobre renda e patrimônio. Estes já existem e, de fato, merecem melhor cobrança. O Imposto de Renda, em especial, deveria alcançar o pagamento de dividendos (com ajuste na atual taxação dos lucros) e ter deduções e isenções revistas.

Dolado patrimonial, os municípios têm muito a avançar na cobrança do IPTU, enquanto os estados vêm elevando nos últimos anos a tributação das heranças.

Um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), embora defensável e previsto na Constituição, teria papel secundário nesse processo. A experiência internacional mostra que tributos do tipo têm gestão difícil e arrecadação modesta.

Segundo estudo do Inspere, de 12 países desenvolvidos que já os adotaram, apenas 3 ainda os mantêm (outros 4 taxam ativos específicos), e só a Suíça tem receita acima de 1% do PIB com o seu. Em comparação, o governo brasileiro deixa de arrecadar cerca de 4% do PIB devido a subsídios que não raro beneficiam o topo da pirâmide social.

Um certo fetiche da esquerda pelo IGF não deveria se sobrepor ao avanço de medidas mais importantes e de discussão mais madura. Uma reforma do IR, que depende de não mais que um projeto de lei ordinária, e a revisão de incentivos parecem os caminhos mais promissores no momento para a busca de maior justiça tributária.

Vida pós-Trump

Dividido, Partido Republicano terá de lidar com a influência do ainda presidente sobre seus quadros

O turbulento fim da biliosa passagem de Donald Trump pela Presidência dos EUA, tão agudo que poderá lhe custar os direitos políticos, expõe um dos efeitos duradouros dos anos do bilionário no poder: a divisão do Partido Republicano, um dos esteios da democracia nos Estados Unidos.

Comentaristas argumentam que isso não seria uma má ideia, dado o poço de extremismo que foi cavado no quintal daquele que orgulhosamente enverga a sigla inglesa GOP, ou grandioso velho partido — e, em seus melhores momentos, representou o espírito libertário e empreendedor da nação.

Mais importante, firmou real alternância de poder com seu irmão siamês, o Partido Democrata. Faces de uma mesma moeda, as siglas se complementavam e, quando a democracia parecia funcional, encorpavam o sistema de freios e contrapesos vigente no país.

No pior momento, o GOP teve Donald Trump à sua frente. Ele não é um bôldo exógeno, claro, e sim o produto de forças alimentadas pelas mudanças demográficas e econômicas. Na hora oportuna, tomou de assalto as estruturas de um partido que titubeava.

Foi conduta da dita América profunda, desaguando na infame invasão do Capitólio. Cada manifestação da direita radical do movimento Tea Party, nos anos 2000, floresceu na administração Trump.

Como mostram os 147 votos de congressistas a favor da tentativa de barrar a eleição de Joe Biden, a contaminação é estrutural.

Ainda que dez deputados do GOP tenham votado pelo impeachment de Trump e haja uma crescente rejeição a ele no Senado, pesquisa Axios-Ipsos desta semana mostrou que 36% dos republicanos ainda se definem como trumpistas. Dessa forma, o desembarque de partidários mais serenos carrega o desafio de não implodir a sigla.

Parece tarefa difícil, como mostrou enquete do jornal New York Times com 40 líderes nacionais do partido. O poder do ainda presidente segue firme entre eles.

A influência de Trump permanecerá, embora essa seja uma assertiva a ser tomada com um grão de sal: se o ícone perder direitos políticos, ela poderá evaporar — o que talvez não impedirá que outro do mesmo naipe venha reclamar os 75 milhões de votos que cancelaram o presidente em novembro.



Privatizando a censura

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Uma das características da onda de extrema direita que varreu o mundo é a instrumentalização da liberdade de expressão para propagar notícias falsas e discursos virulentos. A reação de muitos dos democratas tem sido a de defender uma relativização das proteções à liberdade de expressão. Será que é esse mesmo o caminho?

Vale lembrar que, durante ao menos dois séculos, versões razoavelmente fortes da liberdade de expressão desempenharam papel central na consolidação de algumas de nossas melhores instituições, como a democracia e a ciência. Não penso que devamos correr o risco de retrocesso nessas áreas só porque experimentamos um quinquênio de dissabores.

O que fazer, então, com as sandálias que líderes populistas como Donald Trump e Jair Bolsonaro publicam em suas redes sociais? A pior solução seria atribuir a algum órgão do governo o poder de decidir o que vai ou não ser publicado. Felizmente, não há muitos defensores desse caminho.

Uma saída mais popular tem sido pressionar as big techs para que exerçam seu poder de edição e banam ou ao menos reduzam a visibilidade dos discursos mais radicais/violentos. Isso é decerto preferível à censura estatal pura e simples, mas fica ainda longe de uma boa solução.

A reclamação de trumpistas e bolsonaristas de que a exclusão das redes também configura censura procede só em parte. Se o cidadão deve ter a liberdade de dizer o que quer, empresas devem ter a de escolher o que vão ou não publicar. Melhor ainda se elas forem muitas, ideologicamente diversas e se pautarem por regras racionais, claras e previamente anunciadas.

A principal dificuldade desse arranjo é que ele concentra poder demais nas mãos dos hoje poucos atores empresariais. Mas não deixa de ser um avanço trocar o quase impossível paradoxo da tolerância (precisamos tolerar os intolerantes?) pelo problema mais tratável de como lidar com monopólios.

helio@uol.com.br

Privilégios 2

Marcos Lisboa

Presidente do Inspere, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

A última coluna criticou a reação de alguns setores à proposta do governo de São Paulo de reduzir em média 20% os benefícios tributários concedidos pelo estado.

A longa lista de bens com tratamento favorecido pode ser encontrada nas páginas 369-373 da lei aprovada pela Assembleia e inclui itens como aviões, areia e insumos utilizados na agricultura.

O problema não é de pouca monta. Os benefícios tributários do ICMS em São Paulo reduzem a arrecadação em R\$ 43 bilhões por ano, bem mais do que o governo federal gasta com o Bolsa Família, como escrevi.

Lideranças do setor privado, sobretudo do agronegócio, discordaram da coluna, argumentando que os demais países concedem subsídios. Preservar os benefícios seria importante para garantir a competitividade do setor.

Não é bem assim. As exportações continuam sem incidência de ICMS, refletindo a boa prática internacional de tributar no destino e não na origem (local de produção). A medida de São Paulo apenas reduz o benefício tributário no consumo doméstico, o que não tem a ver com a competitividade do agronegócio no comércio exterior.

Os exportadores têm dificuldades em receber o crédito tributário devido. Mas a solução não pode ser deixar de pagar tributos sobre o consumo local. Outros alegam que a desoneração dos alimentos beneficiaria as pessoas de baixa renda. De novo, não é bem assim. A redução de tributos sobre a venda de bens por vezes é mais vantajosa para os produtores do que para os consumidores, como mostram Ben-zartti e Carloni (2019).

Além disso, é mais eficaz transferir renda diretamente para quem precisa do que desonerar o consumo. Em 2017, o Ministério da Fazenda analisou o cenário alternativo de tributar a cesta básica e utilizar os recursos arrecadados para ampliar o Bolsa Família. O resultado impressiona: a desigualdade de renda cairia 12 vezes mais do que com a desoneração atual.

Cabe mencionar que a medida do governo paulista não aumentou as alíquotas sobre a cesta básica. As reclamações contra a reforma, que reduzem pontos percentuais os benefícios atuais, vêm de setores como o de fertilizantes. E também dos que vendem automóveis e produtos eletrônicos, para citar outros exemplos.

Não há boca-livre. As renúncias tributárias implicam maiores impostos sobre o restante da sociedade. Os estados compensam tributando mais outras atividades. Em São Paulo, a energia elétrica paga 25% de ICMS, e a conta para o consumidor chega a mais de 40% quando se somam todos os tributos.

Alguns empresários acham-se no direito de pagar menos impostos do que os demais. Só não aceitam que se chame isso de privilégio.

A matemática do impeachment

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro está mais próximo de eleger aliados para comandar a Câmara e o Senado do que de perder o cargo. O presidente já foi minoritário no Congresso, mas adquiriu proteção suficiente para ficar no poder, apesar do descabro produzido pelo governo na pandemia.

Hoje, o cálculo do impeachment beneficia Bolsonaro. Parte de uma destituição avance, são necessários os votos de 342 dos 513 deputados. Graças ao apoio do centrão, o governo tem a seu lado um bloco que pode superar 200 parlamentares, o que torna essa matemática impossível.

Presidentes têm mais chances de escapar de processos desse tipo em ambientes políticos com alta fluidez ideológica. Como o centrão tem mais afinidades do que divergências com Bolsonaro, o governo consegue atrair essas siglas com facilidade, distribuindo cargos e verbas públicas.

Defensores do impeachment argumentam que é necessário abrir o processo mesmo que não haja apoio inicial suficiente para derrubar o presidente. Segundo eles, é possível

construir o placar ao longo do caminho, numa campanha que exponha os crimes de responsabilidade praticados por Bolsonaro e auxiliares.

Ainda que isso seja possível, uma força contrária também atua a favor do governo, nesse caso. Na largada, se a percepção dos parlamentares for que Bolsonaro tem condições de sobreviver, muitos escolherão ficar com o presidente para colher benesses oficiais. Com isso, o lado pró-impeachment pode ficar mais perto dos 150 do que dos 342 votos.

Um processo frustrado tem seus custos. Uma vitória de Bolsonaro exporia a fragilidade da oposição e fortaleceria os vínculos do Congresso com o governo. O presidente diria que derrotou um golpe e desestimularia novos pedidos de destituição.

O impeachment ainda depende de uma virada nas condições políticas e sociais. Às vésperas da queda de Fernando Collor, 84% dos brasileiros diziam que ele estava envolvido em corrupção. Agora, só 6% afirmam que Bolsonaro é o principal culpado pelas mortes na pandemia.

Vizinho de Zé Kéti

Ruy Castro

RODEJANEIRO Zé Kéti, o sambista, faria 100 anos em 2021 e já começam as comemorações. Foi conferir e está lá — de nome verdadeiro José Flores de Jesus, nascido em 16 de setembro de 1921. Ainda um pouco longe para o centenário, mas Zé Kéti não deveria precisar de efemérides para ser comemorado.

E não apenas porque é o autor de um dos maiores sambas de todos os tempos: "A Voz do Morro", de 1954. Vocês sabe: "Eu sou o samba / A voz do morro sou eu mesmo, sim, senhor / Quero mostrar ao mundo que tenho valor / Eu sou o rei dos terreiros...". Foi lançado naquele ano por Jorge Goulart, e quem melhor do que Jorge, com seus plenos pulmões, para dar "A Voz do Morro" o volume e alcance que aquelas frases longas mereciam?

Todos os grandes sambas de Zé Kéti, sozinho ou com parceiros, contam uma história do morro: "Malvadeza Durão", "Nega Dina", "Diz Que Fui Por Ai", "Acender as Velas", "Samba da Lealdade", "Cicatriz", "Mascarada" e,

claro, "Opinião" — "Podem me prender, podem me bater / Podem até deixarem sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro eu não saio, não...". Que Nara Leão, em 1964, elevou a status de quase hino. Não sei se Zé Kéti morou algum dia num morro, mas, e daí? Dorival Caymmi não sabia nadar e ninguém falou do mar como ele. Artista é isso.

Em 1968, posso garantir que Zé Kéti não morava no morro — porque éramos vizinhos no lendarário Solar da Fossa, um ex-convento colonial em Botafogo, habitado por estudantes, atores, músicos, jornalistas, todos românticos, boêmios e duros. Os quartos eram pequenos e o que se passava em um deles era escutado por todo mundo em volta.

Zé Kéti morava no quarto em cima do meu. E, se já era seu fim pela música, fiquei mais ainda ao ouvir suas performances a dois — de 6 da tarde às 6 da manhã, incansável, non stop, todas as noites e também a plenos pulmões. A voz do Solar era ele mesmo, sim, senhor.



Fábrica da Ford em Taubaté, que será fechada Eduardo Wnapp - 12. jan. 20 / Folhapress

Fechamento de fábricas da Ford põe em dúvida futuro do setor no Brasil

Matrizes devem enviar menos recursos para as indústrias instaladas no país e priorizar carros mais caros; usado pode virar o veículo popular

ANÁLISE

Eduardo Sodré

BRÁSILIA O anúncio do fechamento das fábricas da Ford no Brasil colocou dúvidas sobre o futuro da indústria automobilística nacional. Trata-se de uma decisão global com diversas especificidades, mas que reflete o que virá por aí nos próximos cinco anos.

Será um período com menos dinheiro vindo das matrizes — que já têm gastos e problemas demais com a eletrificação — e escassez de modelos considerados de baixo custo. O novo automóvel popular será o carro usado.

De 2010 a 2014, montadoras no Brasil receberam entradas líquidas de capitais (diferença entre o que foi enviado para as sedes e o que foi recebido de elas para alavancar operações) que somam US\$ 24 bilhões.

Saíram mais dinheiro que entrou até 2013 — com o real valorizado e vendas em alta, os dividendos foram remetidos ao exterior. Entretanto, o fluxo se inverteu a partir de 2014.

Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfaeva (associação de montadoras), confirma que as empresas não devem receber mais aportes de fora. As matrizes precisam investir para a sobrevivência da indústria.

"Há quatro grandes pilares: conectividade para o usuário e para o transporte de carga, veículos autônomos, que já estão presentes no campo e na mineração, novos serviços que irão nascer associados a essa automação e a eletrificação", diz Moraes. "Para isso, a indústria tem que fazer investimentos altíssimos aqui e lá fora."

Ou seja: para seguir adiante, a indústria nacional precisa recuperar a rentabilidade. Com o real desvalorizado e vendas ainda distante dos recordes registrados, o caminho passa pelo lançamento de modelos mais caros e, consequentemente, mais rentáveis.

Os lançamentos de 2021 mostram esse movimento. São carros nacionais como o utilitário esportivo Toyota Corolla Cross, cujo preço irá ultrapassar a faixa de R\$ 130 mil. Mesmo os compactos terão preços médios entre R\$ 70 mil e R\$ 90 mil, caso da futura versão hatch do Honda City.

A estratégia global divulgada pela Renault na quinta (14) é mais um retrato do que vem por aí. A marca vai oferecer um grande volume de carros

híbridos e elétricos até 2025. Para a América Latina, a meta é elevar o ticket médio dos veículos comercializados.

Haverá redução no número de plataformas — de seis para três — e fortalecimento da sinergia com a Nissan. A capacidade global de produção também será reduzida: de 4 milhões de unidades em 2019 para 3,1 milhões em 2025.

Esse último ponto mostra a preocupação com ociosidade, um problema grave no Brasil e que flerta com o desemprego. O índice segue acima dos 5% e será reduzido neste ano pela pior forma possível.

Com o fechamento das fábricas da Ford e da Mercedes, a capacidade instalada cai e, por consequência, vem a impressão de que a ociosidade caiu.

Após dois ciclos recentes de abertura de unidades estimuladas por benefícios tributários — no fim dos anos 1990 e na segunda década do século 21 — a junção de uma indústria global em transformação com a crise que vive o Brasil pode levar ao fechamento de algumas, o que não significa que surgirão movimentos tão radicais como o feito pela Ford.

"Não acredito que a decisão da Ford vá influenciar outras empresas. Foi tomada por questões internas de rentabilidade, mas aliada a uma estratégia global em que a empresa tem de direcionar negócios para onde são mais fortes, como os segmentos de picapes e SUVs, saindo de áreas onde não têm competitividade", diz Flavio Padovan, sócio da MRD Consulting, que já foi executivo na Ford e na Jaguar Land Rover.

Outras mudanças devem ocorrer mundo a fora, e o Brasil pagou o preço de produzir só modelos compactos e menos lucrativos, enquanto a fábrica argentina produz a picape Ranger, plenamente inserida na nova estratégia da marca.

"É um alinhamento global com uma situação regional muito difícil", afirma Padovan. Uma das palavras mencionadas pelo especialista é o mantra atual da Anfaeva: competitividade. Moraes disse na semana passada que é disso que a indústria automobilística precisa, e não de benefícios fiscais.

Na verdade, a questão tributária já está entre os entraves para o Brasil crescer no cenário global. A indústria recebe valores vultosos de incentivos fiscais, mas é também um dos setores mais tarifados.

Ranking

- Maiores fabricantes**
- 1- China
 - 2- EUA
 - 3- Japão
 - 4- Alemanha
 - 5- Coreia do Sul
 - 6- México
 - 7- Índia
 - 8- Espanha
 - 9- Brasil
 - 10- França

7º lugar

era a posição do Brasil em 2013

Países com mais licenciamentos

- 1- China
- 2- EUA
- 3- Japão
- 4- Alemanha
- 5- Índia
- 6- Brasil
- 7- França
- 8- Reino Unido
- 9- Itália
- 10- Canadá

4º lugar

era a posição do Brasil em 2013

Fonte: Anfaeva, dados preliminares de 2020

tidos no preço: a cada US\$ 100 exportados, US\$ 12 são resíduos tributários", diz Moraes. Ele cita estudo de 2019 da PwC que mostra ser 18% mais barato produzir um carro no México, país que, nos últimos anos, recebeu vários investimentos que poderiam ter vindo ao Brasil, como a fábrica da sul-coreana Kia Motors.

Moraes diz que nada foi feito para resolver esse problema nos dois anos de governo Jair Bolsonaro (sem partido). O tema volta a ser discutido nas reuniões realizadas quinzenalmente, que reúnem representantes da indústria e do Ministério da Economia. A esperança está mantida. "Parece que a ficha caiu", diz Moraes.

O clamor por competitividade em relação com a queda acentuada do mercado interno e o receio de que a recuperação demore mais a chegar. A perda de renda e a elevação do desemprego criam um cenário muito diferente do visto no melhor período do setor automotivo, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Naquela época, a crise se abateu sobre os importados, que foram sobretaxados em um movimento que resultou no programa Inovar-Auto.

Foi um momento de troca: saíram as reduções do IPI e começou a vigorar um pacote de reduções tributárias baseado em produção e pesquisa e desenvolvimento. Porém, a sobretaxa gerou demissões entre importadores, que fecharam lojas — o setor estima que 62 mil vagas tenham sido encerradas nos últimos dez anos.

Outro erro dos programas está na falta de propostas que tornem o setor mais competitivo globalmente, o que envolve logística, redução da burocracia e reforma tributária.

Sem avanços, o lado mais cruel do atraso se manifesta nas demissões e nas redefinições globais dos negócios.

Marcio Martins, gestor da divisão automotiva da Fuchs, fabricante de lubrificantes, calcula que, além dos 5.000 trabalhadores demitidos no Brasil e na Argentina, o fechamento das fábricas da Ford vai levar à perda de 10 mil empregos indiretos a curto prazo.

"O impacto maior é imediato, com a perda dos empregos. Já o mercado em si vai acabar absorvendo, a médio prazo, o fim da produção, com a migração para outras marcas", afirma Martins.

Para Vincent Baron, diretor operacional da Xanetia, especializada em gestão empresarial, os sistemas precisam melhorar seus processos para sobreviver.

"Pensamos nos fornecedores como um segmento 100% focado em montadoras, mas já vemos empresas querendo se desdobrar em outras linhas. Algumas precisam se diversificar, até mesmo as de pequeno porte e startups. Há opções de fusão e aquisição."

Entretanto, esses problemas não significam que o Brasil seja desinteressante enquanto mercado. As soluções locais ainda geram produtos rentáveis e eficientes em relação a consumo e emissões. É o caso de modelos flex de maior valor agregado, a exemplo dos utilitários compactos.

Esses são os produtos que devem reinar na indústria automobilística nacional nos próximos anos, enquanto os importados, principalmente de marcas premium, cada vez mais buscarão trazer modelos híbridos e elétricos, que recebem incentivos fiscais.

O foco será o mercado interno ainda por um bom tempo, e a produção nacional pode ser fortalecida por meio das fusões globais, como a que agora os grupos FCA Fiat Chrysler e PSA Peugeot Citroën.

União com essa deve resultar em melhor aproveitamento da fábrica. A produção de um modelo pode ser deslocada para outra unidade e até propiciar o retorno de uma marca à linha por meio de parceria com outra marca com espaço de sobra em sua planta. Há muitos problemas, mas também muitas possibilidades.

PAINEL S.A.

Filipe Oliveira (interino)
painelisa@grupofolha.com.br

Daniele Mattos

Após contratar, empresa precisa preparar ambiente para a diversidade

SÃO PAULO O movimento de algumas empresas para elevar a contratação de profissionais negros, que ganhou tração no ano passado, deve impulsionar também a preparação do ambiente corporativo após a chegada deles.

Segundo Daniele Mattos, cofundadora da consultoria Indique uma Preta, a diversidade vai trazer novas formas de pensamento que podem mudar o conceito de inovação. "O mercado é viciado em aceitar só um tipo de repertório e solução. Quando essas pessoas entram, as empresas precisam atualizar seus referenciais do que é inovador", diz Mattos, que participou da elaboração da seleção de trainees negros do Magazine Luiza e fechou na semana passada uma nova parceria com a varejista para atuar também na recepção dos contratados.

Como nasceu a iniciativa de vocês? A Indique uma Preta nasceu como um coletivo para denunciar a falta de representatividade de mulheres pretas na indústria criativa, de onde eu e minhas sócias viemos. Sempre trabalhamos em agência publicitária e percebemos que a cultura do 'quem indica' era muito forte.

Há cinco anos, criamos a Indique uma Preta para conseguirmos nos articular, indicar umas às outras e fazer networking. Mas cresceu absurdamente. Hoje somos uma comunidade de 7.000 mulheres. E fomos percebendo que isso não era uma especificidade só da indústria criativa, mas de todo o mercado de trabalho. Começamos receber uma demanda muito forte por palestras e para indicar mulheres para trabalhar. Fomos nos especializando e decidimos virar uma consultoria de conexões entre a comunidade negra e o mercado de trabalho.

Vocês foram contratadas para participar do projeto de trainees negros do Magazine Luiza, que teve muita repercussão no ano passado. Como foi isso? Eles já tinham tudo estruturado, pensado no conceito e tinham pessoas pretas na condução do processo, mas tiveram a preocupação de trazer a consultoria preta para contar essa história junto.

Os trainees negros selecionados têm formação muito boa, mas são mais velhos do que a média dos programas de trainees tradicionais, que não abordam a questão racial. Por quê? Na comunidade negra, não é que falte qualificação. O que precisamos é de oportunidade. Quando criamos a Indique uma Preta, há cinco anos, percebemos que as meninas chegavam nos eventos com portfólios impecáveis de projetos independentes pessoais. Como elas não tinham oportunidades e privilégios dentro das esferas tradicionais, elas se viravam.

O que precisava não era desenvolver a comunidade negra. O que precisava era falar para ele entender como faz para receber essa comunidade. Isso coloca em xeque a mentira que o racismo nos conta: que falta qualificação, que não se consegue contratar pessoas negras porque elas não têm inglês fluente.

Acho que é por isso que tem essas pessoas mais velhas que são incríveis. Elas precisam se reinventar, buscar curso fora do país, desenvolver projetos pessoais, abrir suas próprias empresas, como foi o

meu caso, para desenvolver os potenciais delas. Só prova o quanto as empresas estão perdendo potencial criativo por não olhar para isso de forma estratégica.

Acho que o Magalu fez um pulo do gato, que incomodou racistas, porque não olhou para isso como uma moeda humanitária. Eles olharam com foco no negócio.

Ainda existe a narrativa de que faltam negros nas chefias das empresas porque há escassez de mão de obra qualificada. Por que isso? Olhando para o Brasil de forma ampla, sim, as pessoas negras estão em situação de vulnerabilidade, as mulheres negras estão na base da pirâmide, mas a gente não é só isso.

Colocar essa narrativa como absoluta sobre todas as pessoas negras no país é reforçar e querer que ela seja verdadeira. É querer que esse seja o único lugar possível para nós.

Quando eu falo que eu tenho inglês fluente, que fiz uma faculdade muito boa graças a programas de inclusão de pessoas negras no ensino superior, ou que eu tenho a minha consultoria, é uma narrativa muito destoante. É desconfortável, e não só para pessoas que são deliberadamente racistas.

Imagino que deve bater para algumas pessoas brancas que acreditam que estão perdendo espaço. A essa demanda enquanto comunidade é por oportunidades iguais. A comunidade negra já luta por direitos há muitos anos. Muitos já foram conquistados. Gota em gota, a comunidade é entrando no mercado de trabalho. Se é importante ter políticas afirmativas para que as pessoas pretas estudem, é também importante ter políticas para que elas entrem no mercado de trabalho.

Na tentativa das empresas de atrair diversidade, qual é a importância da fase depois da contratação? Não é só contratar. Precisa pensar espaços seguros para que essas pessoas consigam explorar suas potencialidades no máximo, para que elas não tenham a criatividade e a subjetividade de cortadas. É preciso ambientá-las e fazer educação sobre vies inconsciente.

O mercado é muito viciado em aceitar só um tipo de repertório e solução. Quando essas pessoas entram, as empresas precisam atualizar seus referenciais do que é inovador. É estar com os ouvidos atentos para o que elas vão trazer à mesa.



Daniele Mattos, 27
Graduada em Relações Públicas pela Belas Artes. Estuda cultura e comunicação estratégica organizacional na USP. Fundou a Indique uma Preta ao lado das sócias Amanda Abreu e Verônica Dudiman

mercado

Crônica de uma morte anunciada

Em um mundo cada vez mais aberto, nossa indústria automobilística é anacrônica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

A saída da Ford do Brasil precisa ser analisada a partir de três enfoques: temas ligados à empresa, à indústria automobilística e à indústria de transformação em geral.

A Ford vem perdendo participação no mercado brasileiro. Em 2012, os carros da empresa correspondiam a 9,6% dos emplacamentos dos veículos. Esse número caiu para 7,4% em 2020.

Adicionalmente, a demanda vem encolhendo. Entre 2012 e 2020, os emplacamentos de automóveis reduziram em 48%, e os da Ford, fruto da queda da participação no mercado brasileiro, tiveram recuo de 60%.

No otimismo dos anos 2000, houve excesso de investimento no setor automobilístico. Segundos os dados do Ibrave-FGV, o nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) de 2014 até março de 2020 foi de 70%. Para o período de 2001 até 2013, o Nuci foi de 83%.

Há 60 anos o instrumento básico de política industrial para estimular o desenvolvimento da indústria por aqui tem sido a barreira tarifária. Trabalho de 2018 de Carolina Bloch e Sergei Soares, do Ipea, calculou que, de 2000 até 2009, a proteção efetiva do setor automobilístico —proteção ao produto líquida da proteção

aos insumos— era da ordem de 200%! De 2010 até 2015, a proteção caiu para 90%. Ainda assim, muito maior do que a dos demais setores da indústria.

Se uma indústria precisa de 100%, 200% de proteção para se manter competitiva, há claramente grave problema estrutural.

Em relatório preparado em 2017 por pesquisadores do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), da área de desempenho industrial, esse aspecto está claríssimo. A escala de produção da indústria automobilística nacional é baixa: em 2016, 48 fábricas produziram 2,1 milhões de automóveis e veicu-

los comerciais leves, ou seja, 44 mil unidades por planta. A indústria não é competitiva com menos do que 200 mil a 300 mil unidades por unidade fabril.

Ao tentarmos fazer tudo, acabamos fazendo tudo muito mal. Em um mundo cada vez mais aberto, e no qual o comércio de produtos intermediários (como autopeças) é cada vez maior, nossa indústria automobilística é anacrônica.

Compare com a Embraer, empresa que produz e exporta aviões. O plano de negócio é muito diferente. A Embraer se especializou em um segmento do mercado: aviões médios. Não tenta produzir Boeings.

Metade do valor adicionado em um avião exportado pela Embraer representa produtos que foram importados. A Embraer se concentra em projetar e em montar aviões. Quase todo o resto ela importa.

Se nós quiséssemos (ou se quisermos) manter o desenho, pensado nos anos 1950, de uma indústria com quase toda a cadeia produtiva interna, teríamos que ter feito uma política industrial muito melhor, inclusive com a construção de marcas nacionais, e concentrada regionalmente. Pode ser no ABC, na região metropolitana de São Paulo, pode ser em qualquer outro local. Mas não é possível a indústria ser dispersa.

Parece que hoje não há mais a menor possibilidade de perseguir esse caminho. Falhamos por 70 anos. O que indica que agora seria diferente?

Adicionalmente, o carro elétrico é uma máquina muito mais simples do que o carro com motor a explosão interna. A mudança tecnológica,

mesmo que a quantidade de carros consumida não caia, reduzirá em muito o emprego no setor.

Finalmente, há os problemas associados à indústria de transformação. O setor industrial é aquele que apresenta as maiores cadeias produtivas. Foi aquele em que o processo de divisão do trabalho, com vistas a ganhos de eficiência, mais avançou. Qualquer empresa do setor de transformação em geral adquire no mercado inúmeros insumos intermediários e serviços.

Nossa complexidade tributária, com o altíssimo custo de conformidade e elevado contencioso jurídico, acaba por aumentar muito os custos desse setor. Para a indústria automotiva, o remédio é a PEC 45 da reforma tributária.

Eu e Marcos Lisboa escrevemos longo artigo sobre o setor automobilístico nesta **Folha** em 2017. Para os interessados, vale a leitura (folha.com/101934296).

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Hélio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Governo estuda desoneração linear para gerar emprego

Medida, uma das propostas que são avaliadas pela área econômica, incidiria apenas sobre um salário mínimo

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA O Ministério da Economia avalia modelos distintos de programas para estimular a geração de empregos. A retomada do mercado de trabalho é uma das prioridades do ministro Paulo Guedes (Economia) em 2021, principalmente após os efeitos da crise do coronavírus.

A decisão será tomada com base no espaço no Orçamento e nas negociações políticas, pois as iniciativas dependem de aprovação no Congresso.

Apesar de ainda considerar a ampla desoneração da folha de pagamentos como o plano ideal, a equipe econômica também trabalha com for-

matos mais modestos. A avaliação é que eles enfrentariam menos críticas da ala política e demandariam um volume menor de recursos públicos.

Para reduzir os encargos sobre a contratação de mão de obra para todos os setores (de forma horizontal), a pasta defende que seja criado um imposto substituto, que incidiria sobre transações financeiras, nos moldes da extinta CPMF. Essa saída, porém, sofre forte resistência no Congresso.

No debate sobre essa proposta, o Ministério da Economia já começa a se contentar com um formato reduzido e, portanto, mais barato. A ideia que mais ganha força no momento, de acordo com membros da pasta, é a de promover uma desoneração linear para todos os trabalhadores, mas apenas para um salário mínimo.

Isso significa que os encargos pagos pelas empresas serão zerados para os trabalhadores que recebem o piso nacional. E, para aqueles que ganham acima desse valor, a isenção será parcial. Por exemplo, um trabalhador que ganha R\$ 5.000 terá isenção sobre a parcela equivalente a um salário mínimo dentro desse valor.

Com o plano mais enxuto, o governo passou a avaliar uma CPMF com alíquota de 0,1% e arrecadação de R\$ 60 bilhões ao ano —versão original pre-

via alíquota de 0,2% e receita de R\$ 120 bilhões ao ano.

O novo formato estudado para a desoneração da folha tem custo estimado em R\$ 40 bilhões. Portanto, haveria uma sobra de R\$ 20 bilhões para outros programas.

Em caso de resistência à proposta, uma opção estudada pelo Ministério da Economia é tentar novamente criar a Carteira Verde e Amarela (contratos de trabalho com redução de tributos para o empregador) com foco em novas admissões e para uma faixa de renda específica (salários mais baixos). Isso reduz o custo da medida.

Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro assinou uma MP (medida provisória) criando um programa que reduziu a tributação sobre empresas que contratassem jovens de 18 a 29 anos em primeiro emprego. A modalidade só valeu para contratações de até R\$ 1,567,50.

Como Carteira Verde e Amarela, o trabalhador teria contrato mais flexível e poderia prestar serviços por hora, recebendo uma remuneração proporcional ao período trabalhado. Haveria a exigência de um valor mínimo a ser pago pela hora, mas, no fim do mês, a remuneração dessa pessoa poderia ser inferior a um salário mínimo.

O economista professor da PUC-Rio José Márcio Camargo afirma que a desoneração ampla é a medida mais recomendada. “A política é mais efetiva quando é para todos. Só assim é possível diminuir o custo de produção para todos, aumentando a concorrência e reduzindo os preços”.

Na avaliação de Camargo, que é próximo de Guedes, como a produtividade média do trabalhador brasileiro é baixa, o custo de contratação formal (pagando os encargos) se torna alto para o empregador. Por isso, acabam optando pela relação informal de trabalho.

O governo também estuda um formato para o Imposto de Renda negativo, que poderia ser acoplado à Carteira

Verde e Amarela, mas a iniciativa foi derrubada pelo Congresso, que passava por uma fase de atrito com o Palácio do Planalto.

Para bancar esse programa, o governo previa cobrar contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego, o que também gerou críticas à MP.

Uma nova versão dessa medida (com foco no aumento da formalização do mercado de trabalho), portanto, dependeria de recursos no Orçamento ou uma compensação, mesmo que menor do que na proposta de desoneração ampla (para todos os trabalhadores e setores).

Os cálculos dependem do modelo a ser sugerido pela equipe de Guedes, pois variam de acordo com o público-alvo da Carteira Verde e Amarela. Segundo um auxiliar do ministro, a sobra de R\$ 20 bilhões da arrecadação da CPMF poderia ser usada para financiar o programa.

Como Carteira Verde e Amarela, o trabalhador teria contrato mais flexível e poderia prestar serviços por hora, recebendo uma remuneração proporcional ao período trabalhado. Haveria a exigência de um valor mínimo a ser pago pela hora, mas, no fim do mês, a remuneração dessa pessoa poderia ser inferior a um salário mínimo.

O economista professor da PUC-Rio José Márcio Camargo afirma que a desoneração ampla é a medida mais recomendada. “A política é mais efetiva quando é para todos. Só assim é possível diminuir o custo de produção para todos, aumentando a concorrência e reduzindo os preços”.

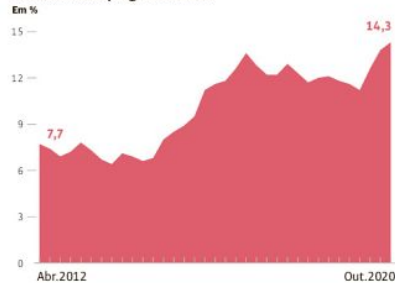
Na avaliação de Camargo, que é próximo de Guedes, como a produtividade média do trabalhador brasileiro é baixa, o custo de contratação formal (pagando os encargos) se torna alto para o empregador. Por isso, acabam optando pela relação informal de trabalho.

O governo também estuda um formato para o Imposto de Renda negativo, que poderia ser acoplado à Carteira

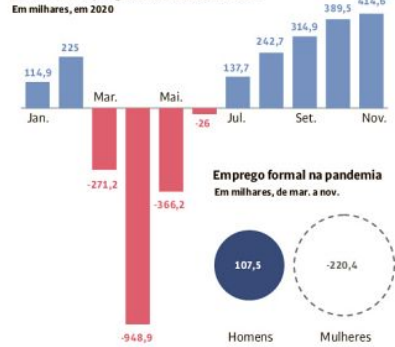
Medidas para formalização no mercado de trabalho em estudo pelo governo

1. Desoneração ampla, com criação de um imposto para substituir a perda de receita
2. Desoneração focada, por exemplo, em novos contratos e por faixa de renda
3. Imposto de renda negativo para estimular a formalização de trabalhadores de baixa renda
4. Reformulação do MEI

Taxa de desemprego trimestral



Saldo de emprego no mercado formal



Emprego formal na pandemia



Estoque de emprego formal no país



Fontes: IBGE e Ministério da Economia

Verde e Amarela. Nesse sistema, pessoas que recebem menos de um salário mínimo ganhariam do governo uma espécie de complementação. O valor seria depositado em uma conta para a aposentadoria do trabalhador.

O objetivo é facilitar as contratações e incentivar a formalização do mercado de trabalho.

No caso do Imposto de Renda negativo, a fonte de recursos não é o único problema. Como os repasses contrariam como gasto primário, eles pressionariam o teto, regra que limita as despesas do governo. Por isso, para viabilizar os pagamentos, seria necessário cortar gastos em outras áreas.

Com impacto fiscal menor, o governo também tem como opção uma reformulação no MEI (programa de formalização de microempreendedores individuais).

Em 2019, por exemplo, o governo mudou as regras para permitir que motoristas de aplicativo pudessem se registrar como MEI. Isso permite que eles tenham um CNPJ, podendo emitir notas fiscais e fazer empréstimos com juros mais baratos.

No programa, o microempreendedor individual paga uma taxa mensal, que funciona também como contribuição para a Previdência, contando como tempo para poder se aposentar.

O MEI figura na lista de medidas que geram renúncia de receitas para os cofres públicos, mas, na avaliação de alguns integrantes do governo, a ampliação do programa seria benéfica, pois formalizaria trabalhadores autônomos e com baixa perspectiva de conseguirem um contrato formal de trabalho.

As medidas na área do emprego são estudadas pela equipe econômica desde o início do governo, mas têm esbarra em resistências políticas. Os atritos ocorrem não apenas no Congresso mas também entre a equipe econômica e auxiliares de Bolsonaro.

O Ministério da Economia também não tem conseguido avançar com outras reformas de maior impacto prometidas pelo governo. Entre elas, a tributária e administrativa, que reformula o serviço público. Também está travada a proposta que aciona gatilhos de ajuste fiscal, que poderia abrir margem no Orçamento para novos gastos.

Na avaliação de Guedes, no entanto, há espaço em 2021 para que essa agenda seja destravada. A equipe do ministro acha que haverá disposição dos parlamentares após a eleição da cúpula do Congresso, em fevereiro. Antes disso, afirma que nenhuma nova proposta deve ser apresentada.

Guido Mantega Em uma crise, se o governo não investir, ninguém vai investir

Ex-ministro defende subsídios da era petista e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita

ENTREVISTA

Fábio Pupo

BRÁSILIA O fechamento das fábricas da Ford no país não faz Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, se arrependar da política de subsídios ao setor estimulada em sua gestão. Ele diz que os programas atraíram fábricas e que a saída da marca é resultado de fatores como o acirramento da concorrência no mercado automotivo global. "De fato, teve mais subsídios. Mas valeu a pena, porque ganhamos em PIB e arrecadação", diz Mantega, na primeira entrevista concedida desde maio de 2017. O ex-ministro rechaça a tese de que a economia brasileira teve um voo de galinha durante a era petista, defende os dados fiscais de sua época e diz que as pedaladas foram fruto de uma conspiração e de um motivo fútil para o impeachment de Dilma Rousseff.

A Ford anunciou o fechamento de suas fábricas no Brasil. O que isso tem a nos dizer? A Ford representa a indústria automotiva tradicional, e essas empresas estão ficando para trás tecnologicamente. Mas a indústria está encolhendo no Brasil já há algum tempo. A participação da indústria manufatureira [no PIB] hoje está em torno de 17%, e ela já teve mais de 20%. Há um retrocesso. Se continuarmos nessa trajetória, inclusive com aumento do desemprego.

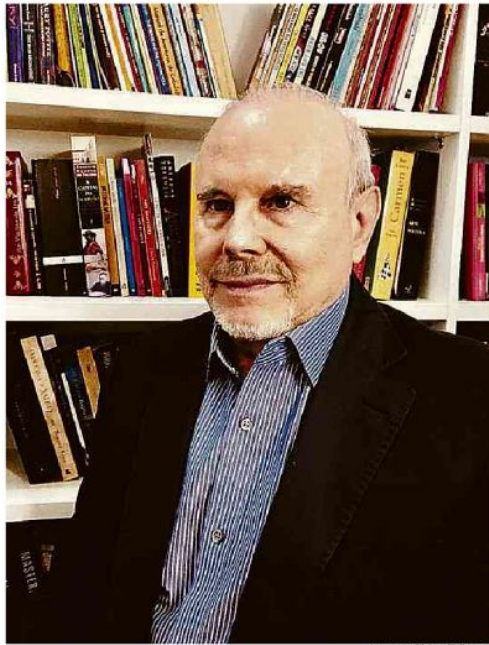
Por que isso ocorre? A indústria brasileira teve um crescimento muito forte no século passado. Mas vieram a crise política e a abertura comercial do então presidente Fernando Collor, diminuindo as tarifas de importação. Foi aí que a indústria brasileira começou a perder terreno, a ter menos exportação.

No governo Lula, tentamos recuperar essa indústria fazendo política industrial. Logo depois da crise, em 2009 e 2010, o Brasil já crescia fortemente. Colocamos políticas de taxas de importação altas, como a Inovar-Auto [em 2012, já sob Dilma, e condenada posteriormente pela OMC por protecionismo].

Evieo a crise... Primeiro, tivemos a crise em 2009. Nessa crise, o governo tomou medidas para recuperar a economia. Tomou medidas anticíclicas, aumentando o crédito, colocando os bancos públicos para aumentar o financiamento e baixar os juros. Usamos política fiscal e política monetária, o que, por sinal, é o que o mundo todo faz hoje em dia.

Também baixamos o IPI para consumidores, e mais ainda no caso de carros populares. O resultado foi que, em 2009, naquele ano de crise, a produção de veículos foi de 3 milhões—maior que em 2010.

Analistas dizem que os subsídios estimulam os números inicialmente, mas são nocivos a longo prazo por des-



Katyta Hochleitner/Folhapress

Guido Mantega, 71

Economista com doutorado em sociologia pela USP, foi o mais longo ministro da Fazenda (de 2006 a 2014, nos governos Lula e Dilma). Também foi ministro do Planejamento (2003-2004) e presidente do BNDES (2004-2006). Hoje, é professor na FGV.

“O investimento privado não vem para cá com um governo que não tem programa. O único programa que tem é fazer reformas. Tudo bem, faça as reformas. Mas isso não vai alavancar o PIB. Falam em livre mercado, que livre mercado? Quando está em crise, o governo intervém

timular as empresas a modernizarem e serem competitivas. Não é o que está acontecendo agora? Não. Se não fossem os estímulos, a produção da indústria iria cair. O desemprego, aumentar. Até porque, quando reduzimos o IPI [para a indústria automotiva e outros setores], havia um acordo para as empresas não demitirem. Deu certo. Em 2010, a economia cresceu 7,5%. Em 2011, 4%. De fato, teve mais subsídios. Mas valeu a pena, porque ganhamos em PIB e arrecadação.

Nessa época o país cresceu, mas depois o modelo chegou a um esgotamento após usar recursos e ficar em restrição fiscal. Tanto é que, pouco depois, ainda no governo Dilma, o país entrou em recessão e começou a série de déficits que registra até hoje. Essa política não acabou gerando um voo de galinha? Não foi um voo de galinha, foi um longo período de crescimento, com a maior geração de empregos da história. A economia cresceu de 2004 a 2013, menos em 2009. Com crescimento médio de 4% [em 2014, seu último ano no cargo, o avanço do PIB arrefeceu para 0,5% em 2015 e 2016, o país entrou em recessão]. Portanto, foram dez anos de crescimento—tirando de 2009, que foi menos 0,1%. A partir de 2009, a taxa de crescimento da China vai diminuindo, e os commodities, perdendo força, por isso as taxas de crescimento eram menores. Então, pelo contrário, as medidas que tomamos foram corretas e reconhecidas. Claro, algumas foram erradas.

Quais foram erradas? A redução de tarifas de energia elétrica no início de 2013 [em troca de assinar a renovação de contratos, as empresas concordavam em reduzir os preços]. Não deu muito certo, porque a partir de 2013 começou uma seca muito forte. As

tarifas foram reduzidas, mas houve um encarecimento da energia. Os investidores ficaram descontentes, as ações da Eletrobras caíram. O raciocínio estava correto. Mas a forma de fazer não, porque teve mais efeito colateral que benefícios diretos.

O Brasil concede hoje mais de R\$ 300 bilhões em incentivos tributários, algo impulsionado na era PT e que continua crescendo até 2019. O sr. não acha que esses números precisam ser revistos e diminuir? Sempre tem exagero. O maior incentivo é dado para o Simples Nacional, para empresas com até R\$ 4,6 milhões de faturamento ao ano. Sou a favor, porque pe pequenas e médias empresas são responsáveis por 50% do emprego. Mas foram enfiados setores que não precisavam estar no Simples, como advogados e contadores, contra minha vontade.

Dá para melhorar e retirar segmentos que faturam bem. Eu reduziaria em R\$ 25 bilhões, R\$ 30 bilhões [em 2021, serão R\$ 74 bilhões para o Simples].

Dilma disse em 2017 se arrepende de ter feito desondestações porque as empresas teriam embolsado lucros. O sr. concorda? Não, é um equívoco dizer isso. O lucro estava caindo desde 2011, isso diminuiu a rentabilidade e afetou o emprego. Até 2014,

fomos bem-sucedidos. Mas depois de 2015 degradingou.

Temos um cenário de restrição fiscal com uma dívida bruta que se aproxima de 100% do PIB, após uma série de déficits primários iniciados sob Dilma. A defesa da atual equipe econômica por investimentos liderados pela iniciativa privada não é uma consequência direta disso? Não, achar que deixamos uma situação fiscal desequilibrada é um grande equívoco. Em 2014, a dívida líquida [que desconta as reservas financeiras] era de 35,5%. Ela duplicou em cinco anos. Eu deixei os gastos da folha de pagamento em 4,2% do PIB, ela aumentou para 4,9% hoje. Deixamos o maior volume de reservas da história. É uma bobagem dizer que os subsídios que demos causaram [o desequilíbrio]. É uma lenda essa que desmanchamos a situação fiscal. Eu não, pelo menos.

Agora, em 2015 houve um tombo na economia que causou um déficit e aumentou a dívida. Mas ajudou a política econômica e voltou o neoliberalismo [em 2015, Dilma trocou Mantega por Joaquim Levy, então diretor-superintendente da gestora do Bradesco].

Mas não entrou para reverter a trajetória fiscal que já se observava? A herança foi bendita. Deixamos as contas externas intactas. Mas houve um forte ataque dos investidores externos. Porque eu tentei baixar os juros. Quer dizer... quem diminuía era o BC, mas eu criei as condições.

Fizemos superávit primário até 2013, gente. Como a questão [fiscal] se complicou? Quem fala isso não entende nada de economia. Sei que muita gente fala, mas são os adversários que querem criticar a política social desenvolvimentista que fizemos. E havia uma crise política forte, que começou em 2013 com ataques muito fortes ao PT.

Na reeleição da Dilma, a elite estava contra o governo, achando que era intervencionista. Não era, fizemos o maior programa de concessões. Agora, o pessoal não estava ganhando dinheiro. Deixamos a

melhor situação fiscal possível.

Mas teve as pedaladas [atraso de recursos da União a bancos públicos, usado como embaçamento jurídico para o impeachment de Dilma e que maquiou a situação das contas públicas]... Tudo aquilo fazia parte dessa conspiração para derrubar o governo, para ele não ser reeleito em 2014.

O que fizemos foi o seguinte: simplesmente atrasamos os pagamentos para o setor público. Nunca deixamos de pagar precatórios, por exemplo, que estava no plano do atual ministério [da Economia]. Atrasamos com o BB e com o BNDES, mas o BNDES tinha recebido mais de R\$ 400 bilhões em empréstimo do governo federal, não afetava o desempenho dele. Foi avaliado [o total das pedaladas] em quase R\$ 50 bilhões, pagos em 2015. Foi um pretexto simplório para derrubar a Dilma, queriam derrubar e pronto.

Quando o Congresso quer impichar, ele impicha. Mesmo que tenha sido um motivo fútil, como foi. Mas faz parte da vida política, a Dilma perdeu prestígio popular, tiramos a base de apoio, e o Congresso quis tirá-la. Tá na lei, foi cumprida a lei. Mas vou escrever um livro respondendo a tudo isso.

O que o sr. sugere ao país fazer na economia agora? Em 2005, o FMI [Fundo Monetário Internacional] modificou uma norma autorizando tirar o investimento do gasto. Portanto, tiramos o que era despesa primária. Não usamos isso porque não precisava. Mas o governo atual tinha que fazer isso. Se ele não investir, ninguém vai investir.

Investimento privado não vem para cá com um governo que não tem programa. O único programa que tem é fazer reformas. Tudo bem, faça as reformas. Mas isso não vai alavancar o PIB. Tem que aumentar o crédito, com fôlego da União, fazer programa habitacional, pegar os projetos do Ministério dos Transportes [atual Infraestrutura]. É isso tem que fazer.

Falam em livre mercado, que livre mercado? Quando está em crise, o governo intervém.

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMP. E EXP. DE FRUTAS DO EST. DE S. PAULO
Av. Dr. Gustavo Volpato, 1949 - D.0525 11 - SL 2 e 3 - V. Leopoldina - CEP: 05311-009
Fone: 3227-4157 - Fax: 3227-5206
Fone: 3227-4737 - 160250009-09

EDITAL - VENCIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL 2021
O Sindicato do Comércio Atacadista, Importação e Exportação de Frutas do Estado de São Paulo informa a todos as empresas integrantes da categoria econômica do Comércio Atacadista, Imp. e Exp. de Frutas, que o vencimento da contribuição patronal a ser paga em 2021, ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2021. O prazo para o pagamento da contribuição é até o dia 30 de janeiro de 2021, nos termos do artigo 59 da Lei nº 10.666/2003, e segundo as Resoluções das Atas do Trabalho - CRT, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, alterações sobre valores de tabela e prazo de recolhimento postado por outras leis e atos normativos da legislação em vigor, e/ou alterações de legislação em vigor, bem como a legislação em vigor, bem como a legislação em vigor.

São Paulo, 16 de Janeiro de 2021
Julio Roberto Fernandes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ACRA
Edital de Convocação nº 01/ACRA/2021, pelo presente edital, ficam os membros do ACRA, em conformidade ao disposto no seu Estatuto, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a acontecer no dia 25 de janeiro de 2021, online pela plataforma Zoom, às 18h00 horas, com presença de pelo menos 2/3 dos convocados, ou em segunda chamada, no mesmo dia às 20h00 horas, podendo ter a presença dos associados, oportunidade na qual apreciarão e decidirão sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleição da Diretoria, 2) Eleição do Conselho Fiscal 3) Apresentação de alterações ao Estatuto adequando este às legislações vigentes e, 4) Aprovação das Contas do Exercício de 2020.

Bruna Vianna Costa
Presidente da ACRA

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO
LEILÃO DE MATERIAS INSERVÍVEIS
Processo FUSPP SG - PRC - 202109024
Leilão Público nº 01/2021

O FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSPP, forma pública a abertura de licitação, na modalidade leilão, do tipo maior lance por lote, objetivando a venda de 44 (quarenta e quatro) lotes de materiais inservíveis em estado de sucata, obsoletos ou quebrados de propriedade do Estado, tais como: nobalhos, rebolões, geladeiras, refrigeradores, frigideiras, fogões, micro-ondas, material de cozinha industrial, televisores, sacatas de equipamentos de informática, sacata veicular, móveis de posse, banco de alumínio, chapas de RX, grifeira, sacatas de motocicletas ferrosas com importação, sacatas de placas de alumínio canceladas de alumínio, papel, papéis, entre outros, que se encontram arrolados nos autos do Processo FUSPP SG - PRC - 202109024, mediante LEILÃO ELETRÔNICO, sob a responsabilidade do Leiloeiro Oficial, Sr. Victor Alberto Severino Frazão, matrícula JUCESP nº 806. Os lances serão ofertados e vendidos em um, em lotes numerados. Os interessados deverão se cadastrar previamente no site www.szraza.com.br, a partir das 12,00 horas do dia 27/01/2021 (quarta-feira). O leilão eletrônico será realizado no dia 03 de fevereiro de 2021, às 10h00 horas, com o arrematante dos lotes R\$ 20,24. A Validação dos lances ocorrerá nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2021, sendo que aos lotes 01 ao 30, arrematados na Av. Torres de Oliveira, 368, Jaguari, e aos lotes 31 ao 44 arrematados no local constante no Anexo I do Edital. A copia na íntegra do Edital e seus Anexos, bem como qualquer esclarecimento relativo ao leilão poderão ser obtidos com o Leiloeiro Oficial, tel. (11) 4742-2850, ou e-mail: victor@szraza.com.br, nos horários de atendimento, ou através dos sites www.szraza.com.br e www.szraza.com.br. O pagamento do valor integral do bem adquirido, acrescido de 5% (cinco por cento), correspondente a comissão do Leiloeiro Oficial, deverá ser efetuado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do encerramento do leilão por meio de transferência bancária.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
O Sr. Airton Gilmar Pin, presidente da Cooperativa Rodas de Luz Logística, localizada na Avenida São Pedro, 150 D, Sala Comercial, Centro, CEP: 88901-300, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.272.173/0001-96, fazendo uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados do setor de logística em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará em 17 de janeiro de 2021, no Auditório do Restaurante Horizonte, localizada na cidade de Chapecó - SC, sito na Avenida Getúlio Dornelles Vargas, 1630 N, Centro, CEP: 88901-400, com primeira chamada às 08h00 com no mínimo 2/3 dos associados, segunda chamada às 09h00 com a presença de metade mais um dos associados ou em terceira e última chamada às 10h00 com a presença mínima de 1/3 (um terço) das assembleias para deliberarem sobre o seguinte: Em caráter de Assembleia Extraordinária a seguinte ordem do dia:

- 1) Assembleia geral;
- 2) Aprovação do Estatuto Social e Regimento Interno;
- 3) Caráter de Assembleia Ordinária a seguinte ordem do dia:
 - 1) Prestação de contas relativas ao exercício do ano social de 2020, compreendendo: a) Apresentação do Relatório de Gestão; b) Demonstrações Contábeis e balanço D.R.E.-c) Plano do Conselho Fiscal;
 - 2) Delineamento das sobras auferidas no rubro das perdas decorrentes da modificação das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, destinadas, no primeiro caso a parcelas para os Fundos Obrigatórios;
 - 3) Eleição dos componentes dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal;
 - 4) Atribuição de valor das honorárias, gratificações e côdi de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
 - 5) Eliminação de cooperados;
 - 6) Assembleia geral;
 - 7) Número de cooperados com gozo de direito a voto: 48
- 4) Chapecó - SC, 17 de Janeiro de 2021. **Airton Gilmar Pin**, Presidente. Contamos com a presença de todos!

Veículo: G1	
Data: 18/01/2021	



'Prévia' do PIB do BC indica que economia cresceu 0,59% em novembro, sétima alta seguida

Números apontam, porém, para desaceleração da economia brasileira. No acumulado de janeiro a novembro, índice do BC indica que PIB teve retração de 4,63%.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

18/01/2021 09h02 Atualizado há uma hora

O nível de atividade da economia brasileira apresentou expansão em novembro pelo sétimo mês seguido, segundo números divulgados nesta segunda-feira (18) pelo Banco Central.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) da instituição, considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), teve alta de 0,59% em novembro, na comparação com outubro. O número foi calculado após ajuste sazonal, uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes.

Na comparação com novembro do ano passado, porém, o indicador registrou uma contração de 0,83%, informou o Banco Central.

Com o crescimento registrado em novembro, o IBC-Br atingiu 137,41 pontos e permaneceu abaixo do patamar de fevereiro, ou seja, de antes da pandemia (140,02 pontos).

Além disso, os números apontam para uma desaceleração no ritmo de crescimento. Em outubro, a economia havia avançado mais: 0,75% (número revisado) na comparação com setembro.

Os resultados do IBC-Br refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, sentidos com maior intensidade na economia em março e abril. De maio em diante, os números mostram o início de uma reação. Ainda de acordo com o BC:

- No acumulado de janeiro a novembro do ano passado, o índice de atividade econômica registra retração de 4,63% - sem ajuste sazonal.
- Já em 12 meses até novembro de 2020, houve queda de 4,15% – também sem ajuste sazonal.

Números do PIB

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. O resultado oficial é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo dados do IBGE, o PIB brasileiro avançou **7,7% no 3º trimestre do ano passado**, na comparação com os três meses anteriores, mas ainda não eliminou as perdas com a pandemia.

Os economistas das instituições financeiras projetaram, na semana retrasada, uma **queda de 4,37% para o resultado do PIB e 2020**.

Em novembro, o governo brasileiro baixou a **expectativa de recuo do PIB para 4,5% em 2020**. Já o Banco Mundial prevê uma **queda de 5,4% da economia no ano passado** e, o Fundo Monetário Internacional (FMI), **estima um tobo de 5,8% em 2020**.

PIB x IBC-Br

Os resultados do IBC-Br são considerados uma "prévia do PIB". Porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do Produto Interno Bruto.

O cálculo dos dois é um pouco diferente – o indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

O IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo BC para definir a taxa básica de juros do país. Com o menor crescimento da economia, por exemplo, teoricamente haveria menos pressão inflacionária.

Atualmente, a taxa Selic está em **2% ao ano, na mínima histórica**, e o Banco Central indicou, no comunicado da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que pode voltar a subir os juros no ano que vem, como já é esperado pelo mercado financeiro.

Veículo: G1	
Data: 18/01/2021	



Mercado financeiro eleva estimativa de inflação para 3,43% em 2021

É a segunda semana seguida em que a estimativa de inflação é revisada para cima. Economistas ouvidos pelo Banco Central também subiram a projeção de alta do PIB para 3,45% neste ano.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

18/01/2021 08h41 Atualizado há 2 horas

Os economistas do mercado financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2021 pela segunda seguida e também passaram a estimar uma alta maior do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

As expectativas fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (18) pelo **Banco Central** (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano passou de 3,34% para 3,43%.

Apesar da alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 3,75%. Pelo sistema de metas, não haverá descumprimento se a inflação oscilar entre 2,25% a 5,25% em 2021.

- Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o **IPCA somou 4,52%**, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas

dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2022, o mercado financeiro manteve em 3,50% sua previsão de inflação. No ano que vem, **a meta central de inflação é de 3,50%** e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%.

Expansão da economia

Sobre o comportamento da economia brasileira em 2021, os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa de alta do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,41% para 3,45% na semana passada.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Na última semana, o mercado manteve em 2,50% a estimativa de expansão do PIB para 2022.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia de Covid-19, que derrubou a economia mundial e colocou o mundo no caminho de uma recessão. Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado uma retomada da economia brasileira.

- Em novembro, o governo brasileiro **baixou de 4,7% para 4,5% sua previsão para a retração do PIB em 2020.**
- O Banco Mundial prevê uma **queda de 5,4% no PIB brasileiro** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 5,8% em 2020.**
- Após recuar 2,5% nos primeiros três meses de 2020 (número revisado), o **PIB apresentou um tombo de 9,7% no segundo trimestre**. Foi a maior queda desde que o IBGE iniciou os cálculos do PIB trimestral, em 1996.

Taxa básica de juros

Após a **manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano em dezembro**, o mercado segue prevendo alta na Selic.

Para o fim de 2021, a expectativa do mercado permaneceu em 3,25% ao ano. E, para o fechamento de 2022, os economistas do mercado financeiro mantiveram a expectativa em 4,75% ao ano.

Outras estimativas

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 permaneceu em R\$ 5. Para o fechamento de 2021, continuou em R\$ 4,90 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2021 ficou estável em US\$ 55 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado permaneceu em US\$ 50 bilhões de superávit.
- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil neste ano ficou estável em US\$ 60 bilhões. Para 2022, a estimativa permaneceu em US\$ 70 bilhões.

Governadores vão a Brasília em busca de detalhes

Eles também irão pedir celeridade à Anvisa na liberação do uso emergencial das vacinas produzidas no país

Por **Fernando Exman** — De Brasília

18/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Cerca de 20 governadores pretendem desembarcar hoje em Brasília para tratar com o Ministério da Saúde dos detalhes do início da execução do plano nacional de imunização, previsto para quarta-feira. Eles também irão pedir celeridade à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na liberação do uso emergencial das vacinas que serão produzidas no país.

Antes, alguns deles devem participar de evento com o ministro Eduardo Pazuello, em São Paulo, em que será anunciada a distribuição das doses para todas as unidades da federação.

Ontem, a Anvisa aprovou o uso emergencial das vacinas Coronavac e de Oxford/AstraZeneca, mas a decisão vale apenas para imunizantes importados. Ou seja, ainda não alcança a produção nacional.

“Estamos precisando que a Anvisa tenha um processo mais célere para as vacinas produzidas no Brasil”, afirmou ao **Valor** o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), coordenador do Fórum Nacional dos Governadores para o tema. “Tem que passar pelo crivo da Anvisa, mas não precisa ser dez dias novamente. Aprovaram a da Índia que nem chegou ao Brasil”, acrescentou, referindo-se ao lote da vacina da AstraZeneca que é aguardado pelo governo federal.

Dias defendeu que também seja autorizado o uso emergencial da Sputnik, de origem russa, a ser produzida pela União Química.

Segundo ele, a ideia inicial dos governadores era de realizar amanhã uma série de reuniões no Ministério da Saúde. No entanto, muitos decidiram antecipar essas articulações.

Assim, secretários estaduais e representantes dos secretários municipais informarão às autoridades do Ministério da Saúde o detalhamento dos planos locais de vacinação. Isso porque a partir de hoje a distribuição das vacinas aos Estados e municípios terá início por parte do governo federal, para que a quarta-feira seja então marcada como o dia nacional da vacinação contra covid-19.

De acordo com ele, inicialmente 2,5% da população será vacinada, mas é possível imunizar 25% até abril. "Isso corresponde ao grupo de maior risco. Vai retirar a pressão da rede hospitalar", destacou. "Claro que o Brasil está atrasado e com um sistema desorganizado."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil a sapatilha de corrida com tela respirável. Tênis anatômico e mais leve para suas atividades

Governo paulista decide taxar leite pasteurizado

Aumento do ICMS sobre hortifrutigranjeiros, insumos e energia elétrica é revogado

Por **Marcela Caetano, Rafael Walendorff e Marina Salles** — De São Paulo e Brasília

18/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na sexta-feira, o governo de São Paulo publicou decretos que revogaram o aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre hortifrutigranjeiros, insumos e energia elétrica. No entanto, o leite pasteurizado, um produto de vida útil mais curta - e até então isento -, passou a ser tributado em 4,14% nas vendas no varejo. A medida desagradou ao setor.

Roberto Jank Júnior, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), diz que a cobrança vai pesar muito nas contas dos 6 mil pequenos pecuaristas e cooperativas do Vale do Paraíba que trabalham com o produto. O Estado consome 175 milhões de litros de leite pasteurizado por ano, dos quais 70 milhões vão para o programa Viva Leite, do governo de São Paulo - essa fatia segue desonerada.

A cobrança deve render R\$ 15 milhões por ano aos cofres públicos, valor ínfimo perto do plano de arrecadação pretendida, o que reforça os argumentos pela isenção, opina Carlos Humberto de Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de São Paulo (Sindileite/SP). “É o único produto lácteo que sempre foi isento. Esse aumento de ICMS não vai refrescar as contas do Estado”, afirma.

Em nota, a Secretaria de Fazenda de São Paulo afirmou que “atendeu ao setor agropecuário com a manutenção dos benefícios de ICMS para insumos na produção de alimentos e energia elétrica para os produtores rurais de São Paulo, além do setor de hortifruti” e que para as cadeias de carnes e a compra de leite cru pela indústria para a fabricação de derivados foi concedido, em dezembro, o benefício de crédito outorgado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

O tênis mais procurado por jogadores

POOPE

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Questionado sobre demissão no BB, Bolsonaro pede troca de pergunta a apoiador

Resolução que facilita alvará não vai gerar caos, diz secretário

Governo pretende manter os atuais termos de texto que visa desburocratizar o processo para construção de imóveis considerados de “baixo risco”

Por **Fabio Graner** — De Brasília

18/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo pretende manter os atuais termos da resolução que visa desburocratizar o processo de concessão de alvarás para construção de imóveis considerados de “baixo risco”. Segundo o secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, Geanluca Lorenzon, algumas críticas que começaram a ser feitas à Resolução 64/202 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) decorrem de incompreensão dos seus termos. Para ele, não há risco de se gerar um caos urbanístico no país e as prefeituras seguem com poder de regular o tema.

Lorenzon destaca que a norma publicada em dezembro ainda não está funcionando porque depende da adesão das prefeituras - os prazos são 1º de março para quem quiser ser pioneiro e 1º de setembro para as demais sem legislação própria sobre o tema.

São Paulo e Rio de Janeiro já têm reuniões agendadas para tratar do tema. Outras três capitais já manifestaram interesse. Como o Corpo de Bombeiros precisa participar da definição do conceito de baixo risco, os governos estaduais também precisam aderir para que o mecanismo entre em vigor.

O secretário explica que, se São Paulo e Rio aderirem ao dispositivo, o Brasil dará um enorme salto no ranking “Doing Business” do Banco Mundial, que aponta os

países com melhores ambientes de negócios. “Se eles aderirem, o Brasil passa da posição 170 para a 46 no Doing Business”, comentou.

Lorenzon diz também ser errada a percepção de que a norma reduziria o papel dos municípios. Ele destaca que a adesão deles é facultativa. “E quem define o que é ‘baixo risco’ é o município”, afirmou, explicando que, em geral, se enquadrariam no conceito de baixo risco pequenas edificações com só um pavimento.

Além disso, explica, também seria incorreta a percepção de que a medida gera risco de obras sem segurança. Segundo ele, a desburocratização não implica permissão para não seguir regras de segurança. Nesse sentido, ele ressalta o papel do engenheiro ou arquiteto que assina a obra para certificar que o projeto e sua execução estão seguindo as regras locais.

Lorenzon ressalta ainda que a criação do Mercado de Procuradores Digitais de Integração Urbanístico de Integração Nacional (Murin), que foi permitido pela Lei de Liberdade Econômica, não é uma reserva de mercado para permissão das obras. É, na verdade, apenas um mecanismo para integrar sistemas e permitir múltiplos prestadores de serviços de registro para emissão on-line de dispensas de alvará e habite-se para obras de baixo risco, sem substituir o papel dos órgãos e engenheiros.

Manual sobre o normativo, disponível na página do ministério da Economia, explica que o Murin “é um mercado - descentralizado, competitivo e cooperativo - de procuradores digitais de integração (PDI), os quais prestarão serviços aos particulares que desejam obter atos públicos de liberação de direito urbanístico para regularização de suas atividades”.

Lorenzon reforça que a empresa que integrar o Murin apenas tem o papel de fazer o registro, é uma empresa de Tecnologia da informação. “Quem certifica a obra é o arquiteto ou engenheiro, que colocam o CPF como responsáveis.”

Ele diz ainda que a medida será benéfica principalmente para as famílias mais pobres e de classe média baixa, que teriam maior dificuldade de enfrentar todo o processo burocrático que envolve obras de construção. “As classes alta e média alta conseguem enfrentar melhor esse tipo de problema porque têm capacidade de

contratar despachantes [para lidar com as diversas demandas dos órgãos]”, salientou.

De acordo com o ministério, a ideia foi criar um sistema regulado, descentralizado e competitivo, pelo qual cada concorrente dispute o cidadão para prover celeridade e segurança. A pasta diz que esse custo para cada cidadão pelo registro das informações junto a um PDI deve ser menor que uma corrida de Uber até um balcão de governo para entregar papéis.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil a sapatilha de corrida com tela respirável. Tênis anatômico e mais leve para suas atividades

SEU MUNDO FÁCIL

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Questionado sobre demissão no BB, Bolsonaro pede troca de pergunta a apoiador

Salto quântico tributário

Parece-nos mais conveniente talvez atacar primeiro os gargalos institucionais da administração tributária, para só então, de fato, aprovar-se as necessárias alterações

Por Gustavo Brechbühler

18/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Que me perdoem os mestres, mas não se deve apostar tanto no êxito dessa reforma tributária apresentada pelo ministro Paulo Guedes, nem mesmo com a do Instituto da Cidadania Fiscal, muito menos com a atual redação das propostas de emenda à Constituição (PECs) nº 45 e nº 110 sobre o assunto.

A França acaba de aprovar tributação sobre as operações das grandes da indústria digital do mundo: o chamado imposto Faga - Facebook, Amazon, Google e Apple. Outra modalidade, o atual imposto sobre a indústria do "pecado": bebidas, cigarros, junky food e outros (armas, açúcares, gordura trans, agrotóxicos etc) - as "sin taxes" - ganha adesão. A Argentina buscando a taxaço das grandes fortunas.

Parece-nos mais conveniente atacar primeiro os gargalos institucionais da administração tributária

Percebe-se claramente um elemento comum: há objetivo claro, meta traçada e execução conforme, de acordo com a premissa objetivamente traçada, atingindo a consequência almejada.

Uma tributação racional almeja fonte real de produção de riquezas e, obviamente, na maioria das vezes, recai sobre os resultados dos grandes conglomerados, bancos, empresas multinacionais, indústrias etc. Os signos presuntivos de riqueza

autorizam, conforme a Ciência do Direito (Tributário), que se dê preferência a essas bases tributáveis pois expressam incontestável capacidade contributiva em detrimento de outras menos explícitas e com resultados inferiores.

Nesse sentir, aglutinar diferentes bases de cálculo numa única contribuição, não exprime a real necessidade do sistema tributário pátrio. Atingir-se majoritariamente os prestadores de serviços, por exemplo, com a manutenção da perversidade da tributação regressiva sobre o consumo, não permite concluir se estar diante de uma verdadeira reforma.

Parece ser necessário ajustar, precisamente, a distribuição material de competências tributárias, na Constituição de 88: mostra-se aliás medida em linha com a natural evolução civilizatória da atual quadra, especialmente, pelas grandes mudanças experimentadas, na indústria da informação e comunicação.

Entretanto, parece-nos mais conveniente talvez atacar primeiro os gargalos institucionais da administração tributária, para só então, de fato, aprovar-se as necessárias alterações e novas materialidades.

E por alguns motivos: o primeiro deles, para de forma mandatória encerrar de vez toda uma cultura de litigiosidade, e assim, mudar efetivamente, de forma a não mais alcançar, como substrato final da administração tributária, uma maxiprodução de conflitos. Leia-se mera e indevida gestão financeira, totalmente inadequada, burocratizada via objeções de ordem linear a débitos e créditos e penduricalhos do Tesouro, em clara deturpação de conceitos e quanto à própria função e atuação da administração tributária.

Efetivamente, é preciso retirar-se toda a subjetividade da apreciação do fato gerador, bem como, quanto ao exame de seu cumprimento, seja pela edição de normas simples, rasas e diretas, com clareza digna de compreensão pela mais singela bodega, seja mediante a eleição de bases de cálculo, exclusiva ou eminentemente, numéricas, sem quaisquer exceções e/ou regimes especiais, além da previsão para remissão e descontos em penalidades, atreladas a adesão a uma das formas de solução de controvérsias fiscais, para dar fim mais célere ao enorme estoque de contencioso administrativo tributário.

Dar um fim, portanto, de modo definitivo, a um contencioso tributário estúpido - não há outra palavra, com o perdão pela indelicadeza - fundado, por exemplo, em permissões ou rejeições à adesão a certos regimes tributários por área de atuação, algo que não deve existir e que nunca sequer deveria ter existido. A objetividade, portanto, é a pedra de toque.

Deve-se, ademais, promover alterações legislativas pontuais, inicialmente, para estabelecer um contínuo marco regulatório fiscal, baseado em adimplência fiscal como incentivo real às melhores práticas colaborativas, tanto da administração tributária, como desses “novos” contribuintes: um “nudge” inequívoco, figura ímpar das premiadas lições de Richard H. Thaler sobre economia comportamental, que lhe renderam um Nobel em Economia.

E, por fim, a essencial fixação do regime jurídico da arbitragem tributária, espelhando-se no exitoso modelo português, para demonstrar um compromisso institucional real e firme, contendo cronograma definido pelo Ministério da Economia, indicação de previsão de início, divisão por tributos e contribuições atingidos, datas para a adesão institucional pelo Tesouro Federal e, por óbvio, a PEC correspondente, regimento redigida e encaminhada para aprovação congressional.

Mostra-se, aliás, fundamental como medida de efetiva refundação do pacto federativo, uma necessária reorganização financeira do estoque de créditos e débitos dos Estados para com a União Federal, de modo a permitir a aprovação e o funcionamento de uma única legislação nacional e efetiva sobre o “VAT”, em substituição ao ICMS, aproveitando-se, assim, décadas de jurisprudência e aplicação executiva exaustiva do instituto no direito comunitário europeu, por exemplo.

Com o estabelecimento dessas novas incidências e novos institutos, atualizando-se a legislação, estar-se-á dando um passo importante em busca da harmonização do nosso ambiente institucional tributário com os demais ordenamentos jurídicos internacionais, conduta essa de inegável evolução civilizatória.

Mandatário se faz que deixemos para trás o Século XVII em matéria de tributação e administração tributária para num salto “quântico” temporal, venhamos a aterrissar,

finalmente, no século XXI, nos alinhando finalmente com a atualidade dos novos tempos.

Afinal, mostra-se sinal de indiscutível esquizofrenia, fazer igual e esperar resultado diferente, como bem pontificou José Pepe Mujica ao deixar a Presidência do Uruguai.

Gustavo Brechbühler é tributarista, sócio de Murayama, Affonso Ferreira e Brechbühler Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

O tênis mais procurado por jogadores

POOUBE

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil a sapatilha de corrida com tela respirável. Tênis anatômico e mais leve para suas atividades

SEU MUNDO FÁCIL

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

Amazonas faz Estados acenderem sinal de alerta

Em 21 Estados e no DF, novo coronavírus está em expansão

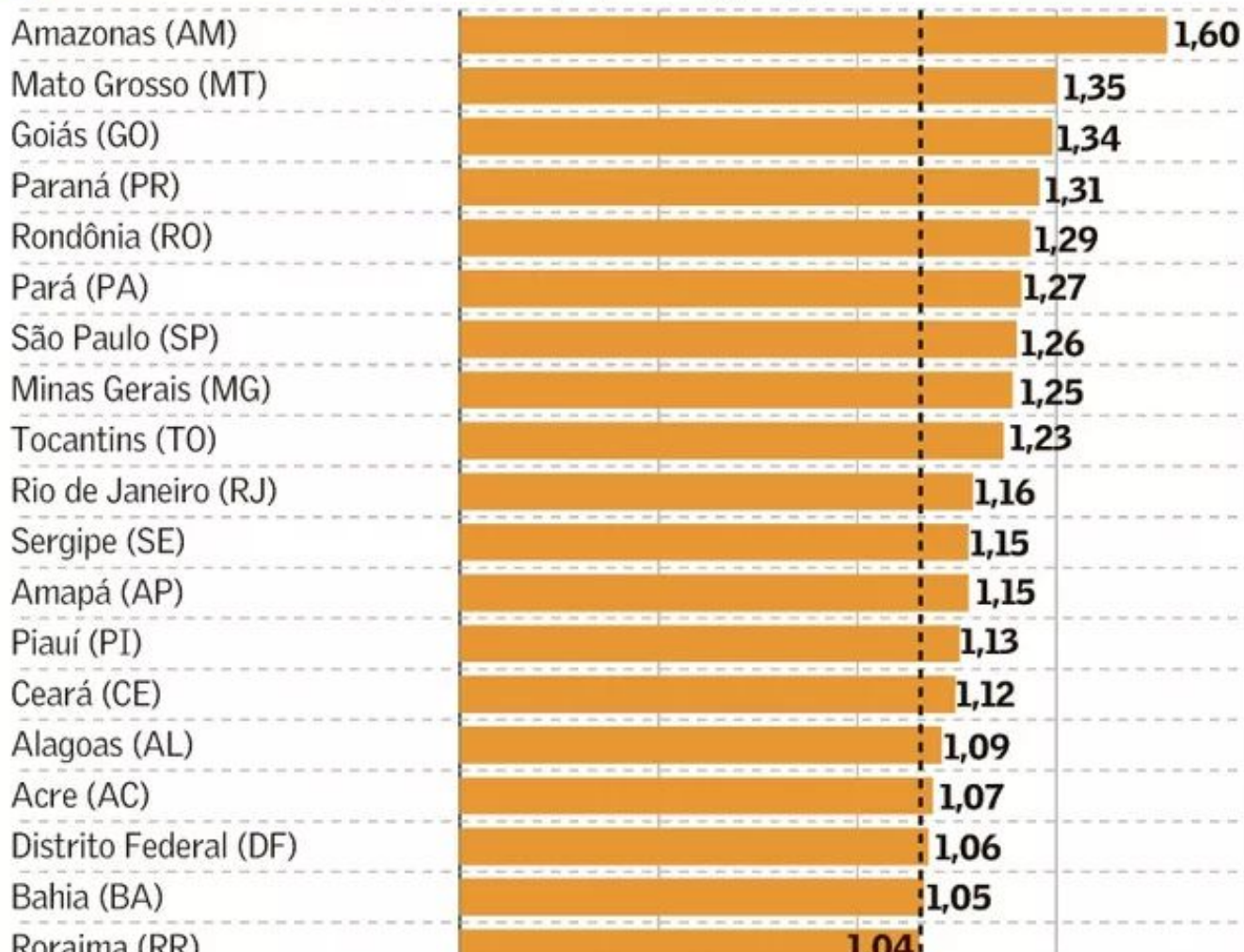
Por Rodrigo Carro, Lucianne Carneiro, Juliana Schincariol, Marina Falcão, Cibelle Bouças e Anais Fernandes — Do Rio, Recife, Belo Horizonte e São Paulo

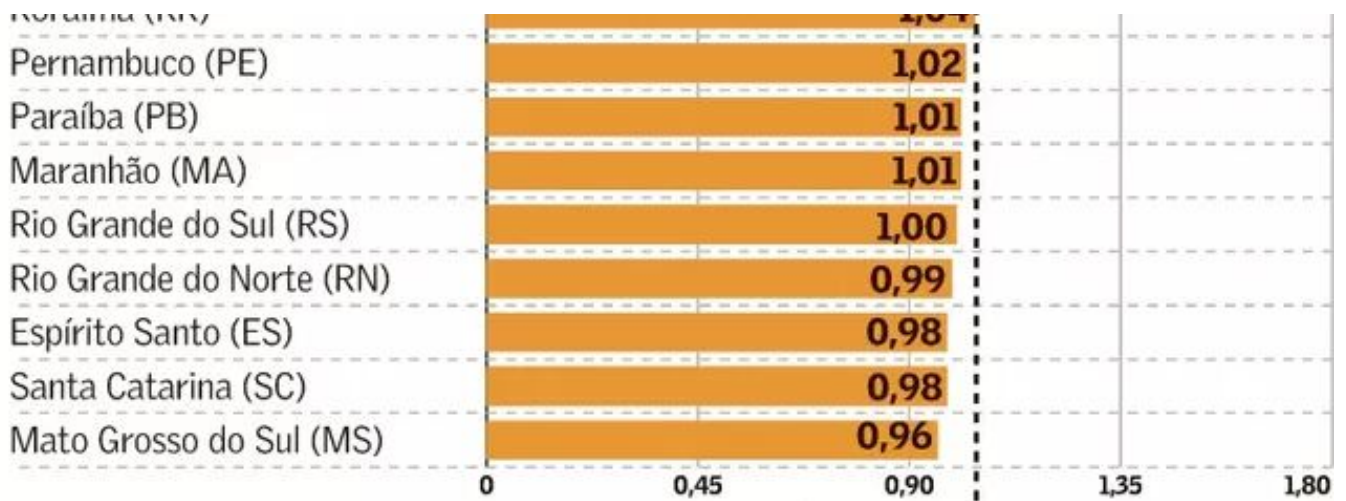
18/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ritmo de contágio

Taxa de transmissão alta de covid-19 é alerta também a outros Estados

■ Número efetivo de reprodução (Rt) em 16/jan, por Estado





Indicador mostra para quantas pessoas cada infectado transmite a doença. Se R_t for maior que um, a transmissão da doença está em expansão.
 Ex: Se o R_t for **1,05**, cada **100** pessoas contaminadas transmitem para outras **105**

1,05

Fonte: Covid Analytics

A crise vivida por Manaus expõe a complexidade dos sistemas de saúde e dispara um sinal de alerta para Estados que registram ritmo de transmissão elevado do vírus e números da doença acelerando rapidamente nas últimas semanas, alertam especialistas.

Até sábado, em 21 dos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal, o número efetivo de reprodução (R_t) da covid-19 estava acima de 1, sinalizando expansão da doença, de acordo com a ferramenta Covid Analytics, criada por professores da PUC-Rio. O indicador estima quantas pessoas, em média, alguém infectado contamina. Marcelo Fernandes, professor da FGV-SP e pesquisador associado ao Covid Analytics, explica que os Estados com R_t elevado devem enfrentar ritmo de contágio mais rápido nas próximas semanas.

Com hospitais em calamidade por falta de oxigênio, o Amazonas tem o maior R_t (1,6). A ocupação dos leitos superava 90% para Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) de covid-19 até o dia 15, último dado da Secretaria de Saúde. Questionado sobre a abertura de novos leitos, o governo afirmou que a prioridade agora é “garantir assistência adequada aos pacientes internados nas unidades já em funcionamento”.

Embora não tenha um Rt tão alto quanto o amazonense, o Rio de Janeiro registrava, até ontem, a maior taxa de mortalidade entre os Estados, segundo o Ministério da Saúde. Eram 161 mortes por covid para cada cem mil habitantes, acima da do Amazonas (149,4). O site do governo fluminense mostrava, na noite de ontem, taxa de ocupação em leitos de UTI para covid de 68,3%. Em nota, a Secretaria de Saúde informou que o abastecimento de oxigênio em hospitais públicos administrados pelo Estado “encontra-se regular” e “não há previsão de escassez nas unidades”.

Na capital, a taxa de ocupação do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, referência para o tratamento da doença, estava em 87%. No Hospital Federal da Lagoa, que tinha 119 leitos inativos, a maioria por falta de profissionais, a ocupação era de 100%. O secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, garante, no entanto, que a cidade não corre o risco de enfrentar situação dramática similar à de Manaus. “O Rio de Janeiro tem uma rede hospitalar muito maior”, disse.

Na opinião do infectologista Evaldo Stanislau de Araújo, do Hospital das Clínicas da USP, a situação vivida em Manaus pode se repetir em outras cidades, inclusive no Rio. Na capital do Amazonas, lembra ele, o comércio permaneceu aberto e a população não evitou aglomerações - e o mesmo acontece em diversos municípios.

A experiência recente de Manaus evidencia a complexidade do sistema de saúde brasileiro, segundo o pesquisador da Fiocruz Christovam Barcellos. “A falta de um item, no caso o oxigênio, é vital para o hospital.” Na sexta-feira, o secretário de Saúde de Roraima, Marcelo Lopes, disse à Rede Amazônica, segundo o portal G1, que o Estado tem oxigênio suficiente para uma semana, mas afirmou que não há motivo para preocupação.

Em Mato Grosso, que tem o segundo maior Rt (1,35), a taxa média de ocupação das UTIs da rede estadual estava em 70,84% ontem, muito acima dos 50,87% de 1º de janeiro. Em nove das vinte unidades com leitos de UTI, a taxa de ocupação está em 90% ou mais - em quatro hospitais, é de 100%.

Barcellos, da Fiocruz, ressalta que ampliar leitos não é algo trivial. “Abrir leitos não é abrir camas.” Com ocupação em UTI de covid rondando 80%, o Paraná abriu seis

novos leitos em Arapucana, por exemplo, mas relata dificuldades em encontrar profissionais para as novas unidades. “Já teve situação em que havia a previsão de novos leitos, mas não foi possível efetivar”, disse a Secretaria de Saúde em nota.

Apesar do aumento na incidência de casos, o governo Minas Gerais diz que não há falta de gases medicinais e leitos. “O serviço está sendo prestado normalmente e atendendo a demanda”, informou a secretaria a respeito dos gases. O Estado apresenta a menor taxa de mortes (63,6 por cem mil habitantes) do Brasil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

O tênis mais procurado por jogadores

POOUBE

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Questionado sobre demissão no BB, Bolsonaro pede troca de pergunta a apoiador



O Globo
Você mais perto da notícia
Baixe grátis no Google Play

Ver



PUBLICIDADE

Sesc

Senac
apresentam

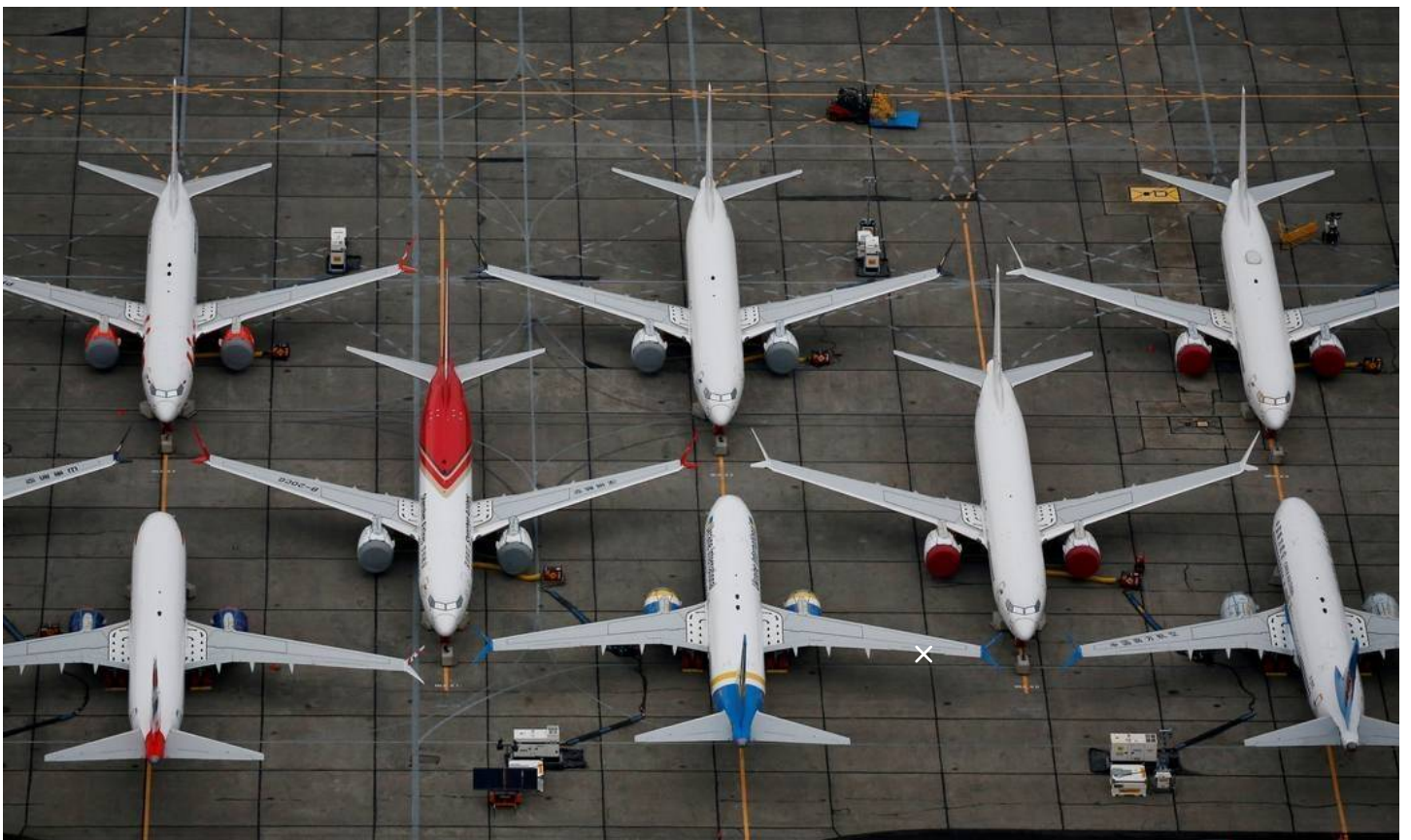
RIO GASTRÔ
NOMIA

Aéreas precisam de até US\$ 80 bi em ajuda financeira

Estimativa é da IATA, associação do setor. Diretor-geral do órgão prevê aumento de falências de companhias ao longo deste ano

O Globo

18/01/2021 - 04:30 / Atualizado em 18/01/2021 - 07:29



Aviões Boeing 737 MAX estacionados em aeroporto de Washington, nos EUA Foto: Lindsey Wasson / Reuters

| Newsletters

RIO - As companhias aéreas do mundo precisam de US\$ 70 bilhões a US\$ 80 bilhões em apoio governamental para superar a crise causada pela pandemia do coronavírus. Essa é a estimativa da International Air Transport Association (Iata), associação comercial das companhias aéreas do mundo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Para sair da crise: [Aéreas ampliam voos no verão e apostam em voos regionais](#)

O diretor-geral da Iata, Alexandre de Juniac, disse, em entrevista à rede britânica BBC, que esses recursos se somariam aos US\$ 170 bilhões que as aéreas já receberam em ajuda financeira. Esse apoio extra ajudaria a “cobrir o buraco” até junho, quando começa o verão no Hemisfério Norte. A expectativa é que, então, com a vacinação mais adiantada, as restrições a viagens sejam relaxadas.

O setor de aviação passa por uma nova crise com a segunda onda de contaminação da Covid-19. Na semana passada, o Reino Unido e a Itália proibiram voos vindo do Brasil, entre outros países, devido à descoberta de uma nova variante em Manaus, que sofre com falta de oxigênio nos hospitais

Portugal: Confira os incentivos para viver, trabalhar e empreender no interior do país

De acordo com dados da Iata, a demanda global por voos caiu cerca de 60% no ano passado. Em 2020, foram 1,8 bilhão de passageiros em vez dos 4,5 bilhões em 2019. Com o recuo, as companhias aéreas estimam já ter perdido US\$ 118 bilhões.

Segundo Juniac, nem todas as empresas foram capazes de suportar essas perdas. Ele disse que entre 35 e 40 companhias aéreas já encerraram suas atividades.

Muitas delas são transportadoras regionais menores, como a britânica Flybe, que entrou em processo de falência no início da pandemia. Na sexta-feira, a aérea de baixo custo Norwegian anunciou o fim de seus voos de longa distância.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Vai voar na pandemia? O que prestar atenção na compra das passagens aéreas

Empresas maiores, como a Thai Airways e a South African Airways, têm sobrevivido graças ao socorro de governos e programas de apoio.

Junia espera mais falências este ano. As vacinas contra a Covid-19 são vistas pelo setor aéreo como essenciais para a recuperação econômica.

O GLOBO RECOMENDA

ECONOMIA

O Brasil está mesmo quebrado? Veja o que dizem economistas sobre



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

Como fica o Brasil com a reflução americana?

Período de exuberância visto de 2004 a 2007 pode se repetir, segundo diretor do BC

18/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A palavra da moda no mercado financeiro é a “reflução” americana, ou o fim do período de inflação muito baixa depois que o presidente eleito, Joe Biden, anunciou um ambicioso pacote fiscal. A perspectiva de estímulos adicionais está ajudando a sustentar preços de commodities, como os metais, que estiveram por trás do último surto de crescimento do Brasil, no governo Lula.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra Fernandes, disse que é possível que estejamos num momento, do ponto de vista qualitativo, parecido com aquele vivido de 2004 a 2007. “Essa discussão de reflução global é bem pertinente”, disse, em um evento virtual.

Diretor do BC acha possível cenário positivo como 2004

Em tese, discorreu, é possível comparar o momento atual com três períodos. Primeiro, a exuberância de 2004 a 2007, em que, embora o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) tenha subido os juros, foi de alta de preços de commodities, grandes fluxos de capitais para o Brasil e valorização do real. Mas, ponderou, pode ser um repeteco de 2013, quando o Fed chacoalhou os mercados emergentes ao reduzir o seu programa de compra de ativos, no chamado “taper

tantrum". Ou pode acontecer como em 2016, quando os EUA estavam bem, mas sozinhos.

Serra disse ser difícil fazer um diagnóstico, mas indicou que, entre esses três cenários, tem mais simpatia pelo primeiro, o positivo - e reconheceu que, entre os membros do Banco Central, não há consenso. "Acho razoavelmente possível." Esse vento externo favorável poderia mudar a fraca dinâmica da economia brasileira de 2017 para cá. Nesse período, o BC agiu para estimular a economia e impedir que a inflação, por aqui, ficasse muito baixa.

Mas o cenário não é tão preto no branco, como reconheceu o próprio Serra. A chamada onda azul nos Estados Unidos, com a vitória de candidatos democratas na Geórgia, deu maioria a Biden também no Senado. O presidente eleito anunciou um pacote adicional de estímulos de R\$ 1,9 trilhão e adiantou que, em fevereiro, virão mais medidas em áreas como infraestrutura, energia verde e educação

Os efeitos da onda azul nos mercados são ambíguos. Os juros dos títulos americanos de dez anos, que chegaram a uma mínima de 0,5% em agosto, subiram para cerca de 1,13%. Os mercados antecipam que o Fed poderá tirar os estímulos antes do que se esperava. Mais importante, o dólar se valorizou - oposto do que se esperaria numa reflexão.

"Se fosse uma situação de reflexão claríssima, seria positivo para todo o tipo de ativo de risco, moedas emergentes, commodities, exportadores, termos de troca, tudo. Ficaria muito bom", afirma o head de research da Asset 1, Carlos Viana de Carvalho. "Mas os sinais de mercado estão um pouco trocados. Houve alta de juros nas Treasuries, com alta de juros real. Nenhum movimento grande, mas o suficiente para botar o dólar forte neste começo de ano. Ou seja, até aqui não está acontecendo o cenário com governo democrata e dólar fraco, o cenário que se encaixa perfeitamente na reflexão."

Esse é o desdobramento normal: mais fiscal leva a alta de juros, porque o mercado antecipa que o Fed vai agir. Mas Viana argumenta que, dessa vez, pode ser diferente, apesar da repercussão meio confusa nesse primeiro momento. A economia americana está com juros próximos de zero e, com força limitada de

seus instrumentos, o Fed era vocal em pedir ação fiscal. Portanto, o Fed não deve reagir ao que ele mesmo desejava. Viana, porém, antecipa pressão nos juros enquanto o Fed não vier a público dizer de forma contundente que não vai retirar estímulos. Na semana passada, o chairman do Fed, Jerome Powell, pronunciou-se de forma muito suave, por isso a pressão segue presente. “Mas, se a curva de juros começar a apertar as condições financeiras, acho que o Fed vai se mexer e comunicar mais claro. Então, apesar de essa janela com mais incerteza, o cenário acabará caminhando para um dólar mais fraco.”

O chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, José Júlio Senna, tem uma visão semelhante à de Viana. “O Powell estava ajoelhando no asfalto, implorando para o fiscal dar a sua contribuição”, afirma. “Agora que o fiscal vai dar a contribuição, ele vai puxar o freio de mão? Não tem sentido.”

Senna avalia que Powell já deu, na semana passada, recados importantes de que não vai agir assim. “Ele comunicou que não faz sequer sentido falar em saída de qualquer programa de compra de ativos agora.” Em agosto, lembrou, o Fed anunciou mudanças nas suas metas, informando que permitirá que, durante um tempo, a inflação passe um pouco de seu objetivo de 2%. para reancorar as expectativas de inflação. “O Fed vai deixar a inflação ir. A minha dúvida é se a inflação vai. Continuo sem ver força para a inflação andar.”

O economista reconhece que, de fato, o programa fiscal de Biden foi forte. A primeira parte, de R\$ 1,9 trilhão, representa quase 10% do PIB americano e pode mais do que repor a renda da população mais atingida pela crise. O desempenho da economia americana será melhor do que o esperado neste ano, mas tenderia a ser temporário.

É que um crescimento mais forte neste ano não garante crescimento mais forte nos anos seguintes. “Nunca vi política fiscal influenciar a taxa de crescimento econômico de um país” afirma ele. Já os programas de infraestrutura, educação, treinamento, pesquisa podem ajudar o crescimento no longo prazo. Mas os efeitos acontecem ao longo do tempo, afirma, e não permite raciocinar com euforia sobre o crescimento americano. “O nível de preços também ganhará um impulso extra, mas sem o vigor necessário para produzir uma inflação de forma continuada.”

Senna acrescenta a pandemia não muda as grandes forças que estavam presentes antes e que levaram a um ambiente de juros baixos nos EUA.

Por fim, tanto Viana quanto Senna lembram, por outro lado, que o “boom” de commodities de 2004 a 2007 foi puxado também pela China. O país asiático não tem o mesmo dinamismo daquela época e sofre com a segunda onda.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil a sapatilha de corrida com tela respirável. Tênis anatômico e mais leve para suas atividades

SEU MUNDO FÁCIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Multinacionais desistem do país. Crise e Custo Brasil fazem indústria cair ao menor nível em mais de 70 anos



EC São Paulo (SP) 12/01/2021 Fechamento das fabricas da Ford no Brasil . Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

Saída da Ford do país, anunciada esta semana, não é caso isolado. Baixo crescimento também afugenta empresas



Newsletters 

PUBLICIDADE

RIO E SÃO PAULO - A [saída da Ford do Brasil](#), anunciada na última semana, é mais um golpe na indústria brasileira. A sangria não é de hoje. Desde 2018, ao menos 15 multinacionais de vários setores deixaram o país, num movimento que é mais dramático no setor industrial, com fechamento de fábricas e empregos.

A crise gerada pela pandemia numa [economia já estagnada](#) e a baixa competitividade do país afastam investimento estrangeiro e aceleram a desindustrialização prematura do Brasil, sem desenvolver um setor de serviços capaz de manter crescimento da produtividade e da renda.

Debandada: [Saída de empresas estrangeiras vai da indústria ao varejo](#)

Entre 2000 e 2019, a participação da indústria de transformação (que exclui petróleo e minério) no Produto Interno Bruto (PIB) encolheu, passando de 13,1% para 10,1%. Com a pandemia, ficou abaixo dos 10% pela primeira vez entre janeiro e julho de 2020.

É a menor participação do setor desde 1947, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

— Nosso processo de desindustrialização tem muito pouco a ver com o que outros países passaram. Aqui, foi muito rápido, agudo e prematuro. Os países, em sua maior parte, só começam a passar por isso depois de se tornarem ricos. No Brasil, aconteceu bem antes. Enquanto outros avançavam para ramos de maior sofisticação tecnológica, estávamos às voltas com a [crise da dívida dos anos 1980](#), a [hiperinflação](#) — diz Rafael Cagnin, economista do Iedi.

Indústria ficou menor antes de renda aumentar

Segundo estudo do Iedi, enquanto a participação do setor na

recuou à metade. Entre 30 países, só Argentina, Filipinas, Rússia e Brasil começaram a ver a indústria perder espaço quando a renda *per capita* ainda era inferior a US\$ 20 mil, o que é considerado um nível baixo pelo estudo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



15 MARCAS GLOBAIS QUE FECHARAM OPERAÇÕES NO BRASIL

1 de 15



Ford

A montadora americana decidiu fechar as três unidades no país, demitir 5 mil pessoas e vender aqui veículos produzidos na Argentina.



Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

— O Brasil é um ponto fora da curva no panorama internacional. Os ramos de maior sofisticação tecnológica, como microeletrônico e TI, que são a base da indústria 4.0, continuam ganhando participação no mundo. O Brasil não conseguiu formar as competências na magnitude necessária para arrefecer essa desindustrialização — diz Cagnin.

João Carlos Ferraz, professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-diretor do BNDES, vê setores que avançaram, como o da [agroindústria](#), no qual o país é mais competitivo, mas há outros que estão mal:

— Andamos, mas não andamos. Em termos relativos, não andamos nem o suficiente para ficar na média internacional. A Ford não é um caso isolado. Sempre nos gabamos, durante anos, de sermos um dos três maiores receptores de investimento estrangeiro direto, mas já caímos na liga. Havia um movimento de vinda de centros de pesquisas para cá, de IBM, GM, L’Oréal, que diminuiu o gás fortemente. Preocupa muito esse refluxo.

Sem emprego: [quatro histórias de quem foi demitido da indústria](#)

Ferraz observa uma rigidez no investimento das empresas em pesquisa e desenvolvimento, que não passa de 0,7% da receita “há anos”.

O fechamento das fábricas da Ford pode não ser o último no setor automotivo, diz Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultores. Além de movimentos globais de fusões no setor se refletirem aqui, as montadoras ainda tentam se recuperar da última crise

Nas contas da LCA, a produção de carros no país só retomará os níveis de 2019 em 2022. Voltar aos 3,5 milhões de 2013, marca mais alta das montadoras, talvez só na próxima década, estima Nishida.

Por que a Ford saiu do Brasil? Entenda os 5 principais fatores

O Brasil tem capacidade para produzir 5 milhões de automóveis por ano, graças a incentivos fiscais e crédito. Foram produzidos pouco mais de 2 milhões em 2020, e o país não é competitivo para exportar. As dificuldades das montadoras têm impacto em uma longa cadeia de indústrias no país e muitos empregos.

— O setor é um dos maiores multiplicadores de produção — diz Nishida.

Agro é a nova chance

Para Paulo Vicente, professor da Fundação Dom Cabral, as empresas percebem que ficou caro produzir aqui. Mas diz que o agronegócio pode levar o país a se reindustrializar:

— Vamos virar um país agroindustrial. Deixar de exportar

maior valor agregado.

Dívida. [Antecipação do 13º vai virar dívida se segurado morrer este ano](#)

Na opinião de Cagnin, reverter o quadro de desindustrialização passa por dois pontos: reforma tributária e inovação. A conjuntura não ajuda. A indústria, mesmo com a recuperação recente, ainda produz 14% abaixo do nível de 2014.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

— Não há mais programa emergencial, o número de casos de Covid continua acelerando, há dúvida sobre a celeridade da vacinação e a agenda de reformas, que ninguém sabe para onde vai nem em que velocidade — diz. — Além disso, há entraves estruturais, como o nó tributário e a agenda de inovação. Nos últimos três, quatro anos, houve [redução sistemática do orçamento público](#) e privado para inovação. *(Colaborou Ivan Martínez-Vargas)*

O GLOBO RECOMENDA

ECONOMIA

Fuga de cérebros: pandemia acelera saída de profissionais qualificados para trabalhar no exterior

ECONOMIA

WhatsApp: o que muda com as novas regras de privacidade

ECONOMIA

Disputa entre importadores de combustíveis e Petrobras chega ao Cade. Entenda

ECONOMIA

'Há qualidade de vida no interior de Portugal, faltam pessoas. É o momento de os brasileiros virem', diz ministra do país



EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

País perdeu uma multinac ional a cada três meses desde 2018, da indústri a ao varejo



Fechamento das fabricas da Ford no Brasil. Trabalhadores protestam Foto: Edilson

Saída de empresas estrangeiras acontece por deficiências de infraestrutura e estagnação econômica,

mesmo com o mercado
consumidor de mais de 200
milhões

João Sorima Neto e Cássia Almeida

17/01/2021 - 04:30 / Atualizado em
18/01/2021 - 07:29

| Newsletters

RIO e SÃO PAULO - [A decisão da Ford](#) de não mais fabricar veículos no Brasil — a produção totalmente nacional vinha desde a década de 1950 — surpreendeu empregados e até o governo, mas não é caso isolado. Nos últimos três anos, pelo menos outras 14 companhias internacionais, da indústria ao varejo — também anunciaram o fim de atividades no país, segundo levantamento feito pelo GLOBO.

PUBLICIDADE

Em média, desde 2018, uma estrangeira desistiu do país num intervalo de menos de três meses.

Em declínio: [Indústria está no seu menor patamar em mais de 70 anos](#)

São empresas de diferentes setores, com estratégias globais distintas, mas que foram afetadas aqui por algo em comum: o ambiente de negócios, marcado pelo complexo sistema de impostos, incerteza jurídica, e a instabilidade política que afeta o câmbio e eleva juros e riscos.

Sem falar nas deficiências crônicas de infraestrutura e na estagnação da economia, que já tinha dificuldades de retomar o fôlego após a recessão iniciada em 2014 quando foi atravessada pela pandemia. As projeções indicam uma retração do PIB de 4,5% no ano passado.

15 MARCAS GLOBAIS QUE FECHARAM OPERAÇÕES NO BRASIL

1 de 15



Ford

A montadora americana decidiu fechar as três unidades no país, demitir 5 mil pessoas e vender aqui veículos produzidos na Argentina.



Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

Todos esses fatores, que costumam ser resumidos na expressão Custo Brasil, têm reduzido o apelo que o país sempre exerceu por ser um grande mercado consumidor, dizem analistas. Hoje, uma população de mais de 200 milhões de pessoas pode ser atraente para vender produtos, mas não necessariamente para se produzir

aqui. O PIB *per capita* caiu cerca de 9% desde 2014, o que significa redução no poder de compra dos brasileiros.

As indústrias transnacionais, que atuam globalmente, dividem sua produção pelo mundo. Mas a parte mais avançada da tecnologia fica na matriz, observa Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da FGV-SP:

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

— Se a economia de uma região não cresce e a demanda cai, a empresa encerra a produção ou deixa o país. Não adianta ter um mercado consumidor potencialmente grande se a economia não cresce.

Sem vaga:[quatro histórias de quem perdeu emprego na indústria](#)

Antes de anunciar o fechamento de suas três fábricas remanescentes no Brasil, a [Ford já tinha baixado as portas](#) da emblemática unidade de São Bernardo do Campo (SP), em 2019, com o fim da produção de caminhões. Agora, vai vender aqui o que produz em países vizinhos, como a Argentina.

No fim de 2020, a [Mercedes-Benz anunciou que deixaria de produzir](#) automóveis na fábrica de Iracemápolis (SP). A [Sony decidiu fechar](#) sua fábrica de televisores e câmeras em Manaus em

março do ano passado. Vendeu a unidade para a fabricante brasileira de eletrodomésticos Mondial.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Falta inovação

Em 2018, outras duas japonesas desistiram do país. [A Nikon](#), de equipamentos fotográficos, e a cervejaria Kirin, que vendeu sua operação para a Heineken. Nessa revoada também estão os laboratórios Roche, que vai fechar sua fábrica no Rio, e Eli Lilly, que deixou São Paulo.

No varejo, grandes redes mundiais como Walmart e Fnac também se retiraram. A start-up americana Lime, de patinetes, foi embora em janeiro de 2020, seis meses após desembarcar aqui.

[Os investimentos estrangeiros](#) no Brasil caíram 48% entre o primeiro semestre de 2019 e o de 2020, quando somaram US\$ 18 bilhões, segundo a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A pandemia impactou o fluxo, diz a Unctad, mas a baixa competitividade do país e a dificuldade de deslançar privatizações também contaram.

A participação de estrangeiros na compra de empresas no Brasil, que já foi de 50,9% em 2015, caiu para 23,6% em 2020, mesmo com

condições favoráveis, como o câmbio, segundo estudo da consultoria PwC.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

O Brasil vem deixando de atrair o interesse de grandes grupos estrangeiros, especialmente na indústria, por falta de competitividade e produtividade, o que é agravado pelo baixo investimento em inovação, diz o professor de Economia do Insper Otto Nogami:

— Nas últimas décadas, o governo não priorizou o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Do ponto de vista dos custos, produtividade e competitividade são essenciais para atrair e manter empresas estrangeiras. Hoje, o enfoque é tecnologia. Se não há um ambiente para o desenvolvimento de tecnologia, as empresas saem ou nem vêm.

Veja também. [Fiat e Peugeot se unem para forma a quarta maior montadora do mundo](#)

Ele avalia que a instabilidade do real frente ao dólar, em boa parte atribuída à falta de sinais claros do governo sobre sua estratégia para controlar as contas públicas e avançar nas reformas estruturais, também é um fator que assusta o capital estrangeiro.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Impede que o investidor tenha previsibilidade, um quesito chave para as empresas. Portanto, não será surpresa se outras grandes estrangeiras saírem em breve, alerta Nogami.

Peso simbólico

A participação da indústria no PIB do país está próxima da de países desenvolvidos como EUA ou Alemanha, explica o gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca. A diferença é que a queda dessa participação por aqui foi muito forte, especialmente na década de 1990, sem que o país tenha um setor de serviços tão desenvolvido, mais focado em tecnologia.

Para Fonseca, a saída da Ford tem um peso mais simbólico do que de fato impacto no PIB:

— Outras empresas automobilísticas vão ocupar o lugar da Ford. O que preocupa é o fato de várias empresas estarem saindo do Brasil.

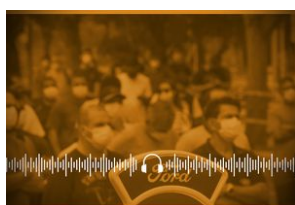
Leia ainda: [Qual aplicativo mais seguro: WhatsApp, Telegram ou Signal?](#)

Além do atraso na reforma tributária, a complexidade do sistema e mudanças constantes nas alíquotas de impostos também dificultam planejar investimentos aqui, observa Luis Carlos dos Santos, diretor da Mazars, uma consultoria empresarial.

No início deste ano, o governo de São Paulo aumentou a alíquota de ICMS para veículos novos de 12% para 13,33%. E o imposto subirá para 14,5% em abril.

— Se a empresa já trabalha com margem apertada, um aumento desse tamanho é uma pancada. Para um investidor estrangeiro é fonte de insegurança — diz Santos.

O GLOBO RECOMENDA



PODCAST

O que a saída da Ford indica sobre a economia e o futuro do setor no Brasil



ANALÍTICO

No caso da saída da Ford, Bolsonaro não imitou Trump



ECONOMIA

A história da Ford em três gerações: família em Taubaté produziu do Corcel ao Ka



ECONOMIA

Fechamento da Ford em Taubaté mistura tristeza e apreensão diante do desemprego